



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DA COZINHA OU DA SALA?
"QUE HORAS ELA VOLTA?"
ESTUDO DE RECEPÇÃO COM DOMÉSTICAS E PATROAS

EVERTON DE ALMEIDA NUNES

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

DA COZINHA OUDA SALA?
"QUE HORAS ELA VOLTA?"
ESTUDO DE RECEPÇÃO COM DOMÉSTICAS E PATROAS

EVERTON DE ALMEIDA NUNES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Raquel Marques Carriço Ferreira

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

The first step in the process of identifying a problem is to recognize that there is a problem. This can be done by looking at the current situation and comparing it to what you want to achieve. Once you have identified the problem, the next step is to define it clearly. This involves stating the problem in specific terms and identifying the causes of the problem. The third step is to generate potential solutions. This can be done by brainstorming ideas or researching existing solutions. The fourth step is to evaluate the potential solutions. This involves weighing the pros and cons of each solution and determining which one is the most feasible. The fifth step is to implement the chosen solution. This involves putting the solution into action and monitoring its progress. The final step is to evaluate the results of the implementation. This involves comparing the actual results to the desired outcomes and determining whether the problem has been solved.

À Maria Vera, minha mãe.
O trabalho de diarista, mesmo diante das adversidades,
oportunizou uma transformação significativa
em todas as esferas da sua vida

AGRADECIMENTO

Quando alcançamos algo que parecia distante, principalmente diante da realidade social e cultural de onde viemos, temos a certeza de que todos os passos anteriores à conquista foram acertados. Tenho a consciência de que estou hoje num lugar que muitos da minha família ainda não conseguiram chegar e a partir desse momento eu os represento com essa realização pessoal. Todos os que cruzaram o meu caminho ajudaram na formação de quem hoje sou, de alguma forma me trouxeram até aqui e a eles eu destino uma gratidão sem precedentes. Porém, existem alguns a quem agradeço de forma especial por estarem comigo na fase do mestrado:

Aos meus pais por sempre acreditarem em mim, principalmente à minha mãe por ter feito todos os sacrifícios pela minha educação;

À Dean Carregosa, meu companheiro na fase do mestrado e que o tempo todo esteve dando suporte na vida pessoal e na vida acadêmica.

Aos meus amigos que compreenderam e incentivaram desde o início o meu ingresso e entrada no mestrado, principalmente Erna Barros, Renata Pereira e Juliana Almeida;

Em especial, a minha orientadora Professora Raquel Marques Carriço Ferreira, pela paciência destinada, pelas orientações, pelo incentivo, pela energia positiva, pela compreensão dos meus momentos de inquietude.

Aos professores Tatiana Aneas, Luiz Gustavo Correia e Renata Malta, pelas valiosas contribuições a este trabalho;

Aos funcionários do PPGCOM - UFS, aos representantes discentes e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo de recepção realizado com domésticas e patroas que utilizou como produto de mediação o longa-metragem brasileiro "Que horas ela volta?", roteiro e direção da cineasta Anna Muylaert. O objetivo central do trabalho foi evidenciar a variedade de sentidos produzidos por domésticas e patroas acerca do produto fílmico, buscando possíveis construções simbólicas que perpassam a dimensão sociocultural das relações do trabalho doméstico. A pesquisa foi realizada junto às mulheres voluntárias que vivenciaram de alguma maneira, a dinâmica do trabalho doméstico, seja na condição de trabalhadora ou de contratante desse tipo de serviço. O que se observou com o trabalho desenvolvido foi o surgimento de categorias de análise interconectadas com aspectos socio-históricos e socioculturais do trabalho doméstico. O método utilizado na pesquisa foi a Teoria Fundamentada (Grounded Theory), portanto, foram utilizados os pressupostos metodológicos desenvolvidos por Strauss e Corbin (1997), além das análises desenvolvidas por Charmaz (2006) e Ferreira (2011). As etapas percorridas incluíram a descrição do filme, destacando-se o direcionamento semântico e a evidenciação dos momentos chaves da obra. Posteriormente, com a apresentação do filme para os grupos de domésticas e patroas, desenvolvemos uma dinâmica focal e procedemos às etapas subsequentes de análise dos dados preconizados pela Teoria Fundamentada. Na última etapa do processo de pesquisa, avaliamos os resultados encontrados à luz dos estudos dedutivos, a que pudemos verificar ponderações relevantes a cerca da cultura do trabalho doméstico por intermédio do cinema.

Palavras-chave: Recepção; Que horas ela volta; PEC das domésticas; Produção de significados; Representação e Relações Sociais do trabalho.

ABSTRACT

The present research is a reception study conducted with domestic and female employers that used as a mediation product the Brazilian feature film "The Second Mother" Screenplay and direction of filmmaker Anna Muylaert. The main objective of the work was to highlight the variety of meanings produced by domestic and female bosses about the film product, seeking possible symbolic constructions that cross the sociocultural dimension of domestic work relations. The research was carried out with volunteer women who experienced in some way the dynamics of domestic work, whether as a worker or as a contractor of this type of service. What was observed with the work developed was the emergence of categories of analysis interconnected with socio-historical and socio-cultural aspects of domestic work. The method used in the research was Grounded Theory, therefore, we used the methodological assumptions developed by Strauss and Corbin (1997), in addition to the analyzes developed by Charmaz (2006) and Ferreira (2011). The steps covered included the description of the film, highlighting the semantic direction and the evidence of the key moments of the work. Subsequently, with the presentation of the film to the groups of housewives and mistresses, we developed a focal dynamics and proceeded to the subsequent stages of analysis of the data advocated by the Grounded Theory. In the last stage of the research process, we evaluated the results found in the light of the deductive studies, to which we were able to verify relevant considerations about the culture of the domestic work through the cinema.

Keywords: Reception; The Second Mother; Household PEC; Production of meanings; Representation and Social Relations of the work.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Trajetória dos Direitos dos Empregados Domésticos	57
Tabela 2	Classe Social segundo critérios da ABEP.....	112
Tabela 3	Variáveis centrais - grupo de domésticas.....	122
Tabela 4	Categorias interacionais.....	122
Tabela 5	Categorias emergentes da interação.....	123
Tabela 6	Triangulação interativa	144
Tabela 7	Empatia e Solidariedade - Condicionamentos.....	159
Tabela 8	Subcategorias comuns e emergentes.....	170
Tabela 9	Respeito e Regras - Variações Comportamentais.....	173

LISTA DE SIGLAS

1. PEC – Proposta de Emenda à Constituição
2. CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
3. PAIF – Serviço de Atendimento Integral à Família
4. TFD – Teoria Fundamentada em dados
5. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
6. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
7. FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
8. CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
9. ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O CINEMA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	14
1.1 O valor social do cinema.....	14
1.2 Cinema Brasileiro.....	27
1.3 Que Horas Ela Volta?.....	33
1.4 Representações Sociais na obra de Muylaert.....	40
2 HISTÓRIA DO TRABALHO.....	46
2.1 História do Trabalho Doméstico no Brasil.....	46
2.2 Aspectos Sociais do Trabalho.....	57
2.3 A dignidade como um direito nas relações de trabalho.....	63
2.4 Trabalho e Cultura.....	71
2.5 Trabalho e Gênero.....	80
3 ESTUDOS DA RECEPÇÃO E DA AUDIÊNCIA.....	91
3.1 A recepção: um campo de estudo.....	93
3.2 Estudos Interpretativos.....	96
3.2.1 Estudos Culturais.....	96
3.2.2 Interacionismo Simbólico.....	99
4 TEORIA FUNDAMENTADA EM DADOS.....	101
4.1 Abordagem do método e técnicas.....	104
4.2 A TFD aplicada ao estudo.....	107
4.3 Das etapas iniciais.....	110
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	112
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	141
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS.....	178

INTRODUÇÃO

Os fenômenos comunicacionais que surgiram com o processo de democratização da informação a partir da revolução industrial, possibilitaram a constituição de um campo científico com múltiplas interfaces¹, o que ampliou o próprio conceito de comunicação.

Naquele contexto alguns dos fundamentos do estudo da comunicação interpessoal e da comunicação de massa começaram a ser considerados, sobretudo, para o entendimento das relações sociais e a percepção de que o objeto da Comunicação é toda e qualquer “conversação”² no espaço social por meio de trocas simbólicas e práticas interativas.

Com o advento dos meios de comunicação tradicionais, os produtos midiáticos passaram a configurar fenômenos de comunicação que se encontram separados pelo menos em duas categorias: abertos e fechados. Os fenômenos que se enquadram na primeira categoria são aqueles considerados "vivos", que se transformam enquanto estão sendo realizados, exibidos ou produzidos, dentre eles: matérias jornalísticas ao vivo, programas de auditório, palestras, aulas etc.

E a categoria dos fenômenos comunicacionais fechados, essencialmente, engloba os produtos que são editados e transmitidos assincronicamente para grandes públicos. Esses não são considerados necessariamente "mortos", pois, continuam exercendo força comunicativa.

Podem ser enquadrados nesse contexto o cinema, a televisão, o rádio gravado e em algumas circunstâncias o teatro, dança e a música. Apesar dos enquadramentos citados, é preciso estar atento para as variáveis de cada categoria (aberto ou fechado) e considerar as particularidades de cada produto comunicacional para perceber em qual das categorias ele será melhor contemplado.

No caso desta pesquisa, a mídia utilizada como mecanismo de mediação foi o cinema, especificamente o filme "Que Horas Ela Volta?", da cineasta brasileira Ana

¹Dentre as interfaces estudadas no âmbito da comunicação, Braga (2011) destaca: Comunicação e Política, Comunicação e Educação, Comunicação e Cultura; Comunicação e diversas questões sociológicas, linguísticas, antropológicas, etc.

² Francisco Rüdiger (1998) refere ao objeto de uma teoria da Comunicação como sendo a “conversação” da sociedade. Citando Gabriel Tarde, desenvolve a proposição de que a conversação constitui “uma espécie de mediação cotidiana do conjunto das relações sociais, da difusão das ideias e da formação das condutas que têm lugar na sociedade. O termo “conversação” tem a vantagem de não se confundir com qualquer outro tipo de interação social.

Muylaert. De acordo com o que escreveu Marcondes Filho (2014), a predefinição de um objeto que está enquadrado na segunda categoria (fenômeno comunicacional fechado) possibilita uma aproximação com a individualidade das percepções, com a forma diferenciada como cada indivíduo sente o fenômeno.

Para o autor, as reações são pessoais e intransferíveis. Segundo descreve, um programa de rádio, um filme, uma instalação estão lá esperando pela presença de um apreciador. “Não estamos mais num jogo entre olhares, expectativas, alterações de falas e de condutas, características do primeiro tipo.” (MARCONDES FILHO, 2014, p.65).

A assertiva acima evidencia a crença de que, no contato com os meios e produtos da comunicação, o espectador inicia processos de trocas simbólicas que estão diretamente ligados ao universo do homem enquanto sujeito/objeto de cultura. Sendo assim, a presente pesquisa se relaciona com a interface "comunicação e cultura", mas também se verifica a presença da interface "comunicação e política".

Essa segunda interface se materializou à medida que, ao desvelar os sentidos atribuídos ao filme "Que Horas Ela Volta?", as mulheres que vivenciam o contexto do trabalho doméstico, seja na condição de domésticas ou patroas, colocaram em destaque as disputas existentes entre as duas categorias (tanto no campo material quanto na dimensão simbólica), sobretudo, num período de transformações na legislação que regulamenta esse tipo de atividade laboral.

O que se buscou com esse trabalho foi compreender como esses dois grupos de mulheres elaboram significados no contato com o texto fílmico, esse dotado de elementos culturais e sociopolíticos que foram codificados no seu ato de criação. Os dois grupos com as quais trabalhamos foram selecionadas de acordo com as representações femininas contidas em “Que Horas Ela Volta?”. Tal escolha oportunizou uma dupla perspectiva analítica, uma vez que domésticas e patroas estão inseridas em contextos socioeconômicos distintos, ocupam papéis sociais opostos que se interligam unicamente por força da relação trabalhista.

A realidade social em questão é retratada no filme por meio da linguagem do gênero ficcional, apresentando verossimilhanças com o contexto sócio-histórico brasileiro no período em que foi lançado. Por isso, acreditamos que a estrutura narrativa do produto audiovisual selecionado, assim como os signos nela codificados, auxiliaram na condução do processo metodológico proposto, possibilitando entrecruzamentos entre

cinema e representações sociais, suscitando memórias e vivências que revelaram muito do universo social e cultural no qual cada mulher está inserida.

Segundo o pensamento de Ricoeur (1994), as representações constituem-se como objeto da linguagem, ou seja, são originárias de sua própria dinamicidade. Com base nesse pensamento, os signos devem ser entendidos como instâncias de mediação, traduzidas a partir de um hiato entre o referente e a matéria própria do signo. Para o teórico, nesse intervalo é que se constitui um espaço de diferença, a instância produtora do que se entende como sendo a realidade.

Nessa compreensão de que o cinema é linguagem e como tal dotado de um universo aberto, incompleto e inconcluso; de que utiliza da narratividade para projetar a vida social, que foram pensados os caminhos para se tentar responder a pergunta norteadora dessa pesquisa, e assim, acessar as subjetividades dos sujeitos partícipes.

A utilização do texto fílmico como dispositivo acionador do universo simbólico dos sujeitos respondentes, fundamenta-se na premissa de que há uma centralidade dos meios de comunicação e seus produtos na dinâmica social. O cinema está dentro do universo plural da comunicação destinada a um grande número de pessoas, geralmente reproduzindo a realidade ou representando-a por meio de diferentes discursos.

Dentro dessa lógica, é válido refletir inicialmente sobre a relevância do cinema e seu produto, o filme, trazendo perspectivas que estão além da indústria e das relações mercadológicas que lhes são características. O cinema passou a ser uma das formas de expressão mais relevantes no século XX, dotado de uma linguagem diferenciada (audiovisual), incorporando discussões tanto no campo estético quanto no âmbito do social.

De modo geral, os filmes se apresentam como estratégias de afirmação e identidade cultural, uma vez que se tornam mediadores de representações de natureza social e por meio delas produz discursos verbais e imagéticos. Deve ser compreendido como um produto social cujos sentidos são operados a partir da técnica cinematográfica.

Por essa percepção e para ressaltar a importância do cinema enquanto valor social é que o primeiro capítulo do trabalho é destinado a uma breve história do cinema, destacando as suas relações com o real, o imaginário e com as representações sociais.

Logo em seguida direcionamos o foco para falar do cinema brasileiro já que no processo de pesquisa escolhemos um produto fílmico nacional, desse modo, lançamos

olhar sobre as produções audiovisuais que tiveram como tema central o trabalho doméstico e apresentamos um pouco das abordagens por elas apresentadas.

O segundo capítulo é destinado a uma contextualização do mundo do trabalho, trazendo uma visão histórica que teve início ainda como o homem primitivo e ganhou sentidos sociais por força do Capitalismo. Nesse lugar do trabalho como uma dimensão do universo social, apresentamos um recorte sobre a "dignidade humana" para mostrar como essa passou a ser um direito dentro das relações de trabalhistas. O que fazemos é abordar a evolução do conceito "dignidade", desde o seu aflorar com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, durante a Revolução Francesa, até a sua incorporação pelo direito do trabalho.

O segundo capítulo também é voltado para pensar o trabalho numa perspectiva cultural, tentando resgatar as origens das concepções presentes no imaginário social. É feita uma análise da influência judaico-cristã, trazendo em destaque o que aparece nos textos bíblicos. São apresentadas ainda as diferentes abordagens da ideia de trabalho que foram formatadas por outras culturas.

Ainda no segundo capítulo são expostos alguns conceitos desenvolvidos pelo filósofo Pierre Bourdieu, o propósito é auxiliar na percepção das relações trabalhistas para além da esfera econômica. É um momento de pensar as disputas e o poder existente em campos mais difíceis de serem observados, por exemplo, o campo simbólico. Por isso, são apresentados alguns conceitos como Habitus Social, Poder Simbólico, Capital social, Capital cultural e Capital simbólico.

Em seguida à abordagem sobre trabalho e cultura é apresentado o tópico "trabalho e gênero" que perpassa todas as outras dimensões citadas anteriormente, só que foca no percurso pelo qual passaram as mulheres para conseguir inserção na dinâmica do trabalho.

Dentro desse contexto são ressaltados os entraves históricos entre o trabalho produtivo e reprodutivo, assim como a dicotomia entre público e privado. A ideia é também ter um momento na pesquisa para pensar um pouco mais sobre o conceito de gênero enquanto categoria de análise.

Por fim, no final do segundo capítulo fazemos um percurso pela trajetória histórica do Trabalho Doméstico no Brasil, tentando dar visibilidade aos fatores que impulsionaram os tipos de relações que configuram essa atividade laboral, ainda fortemente entranhada na sociedade brasileira. Nesse tópico também há um apanhado

histórico acerca das legislações que foram constituídas para dar condições mais dignas à categoria de trabalhadores domésticos, sendo assim, apresentamos os novos marcos legais que visam a garantia de direitos a homens e mulheres inseridos no trabalho doméstico no Brasil, destacando a Lei Complementar 150/2015 - PEC das domésticas e nova reforma trabalhista.

1 O CINEMA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL

Este capítulo é dedicado à apresentação do cinema enquanto produto social, mostrando de que modo a dimensão atribuída à linguagem cinematográfica promove, segundo alguns olhares teóricos, a reflexão social das práticas cotidianas contribuindo para a construção de significados sociais. Nesse sentido, através do cinema, é possível acessar os sentidos que os sujeitos atribuem à estrutura social na qual estão inseridos e compreender como agem no processo de interação que estabelecem.

1.1 O valor social do cinema

O cinema foi uma evolução natural da fotografia e apareceu como um dos fenômenos tecnológicos mais impressionantes da história humana, pois, mostrou que era possível a apreensão de imagens dinâmicas da realidade, ou seja, a captação (ou captura) da “imagem-movimento”.

E como analisa Arnheim (2007), o movimento tem a capacidade de atrair o observador através da visão, estimulando, por assim dizer, a percepção para as mudanças que ele provoca em relação ao tempo passado e presente da ação, fator a que se deve estar atento e preparado para observar. O cinema envolve o indivíduo através do movimento que ocorre na tela de projeção. Para o teórico, o movimento é a atração visual mais intensa da atenção. E segundo Aumont (1995):

[...] o cinema utiliza imagens imóveis, projetadas em uma tela com certa cadência regular, e separadas por faixas pretas resultantes da ocultação da objetiva do projetor por uma paleta rotativa, quando da passagem da película de um fotograma ao seguinte. Ou seja, ao espectador de cinema é proposto um estímulo luminoso descontínuo, que dá uma impressão de continuidade. (AUMONT, 1995, p. 51)

A concretização da captura dessa “imagem-movimento” somente foi possível a partir de 1889 pelas mãos de William Dickson, assistente do inventor americano Thomas Edison, quando ele criou o cinetoscópio. Esse invento possibilitava a observação de imagens no interior de uma câmara escura, através de um orifício, pelo tempo-limite de 15 minutos. Tratava-se, portanto de uma experiência individual, somente com os aperfeiçoamentos posteriores do cinetoscópio, sobretudo, na Europa, é que o cinema passou a ser apreciado coletivamente. As primeiras adequações equipamento foram realizadas pelo francês Léon Bouly em 1892, e depois pelos irmãos Lumière. Esses últimos, a partir de 1895, fizeram várias produções cinematográficas de pequena capacidade e começaram a promover em sessões especiais de filmes.

A primeira exibição, datada de 22 de março de 1895, foi do filme “La Sortie de L'usine Lumière à Lyon” (A saída da Fábrica Lumière em Lyon) com duração de cinquenta segundos. O filme apresentava ao público a saída dos funcionários da empresa Lumière que ficava na cidade de Lyon, na França e foi projetado no cinematógrafo para 33 pessoas.

A escolha em registrar/projetar a dinâmica de trabalhadores é exemplo de como o cinema nasceu conectado com as dinâmicas sociais, pois, no final do século XIX, o mundo foi afetado pela segunda fase da Revolução Industrial. Para a história da humanidade, aquele se configurou como um importante momento de modificação na forma como as pessoas se relacionavam com o mundo do trabalho e se organizavam socialmente, em âmbito global fez com que fossem repensadas as relações espaciais entre as diferentes classes sociais que emergiam. Sendo assim, ainda que o propósito tenha sido apenas testar o poder da imagem em movimento, o filme dos Lumière já conduziu o olhar para o universo do trabalho.

Naquele contexto, países do Ocidente como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos deram um verdadeiro salto em desenvolvimento e a ciência e técnica passaram a servir de apoio para as necessidades impostas por um mercado cada vez mais competitivo e exigente.

O cinema como parte daquele cenário de avanço industrial e científico, também lançou o olhar sobre a sociedade em transformação e se tornou uma ferramenta importante para as Ciências Sociais. A câmera, então, serviu como um registro do cotidiano de diferentes sociedades, transformando a própria imagem em objeto etnológico.

O aparelho criado pelos irmãos Lumière serviu para registrar as sociedades e a cultura em várias partes do mundo, ressaltando situações cotidianas, hábitos, costumes e paisagens de várias cidades. Por essas particularidades se atribui ao cinema, em sua fase inicial, um universo “documental”, apesar que, segundo Morin (2014), os irmãos Lumière já mostravam indícios de “direções cênicas” para o cinema por meio de uma teatralidade:

Mas, por sua própria natureza, e desde o seu aparecimento, o cinematógrafo era essencialmente espetáculo: ele exibia suas cenas a espectadores, para espectadores, e implicava assim a teatralidade que ele desenvolveria em seguida através da direção, da mise-en-scène. De resto, os primeiros filmes do cinetoscópio já apresentavam lutas de boxe, atrações de music-hall e pequenas cenas. O próprio cinematógrafo, desde seu primeiro dia, já mostrava o homem que regava as plantas sendo regado pela mangueira. A "espetacularidade cênica" aparece assim ao mesmo tempo que o cinematógrafo. (MORIN, 2014, p.69).

No início do século XX o francês George Méliès fundou a Star-Film realizando mais de 500 filmes com diferentes gêneros³. Um pouco depois nos Estados Unidos, David Llewelyn Wark Griffith, geralmente conhecido por D.W. Griffith, inseriu um novo significado à linguagem cinematográfica inserindo a seleção de imagens na filmagem e organizando-as em uma sequência temporal na montagem. Essa metodologia pensada por ele fez com que o cinema passasse a ter uma preocupação não apenas documentar o real.

Pode-se dizer que foi inaugurado um caminho para a invenção de novas realidades tendo como parâmetro a forma de filmar e a seleção dos planos de imagem. Foram percebidas novas possibilidades de lidar com a realidade a partir dos

³ De acordo como Nogueira (2010) Um gênero será uma categoria classificativa que permite estabelecer relações de semelhança ou identidade entre as diversas obras. Desse modo, será possível, seguindo o raciocínio genérico, encontrar a gênese comum de um conjunto de obras, procurando nelas os sinais de uma partilha morfológica e ontológica – assim, através da ínfima comunhão de determinadas características por parte de um conjunto de obras, poderemos sempre proceder a genealogia mais remota das mesmas, o que haverá de permitir compreender melhor o seu processo criativo e efetuar a arqueologia das ideias fundamentais que veiculam ou das situações que retratam. Assim, a identificação de um determinado gênero haverá de passar inevitavelmente pela identificação de um esquema genérico. Essa concepção esquemática partirá de uma grelha de aspectos que uma obra deve preencher e do modo como a preenche: tipo de personagens retratadas, tipo de situações encenadas, temas correntemente abordados, elementos cenográficos e iconográficos, princípios estilísticos ou propósitos semânticos, por exemplo. Quando este esquema permite identificar um padrão recorrente num vasto grupo de obras, temos então que um gênero ganha dimensão crítica – isto é, um elevado número de qualidades é partilhado por uma elevada quantidade de filmes. A partir daí o gênero torna-se uma instituição cultural relevante – mesmo se o futuro lhe augurar, com certeza, mutações e hibridações.

equipamentos, não apenas registrando os acontecimentos presentes na dinâmica da vida social, mas criando novos “mundos” e novas situações a partir dessa realidade.

Essa dimensão ficcional que nasceu unindo a imagem à uma mensagem elaborada de forma linear, serviu como uma fórmula amplamente utilizada pelo cinema industrializado. Foi assim que, no século XX, o chamado cinema-indústria se tornou dominante e os filmes se tornaram entretenimento produzidos por grandes empresas.

É a partir desse ingresso do cinema dentro de uma estrutura mercadológica que os estudiosos passam a analisar o poder ideológico por detrás de toda a sua construção. Pois, segundo acredita Aumont (2002), o cinema era concebido como instrumento da leitura e reflexão do real, atribuindo-lhe certo juízo ideológico. Isso se deu porque gradativamente houve uma melhoria da técnica do cinema, técnica essa que deve ser compreendida como o conjunto de recursos necessários à sua execução, e consequentemente se formatou de uma linguagem própria para esse meio de comunicação, dando-lhe a categoria de arte.

Essa visão do cinema enquanto arte fez com que ele fosse pensado não apenas como uma máquina de registrar imagens do cotidiano e sim como uma linguagem onde se estruturam discursos próprios. Do ponto de vista da produção esses discursos ganham sentido através de ações seletivas de imagens que são organizadas intencionalmente numa relação de tempo com o objetivo de atingir a percepção do público.

Couchot (2003) comenta sobre a plateia que, submetida a situações paradoxais, tanto pode desconectar-se do filme como, ao contrário, mergulhar nas distorções da realidade. Martin (1990) reforça:

Assim parece indiscutível que o cinema é primeiramente uma arte do tempo, já que é esse o dado mais imediatamente perceptível em todos os esforços de apreensão do filme. Isso se deve, sem dúvida, ao fato de que o espaço é objeto de percepção, enquanto o tempo é objeto de intuição. (MARTIN, 1990, p.201)

Essa seletiva de imagens dentro de um tempo que almeja se aproximar do real não mais é do que a montagem. Elemento que tem papel fundamental na construção das narrativas e consequentemente dos discursos. Martin (1990) considera que:

A montagem constitui, efetivamente, o fundamento mais específico da linguagem fílmica, e uma definição de cinema não poderia passar sem a palavra ‘montagem. [...] a montagem é a organização dos planos de um filme em certas condições de ordem e de duração. (MARTIN, 1990, p.205)

Machado (1995) ressalta que o cinema, através da montagem, faz o tempo fluir para o espectador. A montagem, então, organiza as ações dentro de um tempo crível para o espectador gerando uma influência na percepção humana. Segundo Couchot (2007) existem no cérebro “neurônios-espelho” que fazem com que a observação de uma ação executada por outro sujeito, gerem a estimulação de neurônios capazes de transformar em movimento aquilo que foi observado, mesmo que esta ocorrência se dê através de um filme, a percepção é uma ação simulada. Para o autor, durante a projeção, o espectador se encontra projetado mentalmente no lugar do cineasta, dividindo com ele a sua temporalidade, os objetos e o sujeito filmado. Por esse compartilhamento de percepções que interligam o filme ao espectador verifica-se que o filme potencializa relações dos sujeitos com o mundo, formas e meios de representação.

Como podemos verificar é por meio da técnica cinematográfica e da linguagem que o cinema chega ao sensível humano, adentra o seu imaginário e com ele cria uma rede simbólica que perpassa pela cognição humana. Diante da diferenciação entre técnica e linguagem é preciso pensar uma distinção entre cinema e filme, ela servirá para melhor compreensão das abordagens apresentadas a partir de agora.

Até então vimos que o cinema era a câmera, um registro despretenso da realidade social. E que o filme não tinha outra finalidade senão a captura do movimento em um determinado espaço. Com o cinema comercial, se torna o produto do olhar, feito a partir das escolhas de alguém, logo, repleto de intenções que muito dizem sobre a forma de pensar de quem elabora a obra. Por isso vimos mais acima que o juízo ideológico está na concepção do cinema e se faz necessário compreender como essa construção se opera.

Para Duby (1995), é preciso entender a ideologia como representação do real, nunca o real em si – e por ser uma representação ela não consegue abarcar a realidade em sua plenitude, é sempre reducionista e formadora de estereótipos. Desse modo, o real parece sempre mais rico de possibilidades, talvez, por isso mesmo, o cinema em alguns contextos, rapidamente foi além de registrar a vida comum. O cinema através da ficção passou a fabular outros ideais, ganhando a dimensão de modelador do inconsciente coletivo, criando uma simbologia e uma forma de se relacionar com o público que conduziu o receptor à internalização de significados diversos.

Bazin (1991) afirma que o poder discursivo do cinema não está na construção de significados a partir da montagem, mas quando oferece ao espectador algo muito próximo ao que se vê no mundo natural. Para ele, o filme se apresenta como a arte do real, aproximando o cinema do mundo físico.

Tal ideia também pode ser aproximada do pensamento de Foucault (2000) sobre a discursividade visual, essa que no século XX se sobrepôs à discursividade verbal:

Ver consiste em deixar a experiência em sua maior opacidade corpórea; o solido, o obscuro, a densidade das coisas fechadas sobre si próprias tem poderes de verdade que não provém da luz, mas da lentidão do olhar que os percorre, contorna e, pouco a pouco, os penetra, conferindo-lhe apenas sua própria clareza. (FOUCAULT, 2000, p. 9-10)

O que se pode perceber é que as imagens, como textos, são formas de representar e descrever as coisas dando-lhes sentido. O cinema, então, como artefato cultural pode ser explorado como forma de discurso que contribui para a construção de significados sociais. Os elementos que compõem o cinema enquanto linguagem, resultam num conjunto de imagens repletas de significações que passam a produzir sentidos.

Ao falar desse caráter discursivo do cinema, objetiva-se na verdade, mostrar que ele transcende à condição de entretenimento e o seu papel denotativo. O que é importante perceber é o caráter atributivo que este possui quando constrói símbolos e sintomas que visam dar sentido à realidade vivida (FLUSSER, 1983; DUARTE, 2010).

Sendo assim, o gênero cinematográfico de algum modo instrumentaliza a reprodução dos comportamentos culturais através do jogo de ludicidade que lhe é característica, gerando um conjunto de valores socioculturais e linguísticos. Ele atua como um artefato cultural de ordem simbólica que também contribui para a consolidação do imaginário contemporâneo e das práticas sociais.

O cinema: da técnica ao imaginário

Já pudemos perceber como é relevante considerar que no cinema existe uma linguagem técnica que sistematiza a construção do real de acordo com as ideologias daqueles que estão à frente dos processos. Porém, essas ideologias não anulam o poder do cinema enquanto arte e não reduzem o seu alcance ao imaginário humano.

Quando se pensa essa construção do real pelo cinema, percebe-se que ela é a chave de ativação do imaginário por força de uma desfiguração da realidade, é assim que, na instância cinematográfica, ela ganha elementos conscientes e inconscientes que comunicam aos sujeitos. Mas antes de falar sobre técnica cinematográfica e da sua relação com a construção ou reconstrução do real, pensemos primeiramente sobre a ideia desse real. O que é esse real que o cinema constrói por meio dos seus recursos?

Conforme Aumont (2007), “o real é aquilo com o que nos chocamos, o que está aí com uma evidência fosca e insensata, mas não é o real que detém a chave do sentido (a chave do mundo): é o homem, é a linguagem, é a polis”⁴ (AUMONT, 2007, p. 73). Logo, o cinema é um dispositivo que consegue reunir as evidências da realidade a partir de representações que são encenadas, ou através de arquivos que são oriundos de enquadramentos particulares dentro de uma concepção que envolve espaço-tempo.

O que se evidencia, portanto, é a premissa de que o cinema é uma recriação da realidade sistematizada em cores, sons, enquadramentos, iluminação, performance dos atores, enfim, tudo contribui a uma interpretação manipulada. E do mesmo modo que essa arquitetura cinematográfica recria o real, a realidade também se recria a partir do cinema, contudo, cada indivíduo faz uma leitura própria, singular e particular do que assiste.

Isso acontece ainda que as cenas estejam carregadas de elementos universais e generalistas, o que se processa é transformação da imagem em movimento numa imagem-percepção. Segundo destacou Deleuze, “qualquer percepção é primeiro sensorial motora: a percepção já não está nos centros sensoriais nem nos centros motores, ela mede a complexidade das suas relações” (DELEUZE, 1983, p. 94). No

⁴ A pólis era uma organização social constituída por cidadãos livres que discutiam e elaboravam as leis relativas à cidade. Dentro dos limites de uma pólis ficavam a Ágora e a Acrópole, além dos espaços urbano e rural. A agricultura era a base da economia da pólis. As pólis foram criadas a partir da desagregação da sociedade homérica, que era constituída pelos genos - comunidades compostas por pessoas com antepassado comum e chefiadas por um pater (chefe patriarca de cada comunidade). As pólis se encontravam já nas primeiras comunidades urbanas da Mesopotâmia e, à medida que aumentavam, podiam chegar a constituir nações ou impérios. Como as terras eram cultivadas de forma coletiva entre os genos, o crescimento da população desencadeou conflitos por mais terra e alimentos. Foi assim que começaram as lutas em defesa das terras e a formação de fâtrias, que mais tarde se organizaram para formar tribos. A criação da pólis foi favorecida pelo progresso da agricultura, do comércio e pelo aparecimento da indústria têxtil, bem como pela intensificação da vida política. Quando os habitantes de povoações disseminadas transferiram a sua residência para perto das fortalezas, a acrópole se converteu no centro político da pólis.

caso do cinema, a técnica cinematográfica é a facilitadora de todo esse processo de percepção.

Para começar a falar um pouco sobre os aspectos da técnica do cinema, trazemos a máxima que ainda permeia o universo da comunicação: o meio é a mensagem. Mesmo diante de críticas de pensadores da comunicação tais como Kittler (1999) e Debord (1983), essa assertiva de McLuhan (1969) de que o meio é a mensagem deve ser considerado como ponto de partida para se começar pensar a relação dos meios de comunicação e a percepção humana.

No entanto, essas imprecisões do conceito de mídia, de McLuhan não devem nos impedir de trabalhar com suas teses básicas. Os senhores devem conhecer a famosa fórmula segundo a qual a própria mídia é a mensagem. Sem essa fórmula, que proíbe a procura de algo por trás das superfícies tecnicamente geradas, a teoria da mídia ainda teria um objeto de pesquisa - as ciências enigmáticas, como a teologia ou a tese da cosmologia glacial, também tem um objeto-, mas ela não existiria como tal em sua clareza e em seu isolamento metodológico. (KITTLER, 1999, p. 33)

McLuhan (1972) compreende a mídia como uma ilusão humanista, ou seja, as mídias como interfaces de mediação entre tecnologias de corpos. Para o estudioso, sob condições audiovisuais, os sentidos humanos deixam de pertencer aos sujeitos e passam a pertencer às empresas que administram os meios de comunicação. O cinema, segundo descreve o teórico, propicia uma forma de interação diferente da TV na medida em que oferece contornos tácteis, como uma escultura, faz dos sujeitos tela; traduz os olhos como câmera, e presta-se à narrativa.

Porém, existem outras perspectivas teóricas que já analisam a técnica⁵ do cinema por uma dimensão histórico-cultural. Kittler, por exemplo, acredita que as mídias e seus produtos em sua diversidade compõem sistemas que se fundem com redes de discursos sociais que os envolvem. Nos escritos do alemão é possível encontrar uma reflexão pós-simbólica sobre os impactos psíquicos, sensoriais e corporais das mídias, além do entendimento de como a história se torna protagonista do fenômeno comunicacional, mas apesar de percorrer um caminho tecnicista ao analisar a questão técnica dos meios

⁵ Para Benjamin (1996) a técnica no cinema remete a um aparato tecnológico – constituído por refletores, câmeras, microfones, e demais aparelhagens – além de uma equipe técnica especializada e numerosa. Para o olhar de um observador comum, torna-se impossível acompanhar uma encenação executada em um estúdio, sem a interferência de todos esses equipamentos; a não ser, , que o ponto de vista do observador pudesse coincidir com o da objetiva da câmera.

de comunicação, Kittler, atribui ao filme a condição Lacaniana de espelho, onde a imagem seria um reflexo da ordem do imaginário.⁶

É nesse lugar do imaginário, elucidado por Kittler e outros teóricos, que se pode verificar quanto o cinema ultrapassa os aparatos técnicos e mercadológico que marcaram a sua história. Sendo assim, é fundamental que haja um recorte neste trabalho para discorrer sobre o imaginário e pensar a relação que o cinema estabelece com o universo simbólico humano.

Por muito se falou que o cinema é uma técnica do imaginário, oriunda do capitalismo, advindo de uma sociedade industrial e que simboliza novos fragmentos do real a fim de anexá-los à realidade. Para Metz (1980), a ideia do cinema enquanto "técnica" tem dois sentidos: um mais ordinário, seguindo o que Edgar Morin escreveu sobre o cinema possuir essencialmente relatos ficcionais e que o significante de todos os filmes tem como base o imaginário que advém da fotografia e da fonografia. E outro, o lacaniano, que se configura como uma oposição não excludente do simbólico e ludibria o Eu, espelho do homem, num reencontro com as questões existentes no inconsciente.

O autor afirma que o simbólico não é o suficiente para produzir conhecimento, mas pode ser a porta de entrada para tal, pois, o homem só pode tirar conhecimento daquilo que é como cultura e sociedade, o nosso único saber está naquilo que é analisado. Para ele, é no retorno que acontece a tomada de posição onde se inaugura o conhecimento; a experiência do espelho, segundo Metz resgatando Lacan, acontece no lugar do imaginário e proporciona um encontro com o "Eu" por identificação com um fantasma, uma imagem. “Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, é a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (Lacan, 1998).

O "sujeito" lacaniano presente na assertiva acima deve ser entendido como "O grande outro", algumas vezes apresentado por ele como a linguagem, noutros textos como a cultura ou mesmo como o Simbólico. Para Lacan, o desenvolvimento exige a interferência de um outro, responsável pela inserção de um indivíduo no universo da linguagem e da comunicação. O nosso "eu" na perspectiva lacaniana estaria

⁶ Lacan, primeiramente, atrela o imaginário ao real permeado pelo termo *imago*, cunhado por Freud. Logo em seguida, privilegia o simbólico e de fine a experiência psicanalítica como pertencente a esta ordem. No momento anterior, o real da experiência psicanalítica será da ordem do imaginário e nesse segundo instante será da ordem do simbólico. Tem-se aí a famosa tríade simbólico, imaginário e real. Mais à frente, em seu pensamento, o real vai ser definido como o que escapa ao simbólico.

"assujeitado" ao "Outro" e ao seu desejo, tal relação seria fundamental para a inserção no mundo dos humanos.

Quando o pensamento Lacaniano se aproxima do universo simbólico proporcionado pelo cinema e a sua técnica, é possível perceber que um filme cumpre esse papel do "Outro" no imaginário humano pela interação proporcionada com a audiência.

Para Mead (1977), a construção de uma identidade ou de um self, segundo acredita o teórico, está intimamente relacionada às condições históricas de uma determinada sociedade, assim como sua aceitação social. Os estudos de Mead mostram que a formação do eu é essencialmente dependente da relação com o outro e esta relação de dependência perdura até a vida adulta.

Kittler (1999) diz que o cinema realiza ilusões, que assim como uma criança toma consciência do seu todo em frente ao espelho, o mesmo acontece com a sociedade em frente ao cinema; nas cenas incorpora-se uma memória, inserem-se imagens do passado e do presente, a atenção fixa-se em *close ups*, fragmentos da imagem se unem numa narrativa imaginária e realizadora de fantasias.

Esse lugar do imaginário é construído, então, de narrativas estruturadas em representações ancoradas no real. E como o termo representar sugere, o que se processa é ato de criar ou recriar um determinado objeto, dando-lhe uma nova significação, um outro sentido.

Para desenvolvermos um pouco mais de análises acerca do que seja representar no cinema e ampliarmos a percepção do seu papel enquanto agente de mediação entre os sujeitos e as dinâmicas sociais, em seguida, discorreremos sobre a representação e a sua relação com a realidade.

O cinema como representação da realidade

Para efetivar posteriormente as análises propostas nesta pesquisa, é preciso compreender em que medida o cinema pode representar a realidade dos sujeitos. Para tanto, inicialmente, trazemos um olhar sociológico, apresentando uma breve contextualização sobre o conceito de representação social, que no Brasil apareceu com a

publicação do estudo de Moscovici em 1978, intitulado "A representação social da Psicanálise".

Na obra citada, o autor mostra como a Psicanálise ao ser difundida em determinada cultura, transforma-se ao mesmo tempo em que modifica o social, causando alterações na visão que as pessoas têm de si mesmas e do mundo em que estão inseridas. O conceito de Moscovici nasceu da releitura crítica feita sobre as noções de "representação coletiva" da teoria funcional de Durkheim que tinha como principal intenção ressaltar a primazia do pensamento social frente ao pensamento individual.

Em Durkheim (2007), a representação individual deve ser considerada um fenômeno psíquico autônomo e, portanto, não redutível à atividade cerebral que o fundamenta. E ao contrário do que possa parecer, a representação coletiva para o teórico não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem um grupo.

Ele acredita que existe numa suposta consciência coletiva que atua como organizadora do mundo sensível comum. As representações aparecem, na perspectiva de Durkheim, como manifestações dessa consciência comum por intermédio de certos hábitos mentais e certas categorias relativamente autônomas que, ao atuarem entre si, se modificariam. A essa categoria das representações coletivas ele denominou como sendo "fato social".

Mas ao analisar essa ideia de Durkheim, Moscovici (1978) afirmou que as representações coletivas⁷ são muito abrangentes para darem conta da produção do pensamento na sociedade na atualidade. O francês acredita que a representação social está associada ao posicionamento e localização da consciência subjetiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos.

Sendo assim, as representações de um objeto social seguem um processo de formação que pode ser entendido como um encadeamento de fenômenos interativos, esses que são fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno. O pensador fez a análise dos processos através dos quais os indivíduos elaboraram explicações

⁷ De modo geral, é representação como tudo aquilo que, afetando a mente ou emanando dela, é capaz de fixar-se com menor ou maior grau de estabilidade. No primeiro caso estão as representações sensíveis, que "encontram-se em fluxo perpétuo; empurram-se umas às outras como as ondas de um rio e, também enquanto duram, não permanecem iguais a si mesmas" (Durkheim 1989, p. 511). Já o pensamento conceitual ancora-se em representações coletivas, derivadas do fenômeno da associação entre homens.

sobre questões sociais, nesse aspecto é possível ver uma relação com a difusão das mensagens pelos veículos de comunicação, os comportamentos e a organização social.

O que é importante trazer das contribuições de Moscovici (1978) para o presente estudo, é o olhar para a inter-relação entre os sistemas de pensamentos e as práticas sociais, objetivando a compreensão dos fenômenos complexos do senso comum e também sobre a eficácia das representações na orientação dos comportamentos e na comunicação, entendendo, assim, a representação social como sistema de recepção de novas informações sociais.

Quando puxamos essas questões da representação para a temática do cinema enquanto produto comunicacional, estamos falando de um universo preponderantemente da imagem, o que conduz automaticamente a um dilema sobre a verdade. Segundo Casetti e Di Chio (1998), a imagem condiciona qualquer tipo de processo analítico, pois, vincular nossa compreensão a uma representação faz com que passemos a aceitá-la como uma verdade, ainda que a verdade também se configure como uma forma de representação.

Mas em que medida essas representações da verdade se encontram nessa relação construída entre o cinema e o filme e podem ser estendidas para além da dualidade do dispositivo e da projeção? Essas são questões que ainda hoje movem os pesquisadores da comunicação, principalmente por haver a compreensão de que um filme é dotado de dinâmicas de ordem interna e externa, ou seja, seja fora da narrativa fílmica existe uma espécie de “jogo” instituído entre câmera e olhar.

Diante dessa dupla articulação entre câmera (aparato técnico) e o olhar (subjetividade), é que a representação faz um desdobramento e assume uma ambiguidade estabelecida seja entre o sujeito filmado e o olho mecânico da câmera, seja em relação ao espectador. Jodelet (2001) explica da seguinte forma o papel da comunicação na criação e na reprodução das representações:

Primeiro, ela (a comunicação) é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa emergência social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos (JODELET, 2001, p. 32).

Para a autora as representações formam um sistema, e quando compartilhadas e compartilhadas pelos membros de um grupo, possibilitam o aparecimento de uma visão mais ou menos consensual da realidade. Se houver uma visão que decorre dessa nova apreensão da realidade, haverá para ela uma imagem, entendida aqui como elemento que busca no estatuto da imaginação seu próprio lugar de articulação; uma consciência, que Deleuze (1985) conecta, no universo cinematográfico, ao papel da câmera.

Um exemplo dessa abordagem apresentada acima poderá ser observado mais à frente nos resultados da pesquisa que realizamos com as domésticas e patroas, onde foi percebido que a rede de compartilhamentos entre os dois grupos de mulheres, estava diretamente conectada com os papéis que cada categoria ocupa na dinâmica do trabalho doméstico. Ao ter contato com o filme "Que Horas Ela Volta?", houve um aflorar de percepções inicialmente de natureza afetiva que depois se materializaram em análise crítica por ambos os grupos.

Dentro da linha de pensamento desses aspectos que foram revelados com a nossa pesquisa, Duarte (2002) assevera que com os filmes se pode aprender a usufruir intensamente da emoção que provocam, interpretar imagens, refletir a partir delas e reconhecer valores diferentes, o que ajuda o espectador a questionar os próprios valores.

Por essa perspectiva, a autora acredita que o cinema não só é um instrumento catalizador da sensibilidade, mas também articulador de uma linguagem cultural que, por sua natureza afetiva, adentra nas possíveis relações humanas em seus mais diferentes campos sociais.

Ela acredita que não é apenas vendo filmes que as pessoas desenvolvem a capacidade de interpretar, analisar e compreender os argumentos e as histórias contadas. Segundo descreve, tal "competência de ver" dependerá das experiências culturais, escolares, da afinidade com as artes e a mídia, permitindo, assim, desenvolver formas de lidar com os produtos culturais. Cada grupo social encontrará diferentes formas de interpretar as linguagens cinematográficas, e justamente pela diversidade de leituras e contextualizações que o cinema não pode ser considerado espelho da realidade e sim como um meio de representação dessa realidade por ideologias e códigos próprios dos significados atribuídos por um grupo social.

Já para Gombrich (2007), a representação aponta para um duplo caminho (o aspecto espelho e o aspecto mapa). O primeiro diz que toda representação é

convencional, mesmo a mais analógica⁸; o segundo diz que há convenções mais naturais, ou seja, mais objetivas do que outras, as que agem sobre as propriedades do sistema visual (especialmente a perspectiva). Ele afirma que, há sempre mapa no espelho: apenas os espelhos naturais são puros espelhos.

Ao contrário, a imitação deliberada, humana, da natureza, implica sempre desejo de criação concomitante ao desejo de reprodução (e que frequentemente o precede), e essa imitação passa sempre por um vocabulário da pintura (mais tarde da foto e do cinema) que é relativamente autônomo. Assim se explica, por exemplo, que "o mundo jamais se assemelha, de forma alguma, a um quadro, ao passo que um quadro pode assumir a aparência do mundo": no quadro, essa aparência do mundo é modelada, e modulada por esquemas que visam fazer compreender. A arte é também "o que ensina a ver". (AUMONT (2012, p. 199)

Nesse sentido, o filme enquanto produto artístico também ensina a ver, a perceber a realidade a partir de todos os elementos que o compõe. O cinema pelo seu produto final consegue ser a união entre o virtual e o real, entre o que é imaginário mas também palpável, isso devido à relação espaço-tempo. No encontro dessas duas unidades é que a representação se aproxima da realidade, devido aos fragmentos de semelhança comum entre ambos.

No filme "Que Horas Ela Volta?", existe uma relação com o real evidente, pois, a criadora da obra afirmou ter se inspirado nas experiências pessoais para compor a narrativa. Na produção brasileira temos a semelhança da narrativa proposta pela diretora Ana Muylaert, essa pautada no universo do trabalho doméstico, com a realidade vivenciada no Brasil. A responsável pelo filme buscou compilar nas representações ficcionais as vivências e memórias que acumulou sobre a temática, focando no cotidiano de uma família de classe média paulistana e nos conflitos que surgem do convívio com a personagem central da trama, uma trabalhadora doméstica.

O trabalho doméstico como elemento central de um produto filmico não é novidade no Brasil, porém, as abordagens dadas ao tema foram diversas. Para que possamos ter um pouco mais de conhecimento sobre as concepções que foram feitas

⁸ Analogia é uma relação de semelhança estabelecida entre duas ou mais entidades distintas. O termo tem origem na palavra grega "analogía" que significa "proporção". Pode ser feita uma analogia, por exemplo, entre cabeça e corpo e entre capitão e soldados. Cabeça (cérebro) e capitão são duas entidades análogas. Possuem função semelhante que, neste caso, é comandar, dar ordens. De igual forma, corpo e soldados exercem a mesma função que é obedecer às ordens. Na Filosofia, a analogia é uma forma de averiguar o porquê da semelhança entre objetos ou ideias. Na Gramática, a analogia é um fenômeno responsável pela criação de uma nova forma linguística, consiste na razão da formação de algumas palavras.

acerca do tema durante a evolução do cinema brasileiro, a seguir apresentamos um breve panorama da história do cinema do Brasil.

1.2 Cinema Brasileiro

Até o momento fizemos um percurso para entender a questão da representação pelo cinema de modo geral, nesse momento do trabalho começamos a lançar um olhar sobre o cinema brasileiro e as representações por ele difundidas, destacando principalmente a forma de representar trabalhadoras domésticas.

O entendimento de representação deve ser diferenciada da ideia da representação formal (falar por), segundo acredita Spivak (2006) não se trata de ato político, mas de ver o sujeito como agente individual que, unicamente por meio da ação, pode convocar identidades de interesses, sentido de comunidade e organização política. Para a autora, apesar de ser um lugar para tratar de questões sociais, os oprimidos tem a sua fala agenciada por atores privilegiados historicamente.

Para Shohat e Stam (2006), a questão mais problemática é justamente essa: grupos historicamente marginalizados não têm controle sobre sua própria representação. As produções audiovisuais enquanto produção discursiva, acabam por legitimar as relações sociais, disputas ou articulações dos poderes hegemônicos.

As mídias, de maneira geral, acabam por silenciar diversos grupos sociais ou fala por eles. Mas Spivak (2006) acredita que podem ser pensadas práticas de representação por meio da construção de imagens socialmente verossímeis, que sejam críveis e passem a fazer parte do imaginário cotidiano das populações.

Dessa maneira o cinema com a sua capacidade de produção e reprodução de sentidos pode dar grande contribuição para a democratização das relações sociais, vai depender das maneiras como as narrativas tratarão os papéis sociais e culturais, ou seja, repetindo, ou não, naturalizados discursos sobre os diferentes grupos sociais.

O cinema brasileiro dentro dessa lógica sempre se destacou pela qualidade de se inspirar na realidade social do país ao criar suas narrativas, promovendo, assim, mais do que uma integração entre cinema, arte e cultura, surgiu uma relação marcante entre cinema e política. Para comprovar isso basta observar os produtos construídos nos períodos da “chanchada”, “cinema novo” e “cinema marginal”.

Segundo descreve Mascarello (2006), os realizadores do cinema novo, por exemplo, acreditavam que por meio dos filmes era possível promover uma recuperação da história do Brasil, em resposta à "situação colonial" vigente no país. A intenção principal era discutir a realidade em seus diversos aspectos: social, político e cultural.

Os jovens cineastas, segundo o autor, confiavam que a realização dos filmes oportunizaria a escrita de um novo capítulo para a história nacional através de temáticas como a escravidão, o misticismo religioso, a violência na região Nordeste e a modernização nos grandes centros urbanos.

O que fica claro nesse contexto apresentado é que os realizadores, por meio dos filmes, assim como por qualquer outro dispositivo midiático, atuam em consonância com a sociedade na qual estão inseridos, e se propõem ir além de retratá-la, mas representá-la. Essa representação é o que leva à criação de um “efeito de realidade” (Aumont, 1995, p.111), essa aceitável na medida em que as imagens estejam de acordo com os padrões de verossimilhança e respeitem à construção da narrativa além das relações sociais e culturais presentes nelas.

Em se tratando da representação da trabalhadora doméstica, foco da nossa pesquisa, essa a figura sempre foi uma presença constante na cinematografia brasileira e televisiva, porém, sem que houvesse destaque. A trabalhadora doméstica geralmente aparece em pequenos papéis e representadas no seu local de trabalho: cozinha e área de serviço.

Dentre alguns exemplos de filmes que abordam a profissão estão as produções "Cala a boca, Etelvina" (de Eurides Ramos, 1958); "Minervina vem aí" (de Eurides Ramos, 1959); "Como é boa a nossa empregada" (de Ismar Porto e Victor di Melo, de 1963); "Empregada para todo o serviço" (de Geraldo Gonzaga, 1977); Lição de amor, (de Eduardo Escorel, de 1975).

De acordo com a análise de Mendonça e Jordão (2008), quando personagens domésticas ganharam maior visibilidade nas narrativas cinematográficas, as representações encontradas foram de grandes mães ou messalinas suburbanas que competem pelo lugar social da “patroa”.

Para as pesquisadoras, em alguns dos filmes mais representativos sobre a temática, os quais veremos no transcorrer desse tópico, as empregadas são enquadradas nas seguintes categorias: do sujo, do grotesco, do burro, do submisso, do místico, do

invasor, do desonesto, do outro, que sabe muito ou tudo dos padrões, mas que para eles é, ao mesmo tempo, um verdadeiro desconhecido.

Elas perceberam ainda que os pontos em comum nas abordagens são: a falsa proximidade, as desconfianças, a condição subalterna, as pequenas subversões, a falta de espaço próprio, a invasão de privacidade, a falta de perspectiva profissional, a proximidade com o assédio sexual.

A presença das domésticas, enquanto personagens, se tornou mais evidente nas produções brasileiras a partir de 1970 com o cinema marginal. Naquele ano, estreou “Cuidado, madame” de Julio Bressane, o filme fala sobre a dominação social, apontando uma reação de trabalhadoras domésticas à situação em que vivem.

No mesmo ano “Copacabana, monamour”, obra dirigida por Rogério Sganzerla explicita os resquícios da escravidão presentes no ofício de uma trabalhadora doméstica. Em 1973 com a “Pornochanchada estreou ”Como é boa nossa a empregada”, filme de Ismar Porto e Victor Di Mello”, nele se observa um direcionamento de gênero para a atividade doméstica.

Na fase da retomada do cinema brasileiro, o diretor Fernando Meirelles estreou o longa-metragem “Domésticas”. O filme de 2001, mostra com humor e ironia, o cotidiano de mulheres e seus sonhos enquanto cuidam da casa e outras pessoas. O curta “Recife frio” de 2009, do diretor Kleber Mendonça Filho, apresenta outra perspectiva, coloca o quartinho de empregada como centro de uma disputa. Em 2010, Gabriel Mascaro lança o documentário “Doméstica” para mostrar as histórias de pessoas que tentam fugir dos estigmas da profissão.

Em 2015, pela primeira vez, uma mulher aparece à frente de um longa-metragem ficcional sobre a temática. Ana Muiyaert, roteirista e diretora de “Que Horas Ela Volta?”, escolheu mostrar o cotidiano de uma trabalhadora doméstica que mora na casa dos patrões.

Mendonça e Jordão (2008), se debruçaram sobre quatro filmes brasileiros que abordam a temática na tentativa de identificar alguns elementos mais constantes, acreditando que essas produções muito dizem sobre o imaginário social constituído a respeito do trabalho doméstico, foram eles: O Romance da Empregada, com direção de Bruno Barreto, 1988; Cronicamente Inviável, com direção de Sérgio Bianchi, 1999; Domésticas – o filme com Direção de Fernando Meirelles e Nando Olival, 2001; O casamento de Louise, com direção de Betse de Paula, 2000.

Segundo as estudiosas, a escolha dos filmes se deu pela disparidade de épocas, estilos e gêneros. Dessa forma acreditam que é possível verificar a dinâmica das representações do trabalho doméstico ao longo dos anos. Essa crença delas pode ser aproximada da premissa de Aumont de que o cinema é "concebido como o veículo das representações que uma sociedade dá de si mesma" (AUMONT, 1995, p. 98).

Acerca do filme "Em Romance da Empregada", Mendonça e Jordão (2008), identificaram que a personagem Fausta tenta romper o "destino" ou a "sina" de ser empregada doméstica. Verificaram que Fausta interage com as personagens masculinas em relação de proveito, suas ações se mostram sem reservas éticas, remorsos ou escrúpulos, ela almeja nesse uso dos homens vida materialmente mais digna.

Elas destacam que existem outras empregadas domésticas representadas que atuam como figuração e que no filme impera a sordidez e a promiscuidade das favelas, dos meios de transporte, das relações sociais.

A respeito de "Cronicamente Inviável" foi percebido que a obra trata das relações sociais hierarquizadas interligadas a partir de seis personagens. Existe um vínculo entre empregadas e patrões que é percebido pela aproximação da doméstica Josilene com a família de sua patroa. Na análise que fizeram, Mendonça e Jordão, verificaram que são poucas as aparições da doméstica e que no contexto da diegese proposta, a personagem é inferiorizada, considerada como uma pessoa sem inteligência e sem esforço nos afazeres domésticos.

O que as autoras consideram como vinganças, ou possíveis subversões, é a cena em que a doméstica leva o namorado para a cama dos patrões e é flagrada. Elas concluem que o respeito, a distância e a inviolabilidade da cama dos patrões parece ser o símbolo da distinção, da diferença do lugar social ocupado pelos indivíduos.

Sobre o filme "O Casamento de Louise" as pesquisadoras verificaram que ao passo que a história mostra um arranjo afetivo "natural", com os pares oriundos do mesmo meio social, mais uma vez está presente a ideia da possibilidade de ascensão social das empregadas domésticas por meio de um casamento vantajoso com alguém de classe social superior. Elas entendem com essas representações, indícios de que não se verifica, dentro da própria profissão, possibilidades de transformação da realidade socioeconômica ou o crescimento de qualquer espécie.

E por fim, em "Domésticas, O Filme", obra que mistura histórias ficcionais com depoimentos, o que cria uma ideia de documentário, há uma abordagem mais crítica.

Por meio do humor a relação das empregadas domésticas com as patroas é apresentado sobre o ponto de vista das empregadas, isso se materializa no discurso e nas locações, do filme, essas basicamente compostas por cozinhas e dependências de empregadas das casas das patroas. A respeito dos discursos, as autoras destacam trechos das “entrevistas” com as protagonistas, pois, esses momentos evidenciam aspirações, perspectivas, possibilidades de mudança de vida, os gostos. Em um dos momentos uma das personagens afirma que ser doméstica é “sina” e por isso deve ser seguida pelas novas gerações: avó, mãe e neta empregadas domésticas.

A única recusa bem sucedida, a de Kelly, jovem filha da personagem Créo, causa transtornos, desespero e insegurança à mãe, como toda ruptura de padrões. A ambição de Roxane em se tornar modelo a leva ao mundo dos “programas” sexuais. Nos dois casos, a desesperança e a descrença nas perspectivas de profissão e de vida. Nos dois casos a assimilação de certa “altivez” no trato com os subalternos adquirida com a convivência com os “superiores”. (MENDONÇA E JORDÃO, 2008, p. 9),

As autoras analisaram ainda que no filme de Fernando Meirelles e Nando Olival que existem algumas metáforas que colocam a vida pessoal das domésticas sempre associadas a alguma prática laboral, como por exemplo o uso de eletrodomésticos. Detectaram que na convivência entre domésticas e patrões existe sempre o sentimento de desconfiança, em alguns relatos destacados do filme elencam a impressão que as empregadas tem de suas patroas:

"Elas (as patroas) aturam a gente porque elas não gostam de limpar bosta, esfregar chão, lavar as cueca dos marido, né não?" Do ponto de vista das empregadas, revela-se a percepção da desvalorização do serviço doméstico. Além do mais, qual a perspectiva de mudança? Que alternativa profissional seguir? Daí a pergunta final do filme: “Isso é vida”? (MENDONÇA E JORDÃO, 2008, p. 10)

Tais análises descritas acima sobre os filmes brasileiros, obras relevantes no contexto dos seus lançamentos, foram importantes para que pudéssemos traçar comparativos sobre as representações materializadas em "Que Horas Ela Volta?". Por meio delas também foi possível ter um panorama sobre as categorias analíticas referentes à temática que são recorrentes e verificar quais delas retornam nos dados que emergiram da nossa pesquisa.

Como vimos anteriormente, um filme projeta a sociedade no contexto em que ele é produzido, desse modo, foi possível olhar para trás utilizando as representações feitas anteriormente ao filme de Muylaert e efetivar aproximações mais claras com a produção com a qual trabalhamos.

Diante do conjunto de representações transformadas em narrativa na obra brasileira de 2015, e lançando mão do método escolhido, foi possível chegar a uma variedade de sentidos gerados por domésticas e patroas. Os significados de natureza social e cultural que apareceram, foram transformados em categorias como veremos um pouco mais à frente neste trabalho.

Nesse momento vamos adentrar nas questões contidas no filme que conduziu o nosso processo metodológico. Entender alguns dos elementos contidos em "Que Horas Ela Volta?" será necessário para que, mais à frente quando os dados forem apresentados, se tenha uma melhor percepção dos componentes que serviram como acionadores do universo simbólico de empregadas e patroas.

1.3 Que Horas Ela Volta?

O lançamento do filme “Que Horas Ela Volta?” aconteceu oficialmente fora do país, em salas da Europa e America do Norte, conquistando diversos prêmios internacionais com o título em inglês "The second mother".

A estréia mundial foi dentro da programação do Sundance Film Festival em Utah nos Estados Unidos. Isso se deu no início de 2015 e somente depois foi exibido em sete países europeus antes de ser projetado no Brasil. Nos cinemas brasileiros a estréia aconteceu em 27 de agosto do mesmo ano.

O Ministério da Cultura, em setembro de 2015, escolheu a produção brasileira para representar o Brasil na disputa pelo Oscar de melhor filme estrangeiro da edição de 2016, mas a não houve a indicação ao prêmio. Segundo o jornal Correio do Povo, em dezembro de 2016, a obra cinematográfica foi eleita um das cinco melhores produções estrangeiras pela organização norte-americana (National Board of Review); e no mesmo mês foi eleito melhor filme do ano pela Associação Brasileira dos Críticos de Cinema (Abraccine). Ainda em 2016 foi indicado pelos Estados Unidos Satellite Awards e Estados Unidos Critic's Choice Awards como melhor filme Estrangeiro.

O longa-metragem além de ter sido exibido no cinema, ganhou ainda mais projeção ao ser reproduzido duas vezes na televisão aberta. A última veiculação foi realizada pela Rede Globo de Televisão no primeiro semestre de 2017.

O enredo

O roteiro ficcional de Muylaert tem como protagonista a pernambucana Val, interpretada pela atriz Regina Casé. A personagem deixa a filha Jéssica (Camila Mardila) no Nordeste para trabalhar em São Paulo como babá. Val cuida de Fabinho (Michel Joelsas), único filho dos patrões Bárbara (Karine Teles) e Carlos (Lourenço Mutarelli).

O filme começa em plano aberto na piscina dos patrões, mostrando justamente a rotina de Val quando ela chegou ao Sudeste. Na cena Val está ao telefone recebendo notícias sobre a filha que deixou aos cuidados de parentes enquanto cuida de Fabinho ainda criança.

Essa é uma cena rápida que apresenta ao espectador o início de uma relação trabalhista que se modificou com o tempo. O enredo se desenvolve de fato onze anos após chegada de Val à casa dos patrões. Há uma passagem temporal na história, logo, a narrativa é atualizada e passa a dialogar com a realidade brasileira mais recente.

As cenas iniciais situam o expectador sobre a rotina da casa onde a doméstica mora e trabalha. Ela é acompanhada pela câmera executando suas atividades desde as primeiras horas do dia, só que não mais na função de babá e sim como responsável por cuidar da casa de maneira geral.

Em diversos momentos Val interage de maneira íntima com os patrões e eles, por vezes, afirmam que a consideram da família. A relação que a doméstica estabelece com Fabinho se apresenta ainda mais íntima, afinidade que fica explicitada quando o garoto pede para dormir no pequeno quarto de Val. Tais ações mostram que um laço afetivo, quase que maternal, foi consolidado entre os dois.

Uma rotina aparentemente estável, sem ruídos, começou a ser alterada com a notícia de que a filha de Val está indo a São Paulo prestar vestibular para arquitetura. A garota sem saber que a mãe vive com os patrões pergunta se pode ficar com ela no período que antecede as provas. Quando Val consulta Bárbara sobre o pedido, a patroa

não faz objeção, inclusive se compromete a pagar o colchão que deverá ser colocado no quarto da doméstica.

A chegada de Jéssica é o principal ponto de virada da obra. A garota também deixa um filho no Nordeste, mas esconde isso da mãe acreditando que dessa forma não haveria como Val intervir no seu desejo de ingressar numa universidade pública.

No percurso entre o aeroporto e a casa dos patrões é que Jéssica descobre que a mãe não tem uma casa própria e reside no trabalho. A garota não fica muito satisfeita com a ideia de ficar hospedada na casa dos patrões, mas tenta se adaptar.

Jéssica é apresentada a Bárbara, Carlos e Fabinho durante o jantar da família. Os patrões a recebem com educação, mas fica evidente a surpresa quando eles descobrem que o curso e a universidade escolhidos por Jéssica são os mesmo que Fabinho pleiteia com o vestibular. Bárbara fica impressionada e diz que o país está mesmo mudando. Enquanto apresenta a casa à Jéssica, Carlos conversa com a garota sobre o interesse dela pela arquitetura e fica evidente que ele começa a se encantar com as colocações que ela faz.

A personalidade de Jéssica e o conhecimento acumulado na escola surpreenderam os patrões e o filho do casal. O deslumbramento de Carlos se materializa quando ele autoriza que Jéssica ocupe o quarto de hóspedes, cômodo maior que o quarto da mãe e que fica inserido na área social da casa. A mesma empatia em relação à garota não acontece com Bárbara. Apesar de dizer que não havia problema, ela demonstra não ter gostado da decisão do marido em ceder o quarto de hóspedes para a filha da doméstica.

Aos poucos, devido os laços que se estreitam com Carlos, Jéssica ganha mais espaço na casa. O patrão parece deixar de ver a garota como filha da empregada e com ela conversa sobre arte e arquitetura durante as refeições que são feitas na sala. O fato de Jéssica sentar à mesa da sala e comer da sobremesa de Fabinho causa incômodo na mãe.

Nas discussões que trava com Val, Jéssica demonstra não compreender as colocações que a doméstica faz acerca da sua conduta. A garota questiona porque tantas restrições de comportamento se Val afirma que a casa também pertence a ela. Diante das colocações da filha e das respostas da doméstica, o espectador é colocado frente a duas formas de ver aquela realidade: uma conformista e outra libertária.

Algumas situações inusitadas cruzam a narrativa como a tentativa de Carlos em beijar Jéssica. A garota fica surpresa com a atitude do patrão e percebe naquele momento que ele estava entendendo de maneira equivocada a aproximação. Na mesma cena Carlos recebe a notícia de que Bárbara sofreu um acidente de carro.

No decorrer da trama a falta de afinidade entre Bárbara e Jéssica fica mais evidente, assim como a distância entre Fabinho e Bárbara. A cena em que a garota entra na piscina após ser puxada por Fabinho e Cabeça marca o início de uma virada na trama que vai romper com as aparências entre patrões e empregados. Bárbara chama Fabinho e desabafa sobre a falta de carinho que ele destina a ela.

Em seguida, a patroa manda esvaziar a piscina alegando que um rato entrou nela, essa colocação é feita de maneira sutil no filme e resgatada por Jéssica quando ela fuma maconha com Fabinho à borda da piscina esvaziada.

As cenas posteriores acentuam a insatisfação de Jéssica em estar morando numa casa onde não encontra liberdade para transitar. Ela provoca a mãe para que procurem um lugar onde possam morar. Por um momento mãe e filha acreditam que esse momento chegou, elas conseguem uma casa que foi indicada por uma amiga de Val. A mudança acaba não dando certo e elas voltam para a casa dos patrões, mas precisam se adequar às novas condições impostas por Bárbara.

Uma cena importante, que demonstra como mãe e filha possuem contextos culturais distintos, é quando elas estão deitadas no quarto da doméstica e Jéssica diz não compreender como Val suporta viver daquela forma. Nesse momento Val afirma que Jéssica se acha “melhor que os outros” e a garota corrige dizendo que apenas não se sente “pior que ninguém”.

O momento em que Jéssica é flagrada por Bárbara comendo o sorvete de Fabinho é outro ponto de virada importante. O fato de ser repreendida por Bárbara e não ter sido defendida por Val, impulsionou a saída de Jéssica da casa dos patrões na véspera do vestibular. No dia seguinte os pais de Fabinho demonstram ansiedade e apressam-se em levá-lo para prestar vestibular.

Toda a movimentação da família é acompanhada por Val, ela transparece não estar bem com o sumiço da filha na véspera da prova. Na cena seguinte, Bárbara e Carlos conferem com Fabinho o gabarito da prova. O garoto não consegue a pontuação necessária e fica desolado. Ele é consolado por Val, mas quando Bárbara tenta consolá-lo é rejeitada, essa atitude do filho é sentida e verbalizada por ela.

Ainda na mesma sequência a doméstica entra no quarto e traz a notícia de que Jéssica fez uma alta pontuação no vestibular de arquitetura. A surpresa e o constrangimento dos padrões ficam evidentes, assim como, a felicidade de Val com a novidade.

No percurso final da narrativa algumas transformações se materializam: Fabinho viaja para fora do país; Jessica passa a morar sozinha; Val antes de pedir demissão do trabalho entra pela primeira vez na piscina para ligar para Jéssica e falar da sua felicidade com o resultado do vestibular.

O pedido de demissão de Val representa uma transformação significativa no olhar. O fato de largar tudo para morar com a filha e um neto que acabara de descobrir que tem, demonstra que Jéssica trouxe para a aquela mulher novas formas de enxergar a realidade, outras perspectivas para a vida.

Os eventos contidos na narrativa fílmica transparecem um contexto diferenciado para as minorias sociais. Ao aproximar a realidade ficcional do momento histórico e político que ele representa, é possível verificar que o Brasil retratado é compatível com aquele que existia quando o filme foi lançado.

Em 2015, as políticas públicas de acesso ao ensino superior estavam oportunizando o acesso igualitário às universidades públicas. E novas perspectivas para o trabalhador doméstico se abriram com a promulgação da Lei Complementar nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015 que foi sancionada pela presidência da república e ficou popularmente conhecida como a “PEC das domésticas”.

Como poderemos ver mais detalhadamente no capítulo destinado aos marcos legais do trabalho doméstico, o texto da PEC DAS DOMÉSTICAS alterou leis que vigoravam anteriormente e deu outras providências para a situação desse trabalhador. Com bases nos dados da pesquisa, verificamos que tais mudanças causaram uma reorganização na dinâmica do trabalho doméstico. Essas não somente de ordem econômica, foram geradas transformações de natureza mais subjetiva.

Algumas dessas alterações já estavam presentes na diegese de “Que Horas Ela Volta?”, por isso, acreditamos que a obra de algum modo falou diretamente aos sujeitos da pesquisa. A codificação desses elementos de ordem política pode ser percebida na entrevista que realizamos com Ana Muylaert, apesar de estarmos tratando do contexto da recepção e não da produção fílmica, acreditamos ser válido compreender a dimensão simbólica proposta pela idealizadora da obra.

Entrevista realizada com Ana Muylaert, diretora do filme “Que Horas Ela Volta?”

Por meio de entrevista semi-estruturada, concedida exclusivamente para a pesquisa, a diretora do longa-metragem brasileiro explicou as intenções discursivas presentes na narrativa fílmica. As respostas concedidas por Ana Muylaert acerca do processo de concepção ajudaram na análise sobre a construção simbólica de “Que Horas Ela Volta?” e possibilitaram melhor visualização dos elementos da realidade utilizados como inspiração.

A respeito do universo discursivo (texto e imagem), Muylaert afirma que a pretensão foi mostrar a história de uma empregada doméstica do ponto de vista da cozinha e não da sala. A diretora explicou que a câmera também toma esse partido, estando sempre na cozinha, olhando por uma fresta para a sala. Para ela, a chegada de Jéssica significa o rompimento dessa barreira:

[...] Até a chegada da Jessica que rompe essa barreira. Vemos o ponto de vista da empregada e a parte da cena principal que lhe cabe ver. É quase como um camarim e o palco, ela pode estar no camarim, mas não no palco. A empregada aqui não é mera figurante que entra e sai de cena para servir. Ela é a protagonista, o centro da história e o ponto de vista de onde vemos os patrões. Portanto, ela é a saúde, a força, a trabalhadora, enquanto seu patrão vive sentado, preguiçoso sem fazer nada. Isso é uma pequena mudança de ponto de vista, mas que causa bastante impacto e em geral leva à reflexão (Ana Muylaert).

Muylaert assevera que a obra foi criada para gerar debate sobre o separatismo social que acontece no Brasil dentro dos lares de classe média e classe alta – que mantém a empregada não como uma funcionária comum, mas como uma cidadã de segunda classe, um resquício da escravidão. A criadora da obra ficcional garantiu querer falar sobre o mal que essas relações laborais domésticas causam aos empregados e patrões, além das crianças que ficam no meio de toda essa dinâmica.

Para ela, a narrativa é uma forma de falar sobre educação. Quando questionada sobre as motivações ideológicas transpostas para o drama, a cineasta reconheceu que a obra traz muito de um olhar particular sobre o problema, uma proposta crítica ao modo escravagista presente nos dias de hoje:

[...] Eu tenho uma influência da cultura oriental através do budismo e do

taoísmo, onde se ter um serviçal fazendo todo o seu trabalho privado é considerado algo muito negativo para o patrão. Existe uma história zen que o discípulo se aproxima do mestre e pergunta mestre o que é o zen? E o mestre diz: o zen é comer o arroz e lavar a tigela. Acho que o filme fala também sobre isso, sobre a necessidade de cada um fazer o próprio serviço particular. Mas fala também de muitas outras coisas. Acho que o filme serve ainda para que se valorize a figura da mãe e a sua importância na educação das crianças (Ana Muylaert).

Quando questionada sobre os possíveis discursos políticos contidos na produção audiovisual, a diretora compartilhou que a realidade social do ano de 1996 motivou a escrita do roteiro. Ela relembrou que naquele ano teve um filho e percebeu que amigas de classe social equivalente à dela, entregavam os filhos aos cuidados de babás. “Eu não queria fazer isso... Queria fazer todo o trabalho da mãe. Percebi que quanto mais eu fazia, mais forte eu ficava. Eu senti que a maternidade poderia ser uma grande chance de crescimento”, descreveu Muylaert.

Ao falar sobre as personagens femininas em "Que Horas Ela Volta?", a criadora ressaltou as seguintes características:

[...] Val é uma guerreira, mas é submissa. Se acha inferior aos outros. Representa o Brasil antigo; Barbara também é uma guerreira, mas se acha superior aos outros, ela representa a arrogância e a ignorância da elite; Jéssica é guerreira, mas não se acha nem inferior nem superior a ninguém, representa a força da nova juventude brasileira (Ana Muylaert).

Muylaert destacou a necessidade que sentia em conceber um produto para que as empregadas se vissem e debatessem, acredita que os aspectos culturais contidos em “Que horas Ela Volta” podem ter contribuído para a boa aceitação.

[...] Esse “modus operandi” dentro de casa, do modo carinhoso e promiscuo como acontece aqui é um jeito muito brasileiro de lidar com a coisa. Eu queria mostrar como o brasileiro ainda tem a mente muito escravagista e nem se da conta disso. Eu queria que as pessoas vissem o filme e percebessem o que estão fazendo, quanto desrespeito, quanta violência pode estar contida em pequenos gestos cotidianos (Ana Muylaert).

Por último, a idealizadora do filme expôs o seu ponto de vista acerca do cinema idealizado por mulheres. Quando questionada sobre a ideia de haver uma forma feminina de construir discursos, afirma que embora seja um assunto complexo e longo, há particularidades que diferenciam o cinema feito por mulheres.

[...]Acho que todas as narrativas que estão interessadas em heróis que vão para a Guerra, para a floresta, caçar, lutar estão mais ligadas a perspectiva masculina. Quando se faz histórias mais intimistas, mais sentimentais ou críticas, acho que estão ligadas mais a visão feminina – embora nem sempre isso tenha a ver com o gênero do autor. Um homem pode sim ser feminino ao construir suas histórias – como Almodóvar, por exemplo e uma mulher pode

também ser masculina ao fazer seu filmes, como katrin Bigelow por exemplo. Acho que tem a ver com um aspecto da alma (Ana Muylaert).

As informações obtidas com a aplicação da entrevista se constituem como elementos a serem confrontados no aprofundamento da compreensão sobre a ficção e a sua relação de troca com o real.

1.4 Representações Sociais na obra de Muylaert.

Como vimos lá atrás quando abordamos a relação das representações sociais com o cinema, a psicologia social entende o filme como sendo de construção e reconstrução que dialoga com o imaginário humano. Por meio da técnica cinematográfica pode haver a difusão e legitimação de padrões sociais que estão ancorados na realidade, isso dependerá dos agenciamentos individuais de cada espectador.

Em relação às representações que o cinema incorpora, Deleuze (1985) acredita que as imagens cinematográficas no encadeamento de imagens, sons, tempo e movimento tornam possível a relação do pensamento de seus diretores com a matéria do mundo que se torna cinematográfica.

Quando se apropria dessa fecunda realidade material e a transforma em significação, na produção de relações entre essas imagens e o pensamento que se extrair destes cenários, o cinema instiga um novo olhar sobre a ilusão do movimento, agora não mais como “o aparelho aperfeiçoado da mais velha ilusão, mas, ao contrário, o órgão da nova realidade a ser aperfeiçoado” (DELEUZE, 1985, p. 14)

A crença de Deleuze (1983) é a de que o cinema começa com uma tentativa de reprodução da percepção humana em seu esquema sensório-motor, oferecendo um pretenso ponto de vista privilegiado e centralizador na medida que anseia mostrar como os sujeitos enxergam, enaltecendo a capacidade de análise inteligível do mundo.

A partir da compreensão sobre o olhar de quem produz imagens no cinema e adentrando no universo de representações que elaboram para conseguir efeitos no real,

seja na perspectiva da legitimação ou reordenamento da compreensão sobre o mundo, que vale adentrar nos universo de representações sociais do filme "Que Horas Ela Volta?".

Para entender as representações que a diretora Ana Muylaert seleciona em sua obra cinematográfica, é fundamental levar em consideração o lugar de enunciação do sujeito criador. O filme em questão é o "lugar de fala" de uma mulher branca de classe média alta, essa condição direciona a análise para uma perspectiva de gênero/classe que deve levar em consideração o fato de que o cinema, desde suas origens, foi dominado por homens. Sendo assim, a estruturação da sua linguagem e a forma como os sujeitos decodificam os elementos contidos no filme, geralmente, se localizam dentro de uma cultura do olhar que está pautada no masculino.

Nessa perspectiva, vale refletir em que medida a diretora do longa metragem brasileiro subverte o horizonte de expectativas acerca das representações de gênero/classe, rompendo assim com os clichês. Segundo Lavaud (1999), a imagem cinematográfica nos libera do clichê. A câmera pode se tornar uma verdadeira instância de reflexão que produz um discurso construído e articulado, onde se abrem novas relações da imagem ao tempo, à expressão e ao pensamento.

Uma vez que a narrativa proposta por Muylaert segue uma linha clássica, intimamente ligada ao modelo de reconhecimento, ou seja, do processo de representação do real por semelhança, característica que conduz à construção do que se convencionou chamar por clichês. É possível pensar em que medida a sua obra reproduz ou ajuda a subverter a lógica culturalmente instituída sobre o trabalho doméstico e seus trabalhadores, atribuindo (ou não) à narrativa, por meio de direcionamentos éticos e morais. Para Guéron (2011) clichê se aproxima da moral:

[...] é tão impossível a experiência do real sem o clichê quanto sem a moral na definição que dela faz Nietzsche. Como um esquema de controle e interiorização dos instintos. A contradição está no fato de que os dois, moral e clichê, se voltam absolutamente contra a vida: que aquilo que parece nascer de uma força que constitui a vida, precisa ser quebrado para que esta possa se afirmar. (GUÉRON, 2011, p.138).

No início deste trabalho discorreremos sobre a capacidade que o cinema possui de unir técnica e arte, fazendo uma fusão entre o real e imaginário num processo de trocas

simbólicas que servem para que os sujeitos produzam novas imagens e novas formas de subjetividades. A exemplo do que descreveu Deleuze (1983) sobre o pensamento de Bergson, a imagem no cinema habita numa existência situada a meio caminho entre a coisa e sua representação.

Sendo assim, quando Ana Muylaert adapta para a linguagem audiovisual um contexto vivido (coisa) e o ressignifica (representação), leva em consideração a premissa de que há uma disposição dos sujeitos para a assimilação de imagens e que esses fazem uso do conteúdo fílmico em suas práticas cotidianas. Para Gombrich (1995), o "o olhar inocente" é um mito.

O teórico exemplifica dizendo que uma mancha numa tela se parece com uma casa, e não a casa que se parece com a mancha. Não existe, assim, um olhar inocente, há uma codificação mais ou menos consciente. Para ele, a mancha de pigmento que colocamos na tela, só é uma casa dentro de um contexto. Quando o contexto é alterado, essa mesma mancha poderia ser identificada como outros objetos.

Por essa razão é preciso olhar o que foi materializado na obra da cineasta levando em consideração os aspectos da história social e memória coletiva acerca dos padrões de comportamentos que foram legitimados. Deleuze revisitando Bergson afirma que o homem não percebe a coisa ou a imagem da coisa inteira, percebe sempre menos, percebe o que está interessado em perceber, ou melhor, o que tem interesse em perceber devido aos interesses econômicos, crenças ideológicas, exigências psicológicas.

Portanto, comumente, percebemos apenas clichês. Mas se os nossos esquemas sensorio-motores se bloqueiam ou quebram então pode aparecer outro tipo de imagem: uma imagem ótico-sonora pura, a imagem inteira e sem metáfora, que faz surgir a coisa em si mesma, literalmente, em seu excesso de horror ou beleza, em seu caráter radical ou injustificável, pois ela não tem mais de ser "justificada" como bem ou mal. (DELEUZE apud BERGSON, 1983, p. 31)

Por isso, é preciso levar em consideração o ponto de vista da criadora de "Que Horas Ela Volta?", tendo em mente os discursos por ela desvelados na entrevista exposta no início do trabalho, porém, é preciso verificar se as intenções no ato de construção da mensagem trilham um caminho de desconstrução do senso-comum ou legitimam os clichês.

Como ponto de partida para analisar os aspectos que são desconstruídos em "Que Horas Ela Volta?" retomemos a presença de uma mulher como roteirista e diretora

de uma grande produção cinematográfica. Dentro de um contexto hegemônico que privilegiou o masculino na história do cinema, a presença de Ana Muylaert é um aspecto de representação que vai de encontro a um padrão social legitimado.

Porém, é conveniente problematizar na perspectiva de que a linguagem cinematográfica (codificação e decodificação) foi modelada pelo universo masculino, sendo assim, ainda que subvertam, as obras cinematográficas conduzidas por mulheres estão submetidas a paradigmas estruturados por homens e que foram legitimados historicamente. Outros pontos de desconstrução serão levantados a seguir, tendo como referência o conceito de hegemonia proposto por Stuart Hall, para ele falar em hegemonia "é adentrar no terreno das práticas, representações, linguagens e costumes concretos de qualquer sociedade historicamente específica" (Hall, 2003, p.313).

Hall entende que hegemonia é consentimento a partir das relações de qualquer grupo social, haja vista que um grupo social se forma no momento em que algumas pessoas compartilham princípios e comportamentos, visões da realidade e da existência. O teórico ressalta que a hegemonia não se estabelece somente baixando decretos, mas mediante uma permanente transformação de valores e costumes morais na sociedade civil.

A hegemonia se caracteriza pela falta de correspondência entre as dimensões econômica, política e ideológica. A "não correspondência" que o autor preconiza relaciona infraestrutura (economia) e superestrutura (ideologia, política). Nessa perspectiva a hegemonia torna a realidade como circular, fechada, cuja única história seja aquela do "entretanto". Esse pensamento dialoga com a ideia deleuziana de repetição, intimamente ligada aos clichês vividos pelos homens em sociedade: "civilização da imagem? Na verdade uma civilização do clichê" (DELEUZE, 2005, p. 32).

Para o francês, a problema está menos na saturação de imagens, sejam elas eletrônicas, analógicas, fotográficas ou cinematográficas, e mais na qualidade dessas imagens. Ele acredita que as imagens são produzidas como repetição de lugares comuns, ligadas a uma imagem-moral que se conecta com esquemas-sensórios motores que nos protegeriam pelo anestesiamiento de experiências que fogem ao comum.

Em "Que Horas Ela Volta?" temos a reapresentação de uma narrativa recorrente nos filmes que possuem empregadas domésticas ou diaristas: mulheres nordestinas, mestiças, analfabetas, em diáspora, que deixam para trás filhos rumo à uma melhoria de

vida por meio do trabalho doméstico em casa de famílias abastadas do sudeste brasileiro.

Essa condição diegética seria em si um clichê, o que surge como diferencial é o ponto de vista da câmera, de onde a história é contada. A diretora optou, lançando mão do que Deleuze define como espaço/movimento, em conduzir a narrativa pela ótica da empregada doméstica, ou segundo ela descreve, do ponto de vista da cozinha. Essa escolha pode ser entendida como uma desconstrução da imagem/lei ou imagem moral como explicita Guéron (2011) sobre as imagens-clichê:

Chegaremos então a uma definição de clichê como uma espécie de imagem-
lei, de imagem moral, que age como um mecanismo padronizador e
determinador de valor, e veremos o cinema num jogo de criá-las e
desconstruí-las. Um jogo, portanto, em que o cinema tanto se afirma como
um dispositivo de poder que limita e esvazia o pensamento, quanto se afirma
como uma notável potência do pensamento na medida em que nos ajuda a
identificar os problemas da realidade e da vida e a produzir novas
possibilidades para estas. (GUÉRON, 2011, p. 14)

Ao escolher essa perspectiva para contar a história, a diretora abre mão dos seus privilégios hegemônicos e possibilita uma outra abordagem para uma narrativa desgastada em filmes com temáticas similares. Apesar desse aspecto contra-hegemônico, as outras características relativas à representação da mulher doméstica são predominantemente lineares e seguem o senso-comum. Outras rupturas parciais de representação, podem ser observadas na construção das outras duas personagens femininas da obra: a patroa e a filha da empregada.

A patroa é representada como uma mulher independente e bem sucedida, responsável pelas decisões da casa. A sua personalidade se sobressai a do marido, mostrando a emancipação da mulher por meio do trabalho. Porém, mesmo diante desses elementos diferenciados, ainda é possível observar que o padrão mulher branca, culturalmente privilegiada é reforçado.

Em relação a representação da filha da empregada, vemos mais uma vez o padrão da mulher nordestina/mestiça que deixa para trás filhos em busca de uma vida melhor no sudeste. O elemento de ruptura aí está justamente na motivação em mudar de cidade. A garota, diferentemente da mãe não é analfabeta e faz a diáspora para ter acesso ao ensino superior. Essa condição que diferencia mãe e filha desvela uma

mudança sociocultural que proporciona um encontro da narrativa ficcional com o contexto político e social brasileiro na época em que o filme estreou. Nesse aspecto, há um redirecionamento no horizonte de expectativas do filme, pois, o desfecho trivial seria a manutenção de uma cultura do trabalho doméstico imutável.

A representação da filha, enquanto personagem que rompe com a condição hegemônica de opressão às mulheres nordestinas, mestiças e pobres, é um indício de que a diretora fez escolhas que atuam na contra cultura. Diante desse contexto, o filme dialoga com o que foi pensado por Raymond Williams, ao ampliar o conceito de hegemonia:

A hegemonia vai além da cultura [...] em sua insistência em relacionar todo o processo social com distribuições específicas de poder e influências. Em função disso, pode-se sustentar que ainda podem ser vistas como elementos de uma hegemonia: uma formação cultural e social inclusiva que, na verdade, para ser efetiva, tem de ampliar-se e incluir toda essa área de experiência vivida, até mesmo para formá-la e ser formada por ela (Williams, 1979, p. 111-114).

No que se relaciona aos aspectos de linguagem, predomina no filme os planos abertos. A maior parte do diálogo acontece com a câmera parada enquadrando as personagens em destaque na cena, e muitas vezes, a câmera é posicionada de modo que o espectador se percebe como voyeur daquela realidade fílmica. Os planos de detalhe são escassos na obra, assim como os movimentos de câmera, que se dão de maneira lenta e prolongada. Essas escolhas pouco convencionais no cinema brasileiro conferem ao filme uma sensação maior de realidade e de verossimilhança, possibilitam até certo ponto que o espectador consiga ter melhor legibilidade dos signos presentes na imagem.

Os aspectos da linguagem cinematográfica em consonância com outros elementos técnicos em “Que Horas Ela Volta?” são na verdade mecanismos que atendem às representações elaboradas por Ana Muylaert. Em comparação com os outros filmes brasileiros que descrevemos anteriormente nessa dissertação, foi possível ver que em alguns aspectos o filme da cineasta consegue ultrapassar os clichês sobre o trabalho doméstico.

Porém, os clichês como uma legitimação do senso-comum não podem ser desvinculados das suas raízes, essas que estão interligadas com a história e entranhadas na memória social e cultural humana. Quando se parte desse princípio, é preciso considerar, então, que as representações no filme de Muylaert não são apenas dela. Elas

são na verdade o resultado de um universo simbólico que foi formatado através do tempo. Por isso, a seguir fazemos uma breve imersão na história do trabalho, pensando alguns aspectos essenciais dessa atividade humana. Em seguida olharemos especialmente para o trabalho doméstico, destacando a presença da mulher nessa atividade laboral.

2 HISTÓRIA DO TRABALHO

Neste capítulo apresentamos questões pertinentes ao entendimento da evolução do trabalho enquanto elemento essencial da estrutura social. Para isso, começaremos com um olhar sobre a história do trabalho doméstico no Brasil, uma vez que essa realidade é a que mais atende aos interesses dessa dissertação.

2.1 História do Trabalho Doméstico no Brasil

Como se pode perceber, o recorte de público nesta pesquisa é feminino e apesar de haver atualmente uma realidade social um pouco mais favorável para o gênero em questão, não há como dissociar esse estudo das narrativas trazidas pela tradição, ou seja, das narrativas que a memória suscita.

As mulheres enquanto categoria das minorias sociais ainda sentem os efeitos da modernidade tardia⁹, ou seja, são afetadas pelo peso de hegemonias que foram consolidadas no passado e ainda são legitimadas na dinâmica social, afinal, as relações do trabalho doméstico no presente são heranças da escravidão.

A Pós-Modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Vê o mundo como instável, sem finalidade, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desarticuladas, gerando um certo grau de descrença em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação à diversidade e a coerência de identidades. Conforme sustentam alguns autores, essa maneira de ver emerge da mudança histórica ocorrida no ocidente para uma nova forma de

⁹ A “modernidade recente” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) também denominada “pós-modernidade” (EAGLETON, 1998), “modernidade tardia” (HALL, 1998) e “sociedade líquido moderna”(BAUMAN,2007) caracteriza-se por modificações societárias decorrentes ao impulso e o desenvolvimento tecnológico que leva o homem contemporâneo a viver numa sociedade da comunicação generalizada, numa sociedade de rede.

capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informações triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cedendo terreno a uma série difusa de “políticas de identidade” (EAGLETON, 1998; HALL, 1998).

Para entender esse fluxo cultural que formatou o trabalho doméstico, acreditamos ser pertinente ter um capítulo desta pesquisa destinado a abordar as raízes históricas dessa atividade no Brasil. Uma vez que esse tipo de relação laboral está representado no filme brasileiro “Que Horas Ela Volta?”, obra escolhida para mediar essa pesquisa, e faz parte da realidade da comunidade investigada. Sendo assim, é pertinente verificar se de fato existe uma relação proximal da narrativa fílmica com os aspectos históricos. Tais percepções serão confrontadas posteriormente nas análises dos dados em busca de significados e sentidos elaborados por domésticas e patroas acerca do produto midiático.

O que a história do Brasil nos mostra é que no final do século XIX, do trabalho doméstico se tornou um meio de sobrevivência para escravos libertos após a abolição. Essas relações de trabalho entre ex-senhores e ex-escravos ganharam centralidade principalmente nos centros urbanos. Mas o que houve na verdade foi uma reconfiguração do ponto de vista jurídico para as mesmas práticas exercidas nas casas grandes.

As mulheres negras antes escravizadas, diante daquele novo arranjo social, tiveram que trabalhar com tarefas do lar, em muitos casos estabelecendo contratos de locação de serviços. Houve ainda ex-escravas que não tinham para onde ir e que permaneciam com os seus ex-senhores exercendo a mesma função de “cuidadora” da casa e da família patriarcal.

Tanto os afazeres domésticos quanto a prática de cuidar dos filhos das senhas refletia uma estrutura patriarcal e hierárquica. Durante o período de escravidão, a regulação das relações entre senhoras e escravas, por exemplo, era pautada no modelo de dominação de classes, entre padrões de superioridade e inferioridade. Mas apesar de considerarem a negra escrava inferior dentro dessa relação, competia a ela amamentar os filhos de suas senhoras.

Segundo descreve Saffioti (1978), a história do Brasil mostra que os trabalhadores domésticos eram os negros, principalmente as mulheres compunham 70% dessa mão-de-obra. Tal situação começa a ficar mais consolidada no final do Século

XIX com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O Brasil durante esse período estava passando por transformações de ordem política e econômica, porém, as condições de desigualdade e exclusão, mesmo com a abolição, não tinham mudado para a população negra.

Os três séculos e tanto de escravidão negra no Brasil constituíram, o marco inicial de constituição de uma estrutura econômica que, em estágios posteriores, ganharia novas determinações capitalistas. Se, de um lado, a utilização da força de trabalho escrava se vai tornando progressivamente incompatível com a constituição de uma economia capitalista plenamente desenvolvida e se absorve certo montante de capital fixo, cuja realização no produto do trabalho se faz de modo lento e fragmentado, de outro, é preciso considerar que há, na produção escravista, um sobre trabalho de que se apropria o empresário, excedente de trabalho este que, dada sua magnitude, não é consumido como renda pelo capitalista. (SAFFIOTI, 2013, p. 210).

A profissão de empregado doméstico era muito desprestigiada pela sociedade e não existia uma regulamentação jurídica que tratasse apenas dessa categoria. As relações envolvendo os domésticos foram abraçadas pelo código civil de 1916, considerado um marco na evolução legislativa por almejar a uniformização de procedimentos e a concentração dos dispositivos normativos. Com o surgimento da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o trabalhador doméstico conseguiu ter os contratos de locações de serviços protegidos pelo código civil, pois, não havia naquele período o direito do trabalho como um ramo autônomo, dotado de leis próprias.

O fato é que o Brasil, último país das Américas a abolir a escravidão, não criou políticas de integração para efetivamente incorporar os negros escravizados à dinâmica social do período pós-abolicionista, e uma série de fatores como heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho, marginalidade, excedente de mão de obra e baixos salários fez com que a população negra continuasse a viver do sistema servil.

Mesmo diante da industrialização que crescia e de um avanço na modernização no Brasil em meados da década de 1930, o trabalho de natureza doméstica não acompanhou esse progresso, sendo a principal ocupação para homens e mulheres negros que estavam sem emprego. Além de todas as ausências de políticas públicas inclusivas, não houve uma reforma agrária que garantisse a democratização da terra para os escravizados, desse modo, os negros continuaram à margem e de maneira precária na dinâmica do trabalho.

De acordo com Biavaschi, os negros eram inseridos em trabalhos serviços nas grandes propriedades, principalmente no trabalho agrícola e ocupavam cargos como

seguranças. “[...] moldados em um sistema servil, muitos antigos escravos ficaram presos nas propriedades rurais” (BIAVASCHI, 2014, p. 6).

As mulheres ex-escravas permaneceram nas atividades domésticas. Para Saffioti, a única alteração na lógica desse tipo de trabalho foi o aparecimento da remuneração pelo serviço prestado.

O fim da escravidão determinou o aparecimento do assalariado nos serviços domésticos, embora uma imensa quantidade de meninas e moças continuasse a trabalhar em casa de família sem troca de casa e comida, como crias da casa. Ainda hoje ouvem-se casos do estilo. Contudo, eles tendem a desaparecer.” (SAFFIOTI, 1978, p. 36).

Segundo descreve a autora, não havia uma regulamentação legal para o trabalho doméstico no Brasil pós-abolição, logo, não havia benefícios para a categoria. O primeiro regulamento sobre locação de serviço doméstico se deu no antigo Distrito Federal com o decreto nº 16.107 de 30 de Julho de 1923.

O documento instituiu a identificação dos locadores de serviços domésticos, na verdade estava voltado à especificidade do trabalho realizado: cozinheiros e ajudantes, copeiros, arrumadores, lavadeiras, engomadeiras, jardineiros, hortelões, porteiros, serventes, enceradores, amas secas ou de leite, costureiras, damas de companhia e outros tipos de trabalhos semelhantes.

Para Saffioti, o decreto deixa de tocar na questão mais importante: a qualidade da relação entre empregado e empregador que era pautada no caráter lucrativo. Nessa perspectiva é que se pode verificar como o trabalho doméstico tinha uma estreita relação com a concentração de renda, o trabalho doméstico ficava com os baixos salários e os ofertantes não tinham nenhum tipo de compromisso com a progressão de vida daqueles que eram empregados.

O primeiro instrumento legal que teve a perspectiva de disciplinar em âmbito nacional, a locação de serviços domésticos foi o Decreto-Lei nº 3.078 de 27 de fevereiro de 1941. Ele se aplicava a todos aqueles de “qualquer profissão ou mister, mediante remuneração prestem serviços em residências particulares, ou a benefício destas”, porém, não foi regulamentado mesmo prevendo alguns benefícios como anotações das funções na carteira de trabalho, contrato após seis meses de serviço permanente e exclusivo, deveres das partes, multas e fiscalização. Já o Decreto do estado de São Paulo nº 19.260 aprovou a regulamentação da Secção de Registro dos Empregados

Domésticos, distinguindo com clareza os trabalhadores domésticos das demais categorias. No capítulo II, artigo 2º, Saffioti (1978) destaca o seguinte texto:

"São considerados domésticos, para efeito deste regulamento, cozinheiros e seus ajudantes, copeiros, arrumadores, lavadeiras, engomadeiras, jardineiros, serventes, enceradores, amas-secas ou de leite, governantes, costureiras e, em geral, quantos prestem serviços domésticos no âmbito familiar." Tal decreto, contudo, regulamentou o registro de empregados domésticos, não instituindo para eles, qualquer benefício social. (SAFFIOTI, 1978, p. 37)

A pensadora destaca ainda que, ao longo da história do trabalho no Brasil, os empregados domésticos foram expressamente excluídos da CLT, talvez, a não regulamentação da prestação do serviço doméstico tenha sido tardia devido a natureza íntima das relações que se estabelecem entre empregado/empregador ou com outros componentes da família daquele que contrata. Essa característica viria a atenuar a relação hegemonicamente estabelecida entre trabalho e capital.

Nesse contexto, além das questões da separação entre os detentores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho, nasceram também os primeiros debates sobre o papel da mulher na sociedade de classes e desigualdade entre os gêneros. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o termo “divisão sexual do trabalho” apareceu inicialmente na França com acepções que estudaram a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, tem relação com os ofícios e profissões exercidas e levaram em consideração as variações no tempo/espço, além de analisar a desigualdade do trabalho doméstico entre os sexos.

Pode-se dizer que havia naquele momento um projeto coletivo feminista que serviu de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” e almejou ir além de denunciar desigualdade, se propunha a repensar o “trabalho”. Fortalecia-se a ideia de que o trabalho doméstico era um “trabalho”¹⁰, sendo assim, a tal definição deveria incorporar essa atividade que foi negligenciada historicamente.

¹⁰ O trabalho é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constituiu-se na especificidade do ser social. “Precisamente por essa razão, é necessário enfatizar continuamente que as características específicas do trabalho não podem ser transpostas de modo direto para as mais complexas formas de práxis social. (...) O trabalho realiza materialmente o relacionamento radicalmente novo do metabolismo com a natureza, enquanto as formas mais complexas da práxis social, em seu metabolismo com a natureza, têm na reprodução humana em sociedade a sua insuperável pré-condição”. As formas mais avançadas da práxis social encontram no ato laborativo sua base originária. Por mais complexas, diferenciadas e distanciadas, elas se constituem em prolongamento

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma também é modulada historicamente socialmente. Tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, KERGOAT, 2007. p. 599).

Porém, os debates com base nas dinâmicas trabalhistas estavam atrelados essencialmente à produção capitalista, na relação criação/apropriação de riquezas por parte de uma classe social dominante. Por isso, o conceito de trabalho associava-se intrinsecamente à noção da produção de mercadorias e à extração de mais-valia, tendo no topo da pirâmide classes dominantes.

Essas visões instauraram, segundo Engels (1984), a principal contradição do sistema capitalista, a dualidade Capital/Trabalho. Para os marxistas, o olhar sobre a divisão de trabalho, a partir da variável “Gênero”, era de que essa relação se apresentava análoga a relação de classe. Esse fator colocava as mulheres dentro de uma lógica patriarcal, de maneira similar ao proletário, e nessa perspectiva o homem assumiria o papel de burguês.

Pode-se dizer que o mercado de trabalho para as mulheres teve início efetivamente com as duas grandes Guerras Mundiais, justamente porque durante esses momentos históricos, os homens que eram considerados como sendo os “provedores dos lares”, tiveram que sair da dinâmica familiar para atuar nos confrontos armados. O que impulsionou, de acordo descreve Gonsalves (2013), as mulheres a tomarem o comando dos negócios familiares, assumindo a posição dos homens no mercado de trabalho.

De volta à realidade do trabalho doméstico no Brasil, a situação inicialmente não era distinta. O foco também estava exclusivamente na ótica da produção, sem levar em conta o lugar que a mulher ocupa na sociedade, esse completamente associado ao papel que ela ocupa na família. E foi justamente quando se levou em consideração essas idiossincrasias do trabalho feminino que ocorreram avanços no âmbito dos debates teóricos e pesquisas, pois, a articulação entre espaço produtivo e família, ou espaço reprodutivo começaram a pautar as discussões. Afinal, a realidade do trabalho para as mulheres engloba, de modo geral, essas duas esferas, seja no meio urbano ou no rural.

e avanço, e nãoem uma esfera inteiramente autônoma e desvinculada das posições teleológicas primárias. (ANTUNES, 1995. p. 141)

Segundo Bruschini (1998), entre as décadas de 1970 e 1980 foi realizado um trabalho rigoroso de crítica às estatísticas oficiais, considerou-se naquele momento que as análises não davam conta de mostrar a real contribuição das mulheres à sociedade. A autora ilustra a afirmativa acima com os dados dos levantamentos censitários e domiciliares gerados pelo IBGE, eles evidenciam que as donas de casa não eram sequer contabilizadas como atividade econômica.

O que essa informação possibilita concluir que as pessoas ao responderem os questionários e dizerem ter como atividade principal os “afazeres domésticos¹¹”, eram classificadas pelo órgão oficial do governo federal como economicamente inativas e estavam na mesma categoria dos estudantes, aposentados, doentes, inválidos e aqueles que viviam de renda.

O que acontece é que as pesquisas realizadas pelo IBGE com esse direcionamento só foram divulgadas mais recentemente e só assim se tornou possível visualizar o conjunto de atividades que consome tempo e energia de quem as realiza e que e poderiam ser enquadradas como trabalho não remunerado, e não como uma forma de inatividade. Porém, Sorj (2004) defende que as atividades exercidas por mulheres na vida privada, as que foram enquadradas como trabalho não remunerado, na verdade devem ser consideradas como uma das dimensões do trabalho social e devem andar lado a lado com trabalho remunerado.

Em 1990 houve um grande crescimento no trabalho doméstico, esse foi o que mais contratou mão de obra, fato que caminhava na contramão da economia do país já que, naquele momento, o que se via eram políticas de desregulamentação do mercado de trabalho avançando e uma crescente desindustrialização nacional.

Nesse contrafluxo se ampliava o contingente de mulheres recebendo pouco por uma jornada de trabalho árduo. Picchio (2003) assevera que a conquista da entrada no mercado de trabalho trouxe às mulheres o acúmulo das funções de produção social – no âmbito do emprego formal – e as suas “naturalizadas” tarefas de reprodução social,

¹¹ Segundo a PNAD (2014), são mais de 6 milhões de pessoas, majoritariamente mulheres, que exercem trabalho doméstico. A PNAD define como afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho) de: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência. A categoria “afazeres domésticos” abriga, portanto, uma ampla gama de atividades cuja diversidade, entretanto, não é devidamente detalhada nesses levantamentos oficiais.

como o cuidado com os filhos, a família e as tarefas domésticas. Foi a partir dessa realidade que, as mulheres passaram a ter sua força de trabalho duplamente explorada, caracterizando o exercício de uma dupla, ou às vezes até mesmo tripla, jornada de trabalho.

“As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar – o trabalho penoso e mecânico essencial para a família. As responsabilidades domésticas das mulheres impediam-nas de ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e da empreitadas criativas em pé de igualdade com os homens” (GOLDMAN, 2014, p. 21)

O quantitativo de horas que as mulheres dedicam aos serviços domésticos não é contabilizado, o que contribuiu por muito tempo para a invisibilização social do trabalho doméstico é o que afirma Picchio.

“Existe uma invisibilidade do trabalho de reprodução social nas contas nacionais do sistema econômico. A visibilidade do processo do trabalho doméstico requer a visibilidade de uma parte significativa do sistema e reprodução social. A teoria econômica sempre teve uma visão reducionista no que tange ao trabalho de reprodução social.” (PICCHIO, 2003, p. 202).

Pochmann (2012), diz que o trabalho doméstico tem a especificidade de correlacionar-se positivamente com a existência de concentração da riqueza e renda e com a persistência de um contingente de excedente de mão de obra existente na economia.

Em 2003, a ocupação que mais concentrava mão de obra das mulheres era o emprego doméstico (19%), já de acordo com a PNAD (2014), são mais de 6 milhões de pessoas, majoritariamente mulheres, que exercem trabalho doméstico. Para Bruschini (2007) apesar desse grande número, no Brasil, sempre existiu uma dificuldade de remunerar uma profissão cujas relações são atravessadas por laços afetivos, opressões e outras questões. Essa atividade sempre foi exercida em condições trabalhistas precárias e envolvem jornadas de trabalho exaustivas, rendimentos baixos e pouca formalização do trabalho com a assinatura.

Segundo Freyre (2006), essas características do trabalho doméstico possuem similitudes com o período da Casa Grande, para ele, até hoje a trabalhadora doméstica assemelha-se ao “agregado”, as dimensões é que foram reificadas no processo sócio-histórico. Para ele estão preservadas as heranças do trato com as domésticas no âmbito

da personalidade e desigualdade, aparentando, no entanto, apresentar contornos “familiares”.

Pochmann diz que “parte significativa das atividades desenvolvidas nos lares brasileiros carrega ainda hoje traços semelhantes observados no passado servil e escravista” (POCHMANN, 2012, p. 49). O autor acredita que o trabalho doméstico evidencia as marcas da escravidão e contém muitas semelhanças com seu modo de funcionamento nas sociedades modernas.

Para Saffioti, “o fim da escravidão determinou o aparecimento do assalariado nos serviços domésticos, embora uma imensa quantidade de meninas e moças continuasse a trabalhar em casa de famílias em troca de casa e comida, como crias da casa.” (1978, p. 36).

Muitas mulheres negras, pela ausência de políticas sociais de habitação – por exemplo – seguiram residindo nas casas das patroas, pela impossibilidade de garantir sua própria estrutura familiar. Embora formalmente livres, a dependência seguiu como uma marca da vida dessas mulheres. O trabalho mudou de escravo para livre, porém sua dinâmica cotidiana seguiu aproximando o futuro do passado. A relação entre escravo e senhor formalmente acabou por culminar no homem ‘livre’, sem que fossem superadas as condições institucionais da dominação e a sujeição (BIAVASCHI, 2014, p. 7).

Apesar de todos os aspectos destacados aqui como heranças do passado escravagista, além daqueles que estão ligados às questões de sexo/gênero e trabalho, é preciso fazer uma atualização no tocante à legislação que trata do trabalho doméstico no Brasil, já que foi sancionada a LEI COMPLEMENTAR Nº 150, em 1º DE JUNHO DE 2015, batizada como PEC das Domésticas. Na verdade, a primeira emenda à constituição para garantir novos direitos ao exercício da profissão como trabalhador doméstico, foi aprovada em 1º de abril de 2013. Nessa data foi publicada a emenda constitucional número 72, conhecida como “PEC das Domésticas”, que dispôs sobre o pagamento de horas extras, FGTS, adicional noturno e multa por demissão dentro da categoria.

O que aconteceu mais de dois anos após à primeira emenda foi que o Senado concluiu a votação da regulamentação da lei, essa estabelecia 7 novos benefícios para os trabalhadores domésticos além daqueles que tinham entrado em vigor em 2013. Os direitos que essa categoria tinha antes da aprovação da emenda em 2013 eram: pagamento de, ao menos, um salário mínimo ao mês; integração à Previdência Social

(por meio do recolhimento do INSS); um dia de repouso remunerado (folga) por semana, preferencialmente aos domingos; férias anuais remuneradas; 13ª salário; aposentadoria; irredutibilidade dos salários (o salário não pode ser reduzido, a não ser que isso seja acordado em convenções ou acordos coletivos) e licença gestante e licença-paternidade e aviso prévio, além de carteira de trabalho (CTPS) assinada.

A aprovação da PEC das Domésticas em 2013 serviu para igualar os direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais. A emenda constitucional passou a assegurar nove novos direitos como jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais, e pagamento de horas extras.

Sete outros benefícios, porém, estavam à espera de regulamentação para começar a valer eram eles: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de demissão sem justa causa e isso só aconteceu em 2015.

Abaixo traçamos um panorama histórico da evolução do trabalho doméstico país tendo como foco as conquistas legais da categoria. A tabela apresenta uma cronologia relativa às conquistas de direitos e pontua quais foram as melhorias que passaram a ser incorporadas pela categoria aqui citada:

Tabela 1: Resumo da Trajetória dos Direitos dos Empregados Domésticos

Nº	LEI/DECRETOS/RESOLUÇÕES/EMENDAS	ANO
1	Lei nº 3.071 Disciplinou a relação dos contratos trabalhistas relacionado locação de serviços dos empregados.	1916
2	Decreto nº 16.107 Aprova o regulamento de locação de serviços domésticos.	1923
3	Decreto-Lei nº 3.078 Conceitua de forma simples os trabalhadores domésticos.	1941
4	Decreto-Lei nº 5.452 Criação da CLT	1943
5	Lei nº 5.859	1972

6	Decreto-Lei nº 71.885 Regulamentação da Lei nº 5.859/72	1973
7	Decreto nº 95.247 Direito ao Vale-Transporte	1987
8	<p>Constituição Federal (CF) Artigo. 7º: Trata os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, com nove (09) incisos, para os trabalhadores, inclusive os domésticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Salário Mínimo, fixado em Lei. • Irredutibilidade do salário • 13º salário com base na remuneração integral ou valor da aposentadoria • Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos • Férias anuais remuneradas com, pelo menos, 1/3 a mais do salário • Licença-gestante de 120 dias • Licença-paternidade de 5 dias • Aviso Prévio • Aposentadoria 	1988
9	Medida Provisória nº 10.208 Estendeu o FGTS, por ato voluntário.	1999
10	Resoluções 253 e 254 - Estabeleceu critérios e finalidades para a concessão do seguro-desemprego	2000
11	Lei nº 10.208 Recomendação de nº 201, da OIT para garantir a todos os trabalhadores domésticos, idênticos direitos ao demais trabalhadores.	2001

12	Lei nº 11.324 • Descanso semanal remunerado aos domingos e feriados, • Trinta dias corridos de férias, • Garantia de emprego à gestante, • Vedou ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado.	2006
13	Emenda Constitucional nº 72/13 “PEC das Domésticas” revoga o parágrafo único do art. 7º e inclui novos direitos aos trabalhadores domésticos.	2013
14	Lei Complementar, Nº 150, 1º de junho de 2015, • Adicional noturno • Obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador • Seguro-desemprego • Salário-família • Auxílio-creche e pré-escola • Seguro contra acidentes de trabalho • Indenização em caso de despedida sem justa causa	2015

2.2. Aspectos Sociais do Trabalho

O artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dá ao trabalho a condição de direito social subdividido constitucionalmente entre direitos individuais e direitos coletivo. O trabalho aparece ao lado de outros direitos fundamentais como a educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Como é possível verificar no art. 6º, o trabalho aparece em meio a uma amplitude de temas que se entrelaçam pela natureza de direito social. Desse modo, os

artigos subsequentes (7º, 8º, 9º, 10 e 11), o Título VIII - Da Ordem Social, artigos 193 e seguintes também são fundamentais para se ter noção da abrangência dessa categoria do direito e das dimensões que foram historicamente conquistadas, elas criam uma correlação entre os direitos fundamentais, dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade¹².

Essa série de pressupostos legais que integra a esfera trabalhista, possibilita na contemporaneidade, que homens e mulheres sem empregos possam reclamar, frente ao Texto Constitucional, no que se destaca o preâmbulo ou a Suma Fundamental, uma proteção contra a exclusão social derivada da falta de trabalho. O caminho para se obter esse grau de maturação à tais questões foi longo e para se ter melhor compreensão das problemáticas presentes nesta pesquisa, cuja a relação laboral é tema em destaque, é preciso fazer um apanhado socio-histórico do universo do homem e do trabalho.

De início é preciso lembrar o que motivou o surgimento de uma legislação normatizadora das relações trabalhistas: a difícil convivência entre capital e trabalho. Essa realidade conflitante foi o que impulsionou o desenvolvimento de mecanismos legais que servissem para regular a exploração da força humana pelo sistema capitalista¹³.

O que historicamente existiu foi o uso indiscriminado da mão-de-obra dos mais fracos pelos detentores de capital com o intuito principal de obter riqueza; as ideologias dominantes estavam pautadas em concepções laicas e religiosas que proferiam caráter eterno e imutável às desigualdades sociais com a intenção de garantir e legitimar a ordem estabelecida pelas classes exploradoras.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2003, p.66)

¹² Os direitos da personalidade são normalmente definidos como o direito irrenunciável e intransmissível de que todo indivíduo tem de controlar o uso de seu corpo, nome, imagem, aparência ou quaisquer outros aspectos constitutivos de sua identidade, pode ser entendido então como direitos atinentes à promoção da pessoa na defesa de sua essencialidade e dignidade. Porém, o reconhecimento dos direitos da personalidade como categoria de direito subjetivo é recente, até o século XIX existia uma teoria negativista que refutava os direitos da personalidade.

¹³ O capitalismo pode ser entendido a grosso modo como um regime que está intimamente ligado à produção, distribuição e apropriação da riqueza material, cujo movimento segue leis gerais da acumulação de capital. Dessa maneira, ele implica a configuração de relações sociais específicas, baseadas na divisão da sociedade em classes antagônicas e na competição legal pelo poder econômico no âmbito dos mercados.

O que se falava antes do advento da industrialização sobre as origens sociais e históricas da desigualdade humana não tinha relevância. No mundo de produção pré-capitalistas, acreditava-se que a pobreza e as desigualdades sociais estavam intimamente ligadas à escassez que era oriunda do baixo grau de desenvolvimento das relações de produção, condicionada à um destino natural das forças produtivas existentes. O que não se considerava tão significativamente era a divisão da sociedade em classes sociais e a existência da propriedade privada como potencializadoras da pobreza e as desigualdades sociais.

A Revolução Industrial impulsionou a desconstrução da ideia da desigualdade social como um fato aceitável e inalterável, tal visão se deve muito às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels. Nesse novo contexto, surgiu uma nova lógica e dinâmica sobre a produção de riqueza: a escassez passa a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural.

Quando o mundo do trabalho se transformou no organizador da vida cotidiana se alterou também a ordem do capital. É o tempo útil do trabalho que rege o funcionamento de máquinas e autômatos humanos, a disciplina das fábricas se expande-se por toda a sociedade: cidade e campo, operários e camponeses, trabalhadores e desempregados.

“[A lógica do tempo abstrato] arranca o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, o único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinada de ponta a ponta” (BRESCIANI, 1984, p.18).

Apesar do trabalho estar presente na dinâmica social por força da inserção do processo de produção capitalista, os trabalhadores não gozavam do direito de participar da comunidade política, tal atividade só estava garantida aos homens racionais e dotados de renda suficiente.

A visão liberal da época enxergava os trabalhadores como seres incapazes de atuar racionalmente no campo da política por possuírem nível intelectual baixo e existirem sob duras condições sociais de uma vida de trabalho pesado e manual. Para

Bresciani (1984) os trabalhadores como pertencentes à uma classe pobre, eram considerados objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor:

[...] os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral, o que, vale a pena lembrar, não os livra de estarem submetidos a ela e às suas leis. Estão na sociedade moral, civil, mas dela só participam com o trabalho” (BRESCIANI, 1984, p.88).

O que se verifica na assertiva acima é uma distinção que retirava do trabalhador à sua condição humana, relegando-lhe a aceitação como sujeito social. Mesmo diante da utilização da força de trabalho, a concepção que os liberais lançavam sobre os trabalhadores manuais era a de que se tratavam de “bestas de carga”, “bípedes da floresta”, “escravos por natureza”, “crianças” sem autonomia de consciência e ação. E por essas definições não eram aptos a participar civilizadamente dos processos eleitorais, condição essa permitida apenas aos seres humanos letrados, instruídos e donos do seu próprio destino.

Segundo descreve Losurdo (2004), o que vigorava na lógica da sociedade industrial era a premissa de que os trabalhadores, enquanto categoria de animais e semi-humanos, deveriam ser interditados do cumprimento de deveres e gozo de direitos políticos por incapacidade.

os operários e as classes populares em luta pelo reconhecimento do direito de coalizão ou dos direitos políticos percebem, de todo modo, que a discriminação contra eles se entrelaça estreitamente com uma antropologia que, considerando-os estrangeiros não só em relação à comunidade em que vivem mas também, em última instância, à civilização, relega-os à condição de raça inferior, negando-lhes a dignidade plena de homens. (LOSURDO, 2004, p.50)

A questão da humanização das relações de trabalho não perpassava às discussões pré-capitalistas, o que havia anteriormente eram insípidas análises voltadas para as diferenças biológicas, físicas e capacidades mentais, além de olhares sobre as habilidades manuais dos indivíduos. Porém, não se pode deixar de citar que desde o Renascimento, autores humanistas como Thomas Morus e Thomas Münzer, já denunciavam em seus escritos e discursos as mazelas sociais que aflorariam com a dissolução do modo de produção feudal e o nascimento do capitalismo.

Tal previsão dos autores humanistas ganharam concretização com as discussões acerca da “questão social”¹⁴ no século XIX. Essa categoria de análise social deve ser entendida como fruto da dicotomia capital-trabalho oriunda do fenômeno de uma sociedade capitalista em estruturação. Está ligada especificamente à questão operária: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação.

Essa "questão social" não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

[...] questão social é aspirada na perspectiva de aglutinar os problemas sociais que atingem a humanidade num contexto de totalidade do processo histórico. Tais situações eram e são decorrentes de uma contradição que se consolida com o desenvolver da sociedade capitalista: trabalho versus capital. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77)

Pode-se dizer que o primórdio da “questão social” se deu por volta da década de 1790, logo após estourar a Revolução Francesa. Um movimento de "sensibilidade social" acometia a classe média vitoriana e as classes dominantes inglesas. A partir desse momentos a retórica de solidariedade e fraternidade apontam para o aflorar de discursos com preocupações humanistas.

Mas é importante destacar que o fluxo de empatia com a classe trabalhadora que se dava no interior da sociedade, não nascia da sensibilização com a miséria que a Revolução Industrial acometeu aos trabalhadores. O que aconteceu foi uma reação conservadora ao despertar político das classes trabalhadoras inglesas que, diante situação material das suas vidas, já se mostravam inflamadas pelos acontecimentos

¹⁴ A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX (CASTEL, 1998, p.30), justamente quando também apareceu a palavra socialismo. Diversos críticos sociais, dos mais diferentes campos de atuação política e ideológica, utilizaram-se do termo para descrever as condições de vida miseráveis as quais uma enorme massa de trabalhadores foi submetida no início do capitalismo. O uso indiscriminado da expressão “questão social” acabou por fornecer-lhe diversos conteúdos e atribuições muito diferentes, mas uma coisa é certa: todos eles se referiam ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados (NETTO, 2001).

revolucionários no continente, principalmente, após a leitura de Direitos do Homem, de Thomas Paine.

Os operários e as classes populares em luta pelo reconhecimento do direito de coalizão ou dos direitos políticos percebem, de todo modo, que a discriminação contra eles se entrelaça estreitamente com uma antropologia que, considerando-os estrangeiros não só em relação à comunidade em que vivem mas também, em última instância, à civilização, relega-os à condição de raça inferior, negando-lhes a dignidade plena de homens. (LASURDO, 2004, p.50)

Essa ebulição social nada mais era do que reações populares contra a nova lei dos pobres (1834)¹⁵. Por força da conjuntura que viviam, milhares de trabalhadores nos principais centros urbanos ingleses reivindicaram direitos políticos, a exemplo do sufrágio universal masculino, direito à organização e conquistas sociais, além da redução da jornada de trabalho.

E dentro dessa história da luta de classes, devido à ameaça que sentiam aos seus interesses, se viu aflorar o dito humanismo das classes dominantes, entretanto, para que a transformação do princípio igualitário ocorresse no capitalismo liberal, sem que se chocasse com a liberdade pretendida, foi necessário que a história demonstrasse a existência dos atores coletivos e superasse a ideologia do individualismo possessivo. Desse modo, liberdade e igualdade se reencontrariam numa nova dimensão da cidadania: os direitos sociais.

Por força dessa realidade, entre 1830 e 1840 surgiram diversos estudos, patrocinados pelo Estado britânico, sobre a “questão social”, tais estudos perceberam que a “questão social” era principalmente ligada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do

¹⁵ A Lei dos Pobres de 1601 instituiu metas a fim de sanar problemas sociais originados pela organização vigente naquela ocasião. Contudo, sucumbiu diante a impossibilidade de cumprir os desígnios propostos, pois o subsídio doado ao pobre ocasionou uma questão social ainda maior, o crescimento de pessoas que podiam trabalhar, mas resignavam a isso, devido ao arrimo oferecido pela Igreja. A Nova Lei dos Pobres de 1834 tornava obrigatório o trabalho. Para obter auxílio, era necessário ir ao albergue local e trabalhar por um salário inferior ao praticado no mercado livre de trabalho. A intenção era evitar que as pessoas se aproveitassem do auxílio à pobreza e, também, tornar muito claro que havia algo de indigno em estar reduzido a essa situação.

A Nova Lei dos Pobres distinguia, assim, entre os pobres ditos dignos e indignos, criando portanto categorias morais que não correspondiam à realidade econômica. E forçava mesmo as pessoas à pobreza, pois, estas tinham primeiro de esgotar os seus recursos antes de se tornarem elegíveis para assistência pública ou local. A lei agravava o problema que aparentemente se destinava a tratar. A Nova Lei dos Pobres foi desde cedo encarada como uma mancha no rosto da sociedade inglesa. Ela estigmatizava aqueles que, sem culpa disso, haviam sido temporariamente postos de lado pelo capitalismo.

Estado na área social a partir da leis dos pobres. Em várias esferas o debate sobre a vida do proletariado começou a ganhar notoriedade, mas as questões do trabalho superaram o esquecimento e desprezo, se tornando foco de interesse da classe burguesa quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política. Isso se deu muito por força dos sindicatos e partidos políticos proletários que se formaram:

A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p. 77)

Quando os marcos legais no âmbito das relações trabalhistas começaram a aparecer, foi possível se chegar a um melhor equilíbrio entre direitos e deveres das duas pontas dessa gangorra capitalista, promovendo condições mais dignas de trabalho. O crescimento da proteção ao trabalhador foi deixando para trás o modelo industrial de submissão da mão-de-obra ao poder econômico imposto pelo empregador.

2.3 A dignidade como um direito nas relações de trabalho

As questões trabalhistas ainda estão latentes no seio das sociedades contemporâneas, no âmbito dos direitos trabalhistas no Brasil, por exemplo, algumas alterações recentes foram feitas no tocante aos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. No final de 2016 o Presidente Michel Temer apresentou na câmara de deputados uma proposta de reforma trabalhista que deveria ser encaminhada ao Congresso Nacional como projeto de lei (PL 6.787/16).

O projeto em questão propunha mudanças radicais na seara juslaboral, apresentava alterações em pontos como férias, jornada de trabalho, remuneração e plano de carreira. No total seriam efetivadas alterações em 117 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo declarações do governo vigente, a proposta de modificação da legislação trabalhista teve como principais objetivos: o combate ao desemprego e a crise econômica instaurada no país.

Durante todo o tempo que tramitou, a reforma passou por sucessivas discussões e foi aglutinando emendas ao projeto original, como por exemplo, a proposta do fim da obrigatoriedade do imposto sindical. O projeto passou por algumas instâncias em um

curto espaço de tempo: foi aprovado na Câmara dos deputados em 26 de abril de 2017 (296 votos favoráveis e 177 votos contrários); no Senado Federal a aprovação aconteceu em 11 de julho de 2017 (50 votos favoráveis a 26 votos contrários). Logo após as consecutivas aprovações, a Reforma Trabalhista foi sancionada pelo Presidente da República em 13 de julho de 2017 sem vetos.

A lei Nº 13.467 de 2017 passou vigorar no Brasil a partir de 11 de novembro de 2017, após vencer o prazo determinado de 120 dias em que foi publicada no diário oficial. As críticas à Reforma conduzida pelo Governo foram muitas, além de entidades como a Central Única dos Trabalhadores e outros sindicatos, o próprio Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho também não concordaram com as alterações feitas na CLT. Em contraposição ao ataques estavam aqueles que defenderam as reformulações, dentre eles estavam economistas e empresário e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

A atual situação trabalhista no Brasil mostra a importância de olhar a realidade histórico-cultural do trabalho, conhecendo o contexto da gênese e do seu desenvolvimento. Desse modo, é possível se ter a dimensão da dinâmica que se deu ao longo do tempo e conseguir melhor compreensão das problemáticas da atualidade.

É possível verificar que, independentemente do momento histórico, as questões que envolvem o trabalho são interdependentes dos interesses de classes antagônicas e estão à mercê das relações políticas de cada contexto social. Em alguns aspectos tem características ideológicas similares e estão conectadas com a necessidade de assegurar ao trabalhador um aparato legal que não lhe coloque em uma relação de vulnerabilidade frente à sua vida laboral.

No que diz respeito à dignidade do trabalhador como direito a ser garantido, verificamos que ainda existem disputas acontecendo. Para ilustrar essa afirmativa é pertinente observar mudanças atuais feitas na CLT como a criação do “Título II – A - Do dano Extrapatrominal”, e os artigos 223-A ao 223-G.

Esse artigo altera a forma como danos de ordem material e não-materiais serão analisados. É necessário se entender que a concepção de reparação de danos está presente em várias áreas do direito, entre elas, o Direito do Trabalho. Para Delgado (2017), a reparação de danos é o “complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam, no tocante às pessoas e matérias envolvidas, a relação empregatícia de trabalho, além de outras relações laborais normativamente especificadas”.

Segundo explica Reis (2013) no artigo intitulado "A Reparação do Dano Moral no Direito Trabalhista" , o direito do trabalho é o ramo jurídico em cujo ambiente o estudo do dano moral deveria alcançar seu máximo desenvolvimento, em face da dimensão que assume na defesa dos valores contidos na pessoa do trabalhador – princípio Constitucional da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III da CF/88).

Nesse caso, se encontram em jogo a sua personalidade, os seus bens pessoais, a sua dignidade, privacidade e outros bens de valor que são relevantes. Esses valores pessoais se sobrepõem quando aludem ainda à dignidade do trabalho, princípio basilar dos direitos sociais prescritos no artigo 5º, inciso XIII e caput do artigo 6º da Carta Magna. (REYS, 2013, p.78).

O que se verifica é que para os estudiosos do direito do trabalho, o dano moral na esfera trabalhista merece grande relevância por considerarem o trabalho como atividade inerente ao desenvolvimento, seja este econômico, seja humano. Dentro dessa perspectiva consideram que é comum encontrar no indivíduos que já tiveram situações trabalhistas que poderiam gerar direito à reparação por dano moral, porém, muitos não o fazem pela dependência econômica. Quando o vínculo empregatício é rompido muitas vezes os trabalhadores buscam judicialmente indenização por situações abusivas sofridas ao longo da duração do contrato de trabalho e essas podem ser de variadas naturezas, desde acidentes de trabalho até assédio moral. Sendo assim, cada caso concreto precisa ser observado dentro da sua especificidade, não é possível estabelecer um valor imediato para suprir os males causados por tal convivência em razão do emprego. Ao menos era essa a lógica jurídica que pautava as decisões indenizatórias, contudo, a reforma trabalhista, alterou essa dinâmica determinando que um acordo entre as partes, patrão e empregado, prevalece sobre o legislado.

De acordo com o projeto da reforma, danos extrapatrimoniais serão estabelecidos conforme a gravidade do dano e receberão apreciação pecuniária previamente definida pela quantidade de vezes do valor do salário do trabalhador (no máximo 50 em casos extremos, considerados gravíssimos). Tal determinação impede a apreciação e a valoração jurídica de outra forma pelo juiz que, obrigatoriamente, deverá avaliar 12 itens para conceder ao reclamante o dano judicialmente pleiteado.

No Título II-A - Do Dano Extrapatrimonial- no Art. 223-A: “aplicam-se à reparação de danos de natureza extrapatrimonial decorrentes da relação de trabalho apenas os dispositivos deste Título”.

Art. 223-G. Ao apreciar o pedido, o juízo considerará:

I – a natureza do bem jurídico tutelado; II – a intensidade do sofrimento ou da humilhação; III – a possibilidade de superação física ou psicológica; IV – os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão; V – a extensão e a duração dos efeitos da ofensa; VI – as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral; VII – o grau de dolo ou culpa; VIII – a ocorrência de retratação espontânea; IX – o esforço efetivo para minimizar a ofensa; X - o perdão, tácito ou expresso; XI – a situação social e econômica das partes envolvidas; XII – o grau de publicidade da ofensa.

§ 1º Se julgar procedente o pedido, o juízo fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I – ofensa de natureza leve, até três vezes o último salário contratual do ofendido; II – ofensa de natureza média, até cinco vezes o último salário contratual do ofendido; III – ofensa de natureza grave, até vinte vezes o último salário contratual do ofendido; IV - ofensa de natureza gravíssima, até cinquenta vezes o último salário contratual do ofendido.

(Câmara dos Deputados- Redação final- projeto de Lei Nº 6.787-B DE 2016)

A apresentação desse ponto da Reforma Trabalhista que vigora no Brasil é uma forma de ilustrar como as questões que envolvem a dignidade do trabalhador ainda continuam procurando amparo dentro dessa relação capitalista que não foi superada, ao contrário do que pensaram Marx e Engels.

Tais constatações possibilitam um retorno constante às origens do trabalho para verificar o que foi de fato conquistado ou adaptado na contemporaneidade. Ao se retomar o que já foi citado anteriormente, veremos que antes da sociedade industrial era o trabalho escravo que predominava e não se consideravam os seres humanos presentes ali, as pessoas eram tratadas como coisas sem direito algum, propriedades daqueles que detinham os meios de produção.

Em momentos posteriores, outras formas de trabalho floresceram após o modelo escravagista, dentre elas a servidão e as corporações de ofício. Essas também não se diferenciavam muito do trabalho escravo, já que os servos não eram livres, trabalhavam em troca da proteção concedida pelo senhor feudal. No caso das corporações de ofício, a relação com os trabalhadores era de autoritarismo e visava a realização dos interesses daqueles que mandavam, não havia proteção aos que executavam as atividades laborais

Vimos ainda que a transição para uma sociedade fundada em relações essencialmente capitalistas foi um processo histórico longo, que envolveu a

transformação de toda a cultura ocidental, segundo assevera Macfarlane (1989). E foi possível observar que o capitalismo foi viabilizado pelo desenvolvimento de um certo individualismo e da aplicação de uma mentalidade racional e pragmática à organização da vida social. O que para Braudel (1996) também foi reforçado pela crescente complexidade dos "jogos das trocas" no meio urbano. Na Europa ocidental, onde eclodiram as questões do trabalho o caráter das sociedades esteve associada a um conjunto de mudanças de ordem política e econômica.

Mas foi no período da Revolução Francesa, com o advento dos ideais de liberdade do homem que a dignidade começou a figurar como importante anexo das relações trabalhistas, o homem transitando da ideia de coisa para sujeito. Um marco desse momento histórico foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada em 1948, que no tocante ao trabalho, instituiu medidas de proteção ao direito do trabalhador, como limitação razoável do trabalho, férias remuneradas periódicas, repouso e lazer.

O que merece destaque é o preâmbulo da declaração que traz a seguinte perspectiva: “o reconhecimento da dignidade¹⁶ inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. É fundamental salientar que a noção de reconhecimento presente no documento foi imprescindível para assegurar ao homem, independentemente de sua condição socioeconômica, a valorização como indivíduo único e importante, sobretudo, por sua condição humana.

Do mesmo modo, é preciso dar amplitude à noção de dignidade, uma vez que esse conceito começou a ser associado a várias esferas que compõem a vida dos indivíduos em sociedade, inclusive, o trabalho. A partir da Declaração floresceu a premissa de que, qualquer espécie de trabalho que não seja escravo; que oferte justa compensação; que proteja os seres humanos de condutas ultrajantes e excessivas promove a dignidade humana, diferentemente da perspectiva anterior que fazia do trabalho uma sentença para homens sem dignidade.

De acordo com Sarlet (2001), a dignidade da pessoa humana deve ser entendida como qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano:

¹⁶ A expressão dignidade da pessoa é a combinação de dois substantivos, na qual a dignidade figura como termo valorativo aplicado a um sujeito que necessita se firmar como realidade ontológica (pessoa). Isto nos permite, de antemão, constatar que é possível refletir sobre o seu significado por dois caminhos: o ontológico e o ético. (disponível em <http://www.presbiteros.com.br/site/um-breve-apontamentosobre-o-conceito-de-dignidade-da-pessoa-humana/>)

[...]que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos. (SARLET, 2001, p.60)

É fato que as normas vigentes sobre a dignidade humana nas relações trabalhistas ainda não são específicas. Há a falta de parâmetros que possam determinar, na atividade ou no relacionamento patrão-trabalhador, o que seria digno ou indigno, devido às especificidades que regem cada ofício. A exigência de determinados comportamentos, vestimentas ou locais de trabalho, por exemplo, podem ser considerados indignos para uma profissão e não para outras.

A legislação brasileira no quesito aparatos legais para a garantia de dignidade aos sujeitos nas relações trabalhistas, tem a seguinte organização: a Constituição Federal prega a necessidade de separação entre o econômico e o social, portanto, configurando um Estado neoliberalista, com a mínima intervenção nas relações entre as pessoas. Desse modo, a legislação brasileira leva em consideração que o empregado não é igual ao empregador necessitando, assim, de especial atenção e proteção aos seus direitos.

Dentre os Direitos Fundamentais previstos na Constituição Brasileira de 1988, destaca-se o que está contido no caput do artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL. Constituição Federal, 1988, art. 5).

No artigo 7º estão definidos os direitos que devem ser assegurados a todos os trabalhadores urbanos e rurais e visam a proteção do trabalhador dentro da relação empregatícia:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;
 II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
 III - fundo de garantia do tempo de serviço;
 IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e

previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
 V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
 VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
 VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;
 VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
 IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
 X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;
 XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

Os direitos descritos no artigo acima preconizam que existe mais do que uma relação empregado-empregador e suas relações de trabalho, o trabalho como um direito social está intimamente associado à qualidade de vida dos sujeitos e somente como a garantia de condições de trabalho e retorno econômico justo é possível promover a inclusão dos indivíduos enquanto cidadãos e prover melhorias na condição social. Ao total são 34 incisos e um parágrafo único que é direcionado aos direitos do trabalhador doméstico e cuja redação foi dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

O que se verifica em todos os incisos e no parágrafo único destacado é o caráter de diferenciação na relação de trabalho (patrão x operário), uma conquista das classes trabalhadoras diante da opressão que sofreram com a intensificação do capitalismo que impulsionou o reconhecimento de direitos humanos mesmo dentro de uma ordem ditada pela lógica econômica e social.

O trabalho visto por essa perspectiva legal tem como finalidade o real exercício das liberdades individuais, essas preconizadas desde as declarações de direitos norte-americanas e francesa de 1789. Naquele período já se tinha a consciência de que a emancipação histórica do indivíduo perante os grupos sociais aos quais ele sempre se submeteu (a família, o clã, o estamento, as organizações religiosas) pressupunha condições econômicas que lhe possibilitasse usufruto dessas liberdades. Ou seja, de que valeria a ter liberdade, sem garantias mínimas para seu exercício dela?

É por isso que de acordo com Delgado (2011), O princípio tutelar influi em todos os segmentos do Direito Individual do Trabalho, influenciando na própria perspectiva desse ramo ao construir-se, desenvolver-se e atuar como direito.

Efetivamente, há ampla predominância nesse ramo jurídico especializado de regras essencialmente protetivas, tutelares da vontade e interesse obreiros; seus princípios são fundamentalmente favoráveis ao trabalhador; suas presunções são elaboradas em vista do alcance da mesma vantagem jurídica retificadora da diferenciação social prática. Na verdade, pode-se afirmar que sem a ideia protetivo-retificadora, o Direito Individual do Trabalho não se justificaria histórica e cientificamente. (DELGADO, 2011, p. 192)

Essa percepção de que o trabalho corresponde à dimensão mais significativa dos Direitos Humanos e que se inter-relaciona com outros direitos fundamentais para a participação igualitária dos sujeitos numa sociedade foi o que fez o direito trabalhista evoluir, principalmente por incorporarem outras dimensões fundamentais como a liberdade e a intangibilidade física e psíquica da pessoa humana. Dallari (2004) diz que não basta “afirmar que todos são iguais perante a lei; é indispensável que sejam assegurados a todos, na prática, um mínimo de dignidade e igualdade de oportunidades”.

Os princípios de igualdade, intimamente relacionados ao princípio da solidariedade fizeram surgir os direitos sociais também denominados de direitos humanos de segunda dimensão. Segundo Comparato (2010) os direitos sociais “se realizam pela execução de políticas públicas, destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente. Nesse sentido, o Estado por intermédio do aparato legal, garante a dignidade quando oportuniza que o trabalho seja um meio de acesso à bens materiais e imateriais que gerem qualidade de vida para os indivíduos de maneira igualitária. É nessa medida que o trabalho pode dar acesso efetivo a outras dimensões da sociedade:

O universo social, econômico e cultural dos Direitos Humanos passa, de modo lógico e necessário, pelo ramo jurídico trabalhista, à medida que este regula a principal modalidade de inserção dos indivíduos no sistema socioeconômico capitalista, cumprindo o papel de lhes assegurar um patamar civilizado de direitos e garantias jurídicas, que regra geral, por sua própria força e/ou habilidade isoladas, não alcançariam. (GODINHO, 2012, p.82).

Como é possível verificar o trabalho vai além da lógica material que o capitalismo impôs nos seus primórdios. E as conquistas legais hoje existentes servem para garantir acesso integral do homem às suas necessidades fundamentais. Para a nossa pesquisa é preciso ir além da compreensão dos marcos históricos conquistados por meio de disputas de ordem econômica e social, precisamos lançar um olhar sobre o fenômeno do trabalho em outras dimensões. Por isso, faremos a partir de agora um recorte sobre trabalho e cultura, direcionaremos nossas abordagens para perspectivas que possam evidenciar a inserção da mulher nesse universo sociocultural.

2.4 Trabalho e Cultura

Até o momento foi traçado um percurso histórico e social que reafirmou a percepção de que a dignidade do trabalho decorre de duas fontes: da pessoa que trabalha e das características do próprio trabalho humano. Esse princípio de dignidade humana, cujas bases serviram de fundação para o Estado Democrático de Direito (CFB/1988, art. 1º, inciso III e IV), é de acordo com Delgado (2001) a norma que lidera um verdadeiro grupo de princípios, dentre eles a não-discriminação, a justiça social e a equidade.

Percebe-se com o apanhado teórico realizado até agora, que os direitos trabalhistas como parte do rol dos direitos sociais, são expressão de liberdade e atuam como meio de libertação da desigualdade, premissa essa de um estado social.

Os princípios trabalhistas, portanto, requerem interpretações segundo uma estrutura normativa constitucional, mas é também a partir do aspecto teleológico e do olhar histórico-sociológico que deve ser analisado, afinal, tem como fundamentos ou parâmetros principais: A proteção do hipossuficiente; a preponderância dos interesses coletivos sobre os interesses individuais; a desconsideração de eventuais formalismos legais em face das necessidades reais, concretas, da sociedade como um todo.

Porém, existe uma forma de pensar o trabalho que está diretamente entranhada na formação cultural das sociedades e deve ser considerada para entendimento das desigualdades ainda hegemônicas nas relações trabalhistas. Nessa dimensão da cultura está o imaginário acerca do trabalho e o valor simbólico atribuído aos papéis laborais que os sujeitos desempenham em sociedade.

De que forma fatores como experiências pessoais, carga genética e outras as diferenças humanas podem se apresentar como entraves no avanço do acesso à dignidade e aos direitos? Se há uma pretensão em atingir o ideal de respeito a

personalidade moral do empregado na sua dignidade absoluta de pessoa humana, mesmo que por interferência do Estado, é preciso que pensemos a dignidade como um contexto que inclui todas as dimensões dos sujeitos.

Segundo o filósofo Mondin (1982) são várias as dimensões do homem, que nele se apresentam e se realizam ao mesmo tempo: homo somaticus (em sua dimensão corpórea), homo vivens (vida humana como existência vivida), homo sapiens (o conhecimento sensitivo e intelectual, que o torna sábio), homo volens (vontade, liberdade, amor), homo loquens (a linguagem como originalidade de comunicação), homo socialis (dimensão social e política), homo culturalis (a cultura desenvolvida pelo homem), homo faber (o trabalho e a técnica), homo ludens (o jogo e o divertimento), homo religiosus (a crença do homem).

Seguindo esse olhar filosófico, parece improvável pensar a dimensão do trabalho (homo faber) sem considerar todas as outras, uma vez que a dignidade humana prevê o desenvolvimento integral do ser humano. Todavia é preciso dar destaque à dimensão do trabalho, porque, segundo descreve Aranha e Martins (1993), o trabalho foi o elemento que criou a distinção do homem perante os outros animais:

Seria pouco concluir daí que a diferença entre homem e animal estaria no fato de o homem ser um animal que pensa e fala. De fato, a linguagem humana permite a melhor ação transformadora do homem sobre o mundo, e com isso completamos a distinção: o homem é um ser que trabalha e produz o mundo e a si mesmo. (ARANHA E MARTINS, 1993, p.27)

Para as autoras, o animal não produz a própria existência, mas por meio do instinto a conserva. Os atos por eles praticados visam a defesa, a procura de alimentos e de abrigo, e não se deve pensar que tais práticas sejam trabalho, mesmo quando elas criam resultados materiais, pois, as ações realizadas não são deliberadas ou intencionais.

Embora exista essa separação entre o instintivo e o racional como determinantes no entendimento das origens do trabalho humano, é preciso pensar de que maneira essa existência humana se relaciona com esse trabalho. Para tanto é interessante convidar a ideia de condição humana explicada por Arendt (1995), pois, ela acredita que a condição humana deve ser vista como algo mais complexo do que as condições nas quais a vida foi dada ao homem na terra.

A autora salienta que os homens são seres condicionados, uma vez que tudo aquilo com que entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. E é justamente essa condição que representa características essenciais da

existência do homem em determinado espaço, visto que sem elas, essa existência deixaria de ser humana. Ela destaca três atividades fundamentais diretamente relacionada às condições básicas nas quais a vida foi dada ao homem: “labor”, “trabalho” e “ação”.

[...] o labor é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano, tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas no processo da vida. O labor assegura a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. [...] o trabalho, ainda que não individualize o homem, permite a criação de objetos e a transformação da natureza, proporcionando a criação de um habitat distinto ao dos outros animais. Dirigido pela utilidade, permite ao homem demonstrar a sua habilidade e inventividade artesanal. [...] a ação, por sua vez, é a única atividade que independe da medição da matéria e se correlaciona com a condição humana da pluralidade. É por meio da ação que os homens são capazes de demonstrar quem são (ARENDT, 1995, p.15)

Hoje não se diferencia mais as concepções de trabalho e labor como acontecia na Antiguidade, apesar da etimologia ser diferente, o sentido social atribuído às duas práticas é o mesmo. Dentro da lógica contemporânea, o trabalho incorpora o labor a ação humana e se constitui elementos da vida ativa dos sujeitos. O labor para Albornoz (1988) é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, enquanto o trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana.

Verifica-se, então, que o trabalho enquanto ação transformadora da realidade procura respostas para os desafios da natureza e acaba por produzir materiais que de alguma forma possibilite a perpetuação humana. Seja pela produção ou reprodução o homem cria formas de suprir as suas necessidades, segundo descrevem Aranha e Martins (1993), ao reproduzir técnicas que outros homens já usaram e ao inventar outras novas, a ação humana se torna fonte de ideias e ao mesmo tempo uma experiência propriamente dita.

O trabalho, ao mesmo tempo que transforma a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, altera o próprio homem, desenvolvendo suas faculdades. Isso significa que pelo trabalho o homem se autoproduz. Enquanto o animal permanece sempre o mesmo na sua essência, já que repete os gestos comuns à espécie, o homem muda as maneiras pelas quais age sobre o mundo, estabelecendo relações também mutáveis, que por sua vez alteram sua maneira de perceber, de pensar e de sentir. (ARANHA E MARTINS, 1993, p.27)

É justamente nesse lugar de transformação da natureza por meio do trabalho que o homem se torna um produtor de cultura, logo, essas duas dimensões humanas

(trabalho e cultura) estão entrelaçadas uma na outra desde os primórdios. Ao agir sobre a natureza, o mundo de onde o homem emergiu, deixa de ser considerado natural, é o que assevera Aranha e Martins (1993): "enquanto o animal permanece mergulhado na natureza, o homem é capaz de transformá-la, tornando possível a cultura" (p.28).

Dentro dessa mesma linha de raciocínio sobre o homem como único animal a promover alterações na ordem natural segue a abordagem Marx (1979) sobre o trabalho. Para ele há uma integração entre homem e natureza e uma mútua transformação:

“O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade... Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza...” (Marx, 1979, p. 118).

É preciso, antes de avançar um pouco mais no olhar sobre a cultura do trabalho que se fale sobre algumas possíveis definições de cultura. Dentre algumas das associações feitas a respeito da palavra cultura há a relação com terra, cultura também foi atribuída como uma característica de homens letrados. Em outras áreas como a antropologia, cultura significa tudo que o homem produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, tem relação ainda com os valores materiais e espirituais que ele possui.

Uma das definições que mais interessa a essa pesquisa que vai analisar os sentidos gerados por dois grupos de mulheres frente à dinâmica do trabalho representado no filme "Que Horas Ela Volta?", é a que entende o homem como construtor de símbolos. Arruda e Martins (1993) destacam esse aspecto na seguinte descrição:

[...] a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar. Dada a infinita possibilidade de simbolizar, as culturas dos povos são múltiplas e variadas. A cultura é, portanto, um processo de autoliberação progressiva do homem, o que o caracteriza como um ser de mutação, um ser de, que ultrapassa a própria experiência. (ARANHA E MARTINS, 1993, p.28)

Nesse sentido, como o trabalho foi simbolizado por força da construção cultural humana? Quais os significados que foram atribuídos ao trabalho nos diferentes contextos históricos? Na Antigüidade o trabalho era entendido como a atividade dos que haviam perdido a liberdade, por essa razão, o seu significado era o de sofrimento ou infortúnio. O homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O

fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade. (KURZ: 1997, p.3).

Já de acordo com a tradição judaico-cristã, era o sentido de punição que vigorava a respeito do trabalho. Ele era associado à ideia de maldição, essa perspectiva pode ser encontrada no Antigo Testamento quando Eva foi destinada ao "trabalho" do parto (punição do pecado original). No texto bíblico quando o trabalho aparece também está exposto como sendo uma necessidade que leva à fadiga e que resulta de uma maldição: "Comerás o pão com o suor de teu rosto" (Gn. 3,19). A perspectiva ocidental e cristã de trabalho simbolizando castigo foi amplamente disseminada por gerações através das narrativas da igreja católica, essa citação apresentada aparece após a expulsão de Adão e Eva do Éden.

Nessa mesma ótica cristã podemos pensar ainda a dicotomia entre trabalho intelectual e o trabalho braçal se considerarmos a criação do mundo como uma forma de trabalho. Segundo a bíblia Deus como mentor intelectual de todas as coisas, criou o mundo em seis dias e no sétimo descansou, diferentemente do que aconteceu com aqueles a quem ele renegou proteção que precisaram lutar todos os dias sem descanso para garantir a sobrevivência.

O texto bíblico lançou no imaginário social a ideia de trabalho no sentido de sofrimento, obrigação, dever, responsabilidade e punição. Esse último viajou pela história da civilização, tanto é que teve o seu sentido conectado com o termo que deu origem à palavra trabalho.

Para Arruda e Martins (1993), a etimologia da palavra trabalho vem do vocábulo latino tripaliare, do substantivo tripalium, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados, e que também servia para manter presos os animais difíceis de ferrar. Segundo descrevem, essa é a origem da associação do trabalho como tortura, sofrimento, pena, labuta.

Bueno (1988) afirma que por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo. O autor considera que o trabalho enquanto ação é inerente à condição humana não está necessariamente contido no ciclo repetitivo vital da espécie. O trabalho é a forma como o homem cria coisas a partir do que extrai da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica.

Na Grécia haviam duas palavras que estavam associadas ao "trabalho, a primeira é "ponos" (referência a esforço e à penalidade); a segunda palavra é "ergon" que significa criação, obra de arte. Mais uma vez está apresentada uma diferenciação para a ação de trabalhar, duas são as construções de sentido: sentido de penar (ponein) e sentido de criar (ergazomai). Em várias culturas e línguas a raiz do termo trabalho aponta para esses dois significados, associado tanto a ideia de esforço, fardo, sofrimento quanto para o sentido de criação, obra de arte, recriação.

Essa contradição que coloca como distintas as dinâmicas de trabalho, delimitando uma fronteira entre o trabalho físico (trabalho-ponos) e o trabalho intelectual (trabalho-ergon) ainda está contida nas concepções mais atuais. O que acontece no presente é uma valoração diferenciada para cada tipo de produção, o valor atribuído vai além de uma ideia mercantilista.

O que existe hoje é um valor social que é entrecruzado pela carga cultural herdada e pelo o simbólico formatado pelo próprio homem durante os anos. Ou seja, ampliou-se o entendimento de que existem outras possibilidades de pensar o capital que vão além das relações materiais marcadas pelas posições hierárquicas que os sujeitos ocupam. As ciências sociais passaram a considerar novas disputas e direcionamentos em campos de ordem econômica, social, cultural e simbólica.

Dentro desse contexto é preciso que sejam explicados alguns conceitos que ganharam força nos estudos sobre a sociedade e que servem para explicar a estruturação de algumas dinâmicas sociais, inclusive as existentes no mundo do trabalho. Uma vez que já verificamos que o trabalho passou a ser associado à ideia de valor, tanto no tocante ao econômico quanto no campo do simbólico que engloba o cultural e o social, revisitaremos os conceitos de campo e capital (econômica, social, cultural e simbólico) que ganharam notoriedade a partir dos estudos do filósofo Pierre Bourdieu. Esses conceitos serão apresentados aqui de forma sintética e retomados nas análises dos dados que serão feitas no decorrer dessa dissertação.

Primeiramente é preciso ter o entendimento sobre o universo simbólico e do poder atribuído à ele. Para Bourdieu (1989) o poder simbólico é um poder de construção de realidade:

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do

espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (BOURDIEU, 2003, p. 9)

O autor examina os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas, passíveis de uma análise estrutural e vê as produções simbólicas como instrumentos de dominação, se configurando um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe .

Para o filósofo o poder simbólico se constrói e se mobiliza no campo da cultura, por ser esse um lugar exclusivo e distintivo da figura humana em sociedade, nele acontecem as cenas objetivadas e as subjetividades de maneira relacional e as relações sociais são forjadas. Nesse campo todos os produtos da ação humana, sejam materiais e simbólicos se tornam realidade.

Trata-se para Bourdieu (1989) de um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exerce, logo, é um tipo de manifestação de poder que somente pode ser mobilizado e efetivado com o envolvimento de entes sujeitados ou partícipes da produção desse poder, de modo relacional, seja qual for o pólo da posição em que se manifestem os entes envolvidos, seja em simetria ou assimetria de relação.

Mas de que modo esse poder simbólico está presente no cotidiano? E no trabalho, como ele pode ser verificado? Martins (2012) afirma que o poder simbólico está dissolvido no cotidiano e acontece dentro de uma rede de relações naturalizadas:

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado. Ou, melhor, seu sentido se restringe às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz (MARTINS, 2012, p.71).

No tocante ao trabalho e agora direcionando o nosso olhar para o trabalho doméstico que é o foco dessa pesquisa, essas ações e relações refletem justamente uma dinâmica social que ultrapassa a noção de capital apenas econômico. Devido ao longo percurso histórico e cultural pelo qual passou o trabalho doméstico, é possível verificar a existência de um capital também simbólico.

Os símbolos legitimados e encadeados pelos sistemas simbólicos têm como função mais importante a integração social, servem como instrumentos de

conhecimento e de comunicação que constituem um poder estruturante porque são estruturados. Nessa perspectiva de compreender esses fenômenos simbólicos, Bourdieu desenvolveu o conceito de capital simbólico como oposição a outras modalidades de capital.

O capital simbólico é, de um modo geral, uma medida do prestígio ou de carisma que um indivíduo ou instituição possui em determinado campo. Ele permite que um indivíduo desfrute de uma posição de destaque frente a um campo e por ser um tipo de capital cuja posse permite um reconhecimento imediato da dominação do elemento que o possui sobre os demais elementos do campo, o capital simbólico é assim o instrumento principal da violência simbólica, ao impor seu peso sobre outros que num dado campo o possuem em quantidades inferiores.

Essa violência simbólica intrínseca na ideia de capital simbólico está presente na forma como as relações do trabalho doméstico sempre estiveram estabelecidas e como mostraremos mais à frente quando adentrarmos nas análises dos dados, muito dessa violência se construiu por força do *habitus* social. O *habitus* constitui-se em um conhecimento adquirido e uma prática incorporada no agente em ação (BOURDIEU, 1989, p.61)

Esse conceito está relacionado com o sentir e o modo de sentir, o pensar e o modo de pensar, o agir e o modo de agir social dos sujeitos, são capacidades constituídas e mobilizadas a partir de determinantes da cultura objetivada e das subjetividades.

[...] *habitus* diz respeito às disposições [atitudes] incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; integra experiências passadas, atua como uma matriz de percepções, de apreciações, de ações. Essa “matriz”, ou conjunto de disposições, nos fornece os esquemas necessários para a nossa intervenção na vida diária; essas disposições não são fixas, não são a personalidade nem a identidade dos indivíduos; *habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa; durável, mas não imutável. (Bourdieu, 2002, p.83).

Mas é importante destacar que o *habitus* não significa um destino. Segundo Bourdieu (1992), quando se compreende que ele é um produto da história, se tem a noção de que deve ser pensado como um sistema de disposição aberto, incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas.

No tocante ao trabalho se verifica que, na contemporaneidade, a coexistência de um campo de socialização híbrido e diversificado, no qual diversas instâncias de socialização transitam: projetos múltiplos, maior circularidade de valores e referências

identitárias, dentre outras, tem impulsionado a construção de um novo sujeito social. Esse campo não é apenas influenciado e determinado pelas instâncias tradicionais da socialização, tais como a família e a escola.

O que se identifica na ordem social contemporânea é que emergem novas formas de interação social, contribuindo para a produção de um *habitus* alinhado às pressões modernas. Ou seja, vivendo a realidade da desinstitucionalização das agências socializadoras (Dubet, 1996), propenso a interagir com uma nova conjuntura social, o indivíduo contemporâneo é expressão e produto de um novo *habitus* social.

Logo, é necessário considerar o *habitus* como sendo um sistema flexível de disposição que não resultou apenas da sedimentação de uma vivência nas instituições sociais tradicionais. Trata-se, portanto, de um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo moderno: um *habitus* como trajetória, mediação do passado e do presente; *habitus* como história sendo feita; *habitus* como expressão de uma identidade social em construção.

E dentro da lógica desse fluxo que suscita uma visão global do trabalho e suas múltiplas possibilidades de análise e interferência social, chegamos ao conceito de capital social sistematizado por Bourdieu na tentativa de dar conta da estrutura, funcionamento e classificação do mundo social.

O autor considera que o capital em sua forma econômica (capital econômico), envolvendo trocas mercantis, por exemplo não implica o desconhecimento das formas culturais (capital cultural) ou sociais (capital social) de sua aplicação. Desse modo afirma que o capital social como sendo:

o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

E por força do valor material e simbólico atribuído ao trabalho por força das construções socio-históricas é que esse aspecto primário do ser humano se transformou num dos componente fundamentais da vida, não apenas no sentido material (salário, benefícios), mas no tocante ao desempenho das atividades e para o contato social. O que aconteceu é que gradativamente trabalho passou a ter uma função de destaque dentro da

estrutura social ¹⁷ contemporânea, ou seja, o trabalho organiza papéis entre os indivíduos por meio de relações complexas e constantes.

A estrutura social aqui referida diz respeito à forma como a sociedade se organiza, como as funções assumidas pelos sujeitos são necessárias para os diversos grupos humanos e também está conectada com a forma como estão dispostos os status (posições sociais) e papéis sociais, conforme privilégios e deveres. E dentro dessa lógica estruturante foram construídas expectativas dos comportamentos entre os indivíduos diante desses papéis sociais e dos status sociais que ocupam, criando assim uma organização da vida enquanto atores sociais.

Porém, apesar do conceito de estrutura social ser um recurso analítico para compreender como os homens se comportam socialmente, isso não significa que as normas estabelecidas podem ser alteradas pelos atores sociais em seu cotidiano. É nessa perspectiva que os fatores culturais, econômicos e políticos também se apresentam como gerenciadores das transformações sociais que seguem o fluxo de cada época e demandas vigentes.

Um importante exemplo dessas demandas que se intensificam a cada época, mas que tem ainda como enfoque o mundo do trabalho, é a questão gênero. Essa pauta que direciona o olhar para a participação da mulher no mercado de trabalho surgiu como pauta nas últimas décadas do século XX e tem gerado outras perspectivas até hoje.

Essa questão que interliga as categorias gênero e trabalho, como veremos no tópico a seguir, está muito menos relacionada à questão econômica, nela se sobrepõe os pontos de vista cultural e social, desse modo, as representações sociais sobre a participação da mulher dentro de espaços variados, seja na família, na escola, igreja, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade ganham protagonismo.

2.5 Trabalho e gênero

Antes de traçarmos um panorama sobre a inserção da mulher no mundo do trabalho é importante esclarecer que este trabalho não tem a pretensão de se aprofundar nas questões de gênero. Temos a clareza que estar lidando com uma temática que

¹⁷ Para o entendimento do conceito de sociedade, é fundamental compreender algo intrínseco a ela: sua estrutura. Segundo Raymond Firth, em artigo publicado no livro *Homem e Sociedade*, organizado por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, uma estrutura social é a ligação das partes que compõem o todo, “o arranjo no qual os elementos da vida social estão ligados” (IANNI, 1973, p. 35).

envolve mulheres e todo o universo sócio-histórico e sociocultural nos quais elas foram inseridas.

Porém, não podemos desconsiderar em nossa pesquisa a variável gênero como categoria de análise, pois, segundo descreve a historiadora Joan Scott (1989), gênero é um elemento característico das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo ela o modo como se dá significado as relações de poder presente na sociedade.

Tratando-se, então, de uma construção histórica que se fez definir por diferenças de natureza sexual devemos considerar o gênero como uma condição determinante para entender toda a construção de sentidos por parte do público de mulheres com os quais trabalhamos nessa pesquisa.

Saffioti (1994) chama a atenção para o que entende como relações de gênero. Para ela, conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Mas ela entende que o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. Segundo acredita, o alvo a ser atacado nesse campo por uma concepção relacional, é o padrão dominante da relação de gênero. Afinal, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher.

Essa ultima relação citada (mulher-mulher) é a que será mais evidenciada no nosso estudo de recepção que, como já foi explanado, tem como personagens centrais, seja na ficção ou no mundo real, domésticas e patroas.

A mulher e o trabalho

Como vimos no início dessa sessão sobre o trabalho, as relações capitalistas se baseavam na produção de mercadorias, especificamente na separação entre a classe que dominava os meios de produção e àqueles que precisavam vender a força de trabalho. Surgiu, assim, a dualidade Capital/Trabalho e a variável Gênero era vista pelos marxistas como uma relação análoga a relação de classe. Segundo descreve Engels (1984), as mulheres no seio da família patriarcal, seriam similares ao proletário, e o homem cumpriria o papel de burguês.

O desenvolvimento desse capitalismo industrial, citando o caso dos Estados Unidos como exemplo, promoveu a ideia de homens provedores e estruturou a desigualdade por meio das hierarquias de gênero, raça (etnicidade) e classe. Essa ruptura com a ideia do papel masculino começou a ser modificada com a ida dos homens para as frentes de batalha nas duas grandes Guerras Mundiais. A primeira que ocorreu entre 1914 e 1918 e a segunda entre 1939 e 1945, nesses momentos da história, as mulheres tiveram que assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho.

A guerra cessou e deixou um saldo grande de homens mortos ou mutilados nos conflitos. Esses que sobreviveram se viram impossibilitados de retornar ao trabalho, logo, as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. Dessa forma, o sistema capitalista começou a incorporar a produção feminina e boa parte dessa mão de obra foi destinada às fábricas.

A partir desse ingresso das mulheres no mundo do trabalho, algumas leis surgiram em benefício da categoria, a Constituição de 1932 trazia o seguinte texto: “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”.

Apesar de ter essa proteção legal, o sistema de exploração do trabalho feminino perdurou, muitas mulheres tinham jornadas que duravam entre 14 e 18 horas e as diferenças salariais se mantinham. Tal situação ainda perdurava devido à ideia que preponderava de que o homem trabalhava e dava o sustento à mulher, sendo assim, não havia razões para a mulher ganhar um salário equivalente ou superior ao homem.

Vale destacar ainda que, mesmo com a divisão sexual do trabalho, a diferenciação entre homens e mulheres se manteve e estava pautada na crença de que existiam certas habilidades e qualificações que não eram da capacidade feminina. Essa premissa foi algo que deu suporte ideológico às desigualdades de gênero existentes. Além disso, a lógica essencialista que imperava inferiorizava a mulher por algumas condições que lhes são naturais: a mulher era considerada enferma porque menstruava, pelo fato de ter filhos, os músculos da mulher eram vistos como menos fortes e suas capacidades mentais subestimadas. No século XVI nas universidades europeias se

ensinava que havia um único sexo (o masculino), a mulher seria o sexo deficiente, que ainda não se formou.

Na verdade essa suposta “feminização de habilidades” que reduzia a remuneração da mão de obra feminina no mercado, era reflexo da relação entre a cultura entranhada na sociedade que causava uma distinção entre produção e reprodução social. A respeito dessas duas perspectivas sociais falaremos a partir de agora.

Entre a produção e a reprodução / Entre o público e o privado

Como vimos, a lógica da divisão sexual do trabalho tinha como princípio uma separação entre tarefas e funções que eram consideradas próprias de cada sexo (do homem ou da mulher), havendo nessa hierarquia uma maior valorização capital e social para as tarefas e funções designadas aos homens.

Esse pensamento que segregou o universo feminino do masculino sempre esteve estrelado a uma condição histórica. O homem se colocou no local de produtor e deslocou a mulher para o universo da reprodução.

Por essa razão que também na sociedade capitalista tais funções se separaram geograficamente, ou seja, a produção se realizava no espaço público (espaço do mercado) e a reprodução estava destinada ao espaço privado (espaço doméstico).

Em períodos históricos anteriores, nas formas de organização humanas mais primitivas, tais divisões não existiam: a produção e a reprodução se organizavam em torno do mesmo espaço, o da comunidade familiar. Porém, o capitalismo acabou por separar as duas esferas, mas segundo destacam Kartchevesky (1986) e Hirata (2000), não se pode esquecer que a divisão sexual do trabalho se reproduz e se recria tanto na esfera da produção quanto na da reprodução.

A mulher reproduz os trabalhadores que o capital precisa, em outras palavras, ela produz e reproduz força de trabalho para ser vendida ao capital; mesmo diante dessa concepção de que ela também é força de trabalho a ser disponibilizada ao mercado, houveram poucas alterações no papel que lhe foi designado socialmente e a mulher ficou reduzida a um determinismo biológico que não modificou o seu papel no âmbito doméstico.

Ao pensar essa construção ideológica que associa a condição e atributos femininos à dimensão de natureza reprodutiva, é preciso entender os interesses da nova

classe que ascendia por meio do capitalismo, a burguesia. Nesse momento aconteceu a institucionalização de ideias que colocaram o lugar da mulher, como o lugar do espaço privado e numa realidade onde pudesse ser domesticada.

Para Engels (1953), foram essas ideias que, quando incorporadas, redefiniram os papéis masculinos e femininos e alteraram o lugar que cada um ocupava na estrutura de produção e reprodução. Segundo o autor, a destinação da mulher aos trabalhos essencialmente domésticos não foi uma visão que nasceu com o capitalismo enquanto movimento econômico e social. Esse sistema na verdade sempre esteve ancorado na teoria do patriarcado, tão forte em épocas passadas, e nessas teorias buscou subsídios para explicar e justificar as diferenças existentes entre homens e mulheres na sociedade.

De acordo com o estudioso, essas dicotomias entre o lugar do homem e da mulher se processam desde o surgimento das primeiras sociedades, foi naquele momento que começou a ser desenhado mais fortemente essa dinâmica. A evolução da agricultura e pecuária primitivas conduziu o homem a se entender como superior à mulher. :

O desmoronamento do direito materno , a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem tomou posse também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada , dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 2002, p.58)

Naquele contexto, a separação entre dimensões sociais, pública e privada, retirou da mulher qualquer função social que não seja reprodutiva, ou seja, tenha características do privado, do emocional e do doméstico. Desse modo, caberia às mulheres por destino, a dedicação a casa e a família. Para os homens pela capacidade "natural" da razão ficavam no espaço público, as tomadas de decisões no âmbito político e econômico.

Como se pode observar, a domesticidade é um componente associado à mulher e à sua história desde tempos remotos. Essa origem de ordem cultural ajudou a imprimir e legitimar nas sociedades contemporâneas as relações de gênero como relações de poder e desigualdade. O que se verifica de acordo com o que já escreveram Hirata (2000); Kergoat (2002); Birtes (2012) é que espaço doméstico é um componente tão fortemente vinculado à figura feminina, que se confunde e se funde num mesmo aspecto. Para as

teóricas, ao analisar a história das mulheres, o espaço privado, mostra-se como uma condição indispensável de análise.

Para Rubim (1993) “o trabalho doméstico é, portanto, uma peça chave no processo de reprodução do trabalhador do qual a mais valia é extraída”, uma vez que este trabalho não é remunerado, ou demanda baixos salários, contribui para a quantidade de mais valia realizada pelo capitalista.

Visto por essa perspectiva, é da esfera da produção que vem os recursos pelos quais se tem o financiamento da esfera da reprodução, o que cria uma interligação entre ambas. E o que nos interessou compreender dessa relação e para uso na presente pesquisa, foi justamente a evolução da natureza do trabalho doméstico para além da dimensão do lar, o trabalho doméstico enquanto profissão dentro da sociedade brasileira. Ao analisá-lo, podemos compreender, inclusive, a divisão instituída entre espaço público e privado, assim como, as interconexões que são características notoriamente presentes nas relações do trabalho doméstico do Brasil.

Trabalho doméstico e as questões de gênero na sociedade brasileira

Foi nas últimas décadas do século XX que começou no Brasil a inserção da mulher no campo do trabalho. Esse fato se deu por uma combinação de fatores econômicos, culturais e sociais. O processo foi impulsionado pelo avanço da industrialização no Brasil, o que levou a transformações na estrutura produtiva, além disso, outros fatores como o contínuo processo de urbanização e a redução das taxas de fecundidade nas famílias foi proporcionando a inclusão das mulheres no mercado trabalhista.

A visão ideológica do Ocidente industrializado, como destacamos anteriormente, criou uma segregação entre casa e trabalho, gerando para a figura feminina uma oposição entre a ideia de “mãe” e de “trabalhadora”. A concepção formatada serviu para modelar a política social direcionada às “mulheres dos países em desenvolvimento”. À realidade brasileira se somou, ainda, todo o processo da escravatura e as transformações sociais que aconteceram no pós-abolicionismo.

Dentro dessas raízes históricas do trabalho doméstico no Brasil, pudemos ver no tópico em que tratamos disso, uma dinâmica que foi culturalmente fortalecida pelas relações vivenciadas na casa grande quando ocorreu uma pseudo-abertura das senzalas

com a libertação dos escravos. Já falamos anteriormente como as escravas alforriadas migraram para a função "remunerada" de "cuidadoras" do lar, trabalhando no auxílio das suas senhoras por não terem outras opções enquanto escravas libertas.

As duas figuras femininas citadas nessa relação (escravas e senhoras) compartilhavam funções que, segundo Hirata (2000) e Kergoá (2003), podem ser um dos principais fatores de desvalorização do trabalho doméstico, ambas apesar das diferenças eram consideradas trabalhadoras do lar. Segundo acreditam as estudiosas, o fato das mulheres terem historicamente trabalhado por amor à família, portanto, sem nenhuma remuneração e cobrança pelo trabalho realizado, fez do trabalho doméstico uma situação natural e inerente ao feminino, condicionando-o às relações afetivas e fora do mercado.

Dentro dessa lógica foi erguida a estrutura social e formatada a realidade para o trabalho doméstico como se tem contato hoje no Brasil. A estrutura social referida, no âmbito das ciências sociais, é definida como uma realidade formada pelas organizações padronizadas da sociedade, que são tanto emergentes quanto determinantes das ações dos indivíduos.

Em macroescala, a estrutura social é considerada um sistema de estratificação socioeconômico, por exemplo, a estrutura de classe, mas também envolve as instituições sociais, ou outras relações padronizadas entre grandes grupos sociais. Ao analisá-la numa microescala, a estrutura social pode ser descrita como normas que formam o comportamento de indivíduos pertencentes a um sistema social. Essas escalas não estão sempre separadas, pois, elas são as propriedades emergentes de instituições culturais de microescala.

Assim, ao estudarmos as estruturas sociais, é preciso examinar como ocorrem as variações das formas básicas de relações sociais. Dessa maneira, temos de estudar tanto a adaptação social em transformações, como a continuidade social. Dentro dessa análise da estrutura social devemos dar destaque às relações de parentesco, que geralmente são marcadas por um modelo de relação familiar. Tratando-se de um modelo se deve considerar a existência de um padrão de funcionamento da família, essa que é uma importante instituição com função significativa na vida social. A estrutura social seria, então, marcada não apenas pelas ações dos homens, mas também pelas chamadas instituições – como define Ianni (1973) ao afirmar que a família como instituição “é o conjunto de valores e princípios estabelecidos tradicionalmente” (Ianni, p. 39).

Para pensar a família e as funções sociais que ela ajudou a configurar, é preciso entender função social como uma realidade que nasceu de determinados costumes ou práticas dentro da sociedade. Desse modo, é preciso olhar com atenção todo o sistema de interações que garante a estrutura social, no qual cada ação social, cada prática, cada costume, assume uma função.

Tais percepções nos colocam mais uma vez na dinâmica da vida privada, mostrando como ela também foi determinante na legitimação de traços culturais que se legitimaram com o tempo, a exemplo do que aconteceu com o trabalho doméstico e a forma como ele é vivenciado ainda hoje. E nesse fluxo podemos pensar como se constituíram os papéis sociais que cada indivíduo assume nas relações do trabalho doméstico e como se dão essas relações entre os diferentes atores.

Ao suscitar os papéis sociais e as relações que estabelecem entre si, estão incluídos nesse contexto, fatores que vão além da relação materialista do trabalho. Se antes falamos do trabalho doméstico como uma criação do espaço privado, esse dotado de relações mais humanizadas, logo, os vínculos afetivos e as relações entre os sujeitos nesse espaço devem ser considerados.

Para o nosso estudo que tem como uma das categorias de análise o relacionamento interpessoal entre domésticas e patroas, objetivando extrair os sentidos que elas atribuem à essa relação quando entram em contato com o filme *Que Horas Ela Volta?*, abordar de que maneira o cotidiano do trabalho influi na vida e nas emoções das pessoas é relevante.

Relações Interpessoais do Trabalho Doméstico: relação entre domésticas e patroas

Neste capítulo foi construído um percurso teórico acerca do trabalho, mostrando a sua evolução desde os primórdios, até a inserção da mulher dentro dessa estrutura social que tem como uma das bases de sustentação o capitalismo. O trabalho doméstico apareceu na história das mulheres como uma atividade que fez uma transição do espaço privado para o público, mas como pudemos analisar anteriormente, não perdeu a natureza privada por força de fatores socioculturais.

E foi justamente pela herança cultural que, nos anos 70, a sociologia norte-americana se tornou o centro de estudos que tinham como foco o trabalho doméstico., dando assim, visibilidade a questões não problematizadas anteriormente. O interesse no

trabalho doméstico foi muito impulsionado pelas teorias da modernização e pelo movimento feminista.

O que as pesquisas realizadas na época apontaram é que tal atividade conjuga formas capitalistas de exploração do trabalho com velhas estruturas de dominação no âmbito da família. De acordo com Saffioti (1976); Motta (1977); Kartchesvsky et al (1986), a base de legitimação estaria numa forma de organização social de cunho patriarcal onde sua marca é a desigualdade econômico-social. Para Castells (1999) “o patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas”.

O patriarcado deve ser compreendido como uma forma de organização e dominação social que coloca a autoridade no patriarca de uma comunidade familiar. A questão é que tal sistema imprime, institucionaliza, legitima a autoridade masculina sobre os demais sujeitos sociais: as mulheres e as crianças. Essa lógica segundo Aguiar (1997) imprime um sexismo¹⁸ por fazer prevalecer nessa organização social a ideologia da supremacia masculina. Para a autora, o patriarcado é caracterizado por:

[...] um sistema de normas baseado na tradição, quando as decisões são tomadas de uma determinada forma, porque isto sempre ocorre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além do que é devotada à tradição. (AGUIAR, 1997, p. 171)

A estrutura patriarcal também cria, por meio das diferenças biológicas a diferenciação dos papéis desempenhados por homens e mulheres dentro da sociedade. Nessa perspectiva, a mulher tem a função histórico-biológico insuperável, assim como, possui vocação natural para a procriação e o cuidado com os afazeres domésticos e familiares.

A dissolução dessas crenças enraizadas nas sociedades por força do patriarcado é o que as mulheres tem buscado. Por força desse embate contra o sistema a mulher vem ganhando espaço na esfera pública. É justamente nesse momento de saída do âmbito privado, seja para estudar e/ou trabalhar, que, ao invés de transferir a responsabilidade do cuidado do lar para toda a família, outras mulheres são contratadas para assumir as

¹⁸ Formiga e colaboradores (2002) informam que o construto sexismo vai além da definição tradicional de preconceito como antipatia ou hostilidade a membros de certos grupos sociais, por não ser uniformemente negativo. Seria como se esse tipo de preconceito pudesse ser comparado a um iceberg, em que a maior parte fica encoberta sendo visível apenas sua ponta (Formiga, 2006). O sexismo, então, em sua porção perceptível costuma se expressar na forma tradicional, em que a mulher é considerada inferior ao homem, incapaz de exercer os mesmos papéis que ele.

tarefas do lar. Com essa escolha por uma doméstica, ou seja, uma profissional do sexo feminino há a reprodução da ideia de que o espaço privado é de domínio do feminino.

Sobre as relações entre a esfera doméstica e a esfera profissional, Hirata e Kergoat (2007) apresentam modelos de papéis sexuais: o primeiro é o modelo tradicional, ou seja, o homem considerado provedor e a mulher responsável pelo trabalho doméstico; o segundo é o modelo de conciliação, neste a mulher concilia o trabalho doméstico com o trabalho profissional; o terceiro é o modelo de parceria que se configura pela igualdade de estatutos sociais entre os sexos, ou seja, a mulher e o homem dividem as tarefas domésticas; e o quarto é o modelo de delegação onde há terceirização do trabalho doméstico por meio de uma contratação formal.

Esse último modelo (delegação) acaba por criar uma reação em cadeia sobre as mulheres, pois, com a transferência das tarefas do lar, as trabalhadoras domésticas também deverão decidir entre conciliar as demandas de suas casas ou também delegá-las para outra mulher.

Esse ciclo que converte serviços domésticos em trabalho remunerado nos leva a analisar essa relação que se constitui entre as mulheres por pelo menos duas perspectivas: a de classe e a de gênero. A realidade de classe se materializa diante da constatação de que as mulheres que se dispõem a vender sua força de trabalho, mesmo diante da desvalorização social e econômica, são as pobres.

Nessa microesfera entre a patroa e a empregada também surge uma relação de poder, que aproxima o contexto da ideia de uma microfísica do poder verificada por Foucault (1989). Ele assevera que “para compreender o que são relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações”. Sendo assim, o poder se constitui numa relação de forças que se encontra presente, e em constante movimento, em todos os espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, gerando tensões que se expressam em toda relação.

[...] Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido

do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 1989, p. 183).

Por esse pensamento, podemos considerar que na relação do trabalho doméstico, onde temos de um lado as patroas como representantes de uma classe economicamente privilegiada e na outra ponta as domésticas que aparecem em condições antagônicas às patroas, existe também uma relação opressiva de gênero.

Sobre essa realidade na qual mulheres passam a oprimir mulheres, Aguiar (1997) afirma que a violência cometida por uma mulher contra outra é tão produzida pelo gênero quanto a violência perpetrada por um homem contra uma mulher. Porém, é preciso destacar que tais relações de gênero só reforçam o quanto a mulher é oprimida na sociedade e o quanto o trabalho doméstico serve aos interesses capitalistas.

É verdade que a opressão de gênero não é originária do mundo capitalista, o que se coloca aqui é como ele se apropriou das diferenças já existentes e adequou aos seus interesses, ou seja, o que antes eram valores culturais elaborados pelas sociedades foram canalizados para atender interesses econômicos.

Dentro dessa lógica capitalista e das opressões que surgem nas relações de trabalho, em destaque aqui o trabalho doméstico, é que se tem voltado atenção na contemporaneidade para a qualidade das relações no âmbito do trabalho. Na questão do trabalho doméstico que tem como ambiente de trabalho a casa, são efetivados contatos sociais primários, ou seja, aqueles que são diretamente ligados à formação social dos indivíduos. Nesse lugar são efetivados contatos pessoais e diretos, dotados de forte base emocional, pois as pessoas envolvidas compartilham suas experiências individuais.

Essas trocas de natureza social e afetivas de que falamos aparece na narrativa do filme que utilizamos nesta pesquisa, "Que Horas Ela Volta?" e foram evidenciadas pelas patroas e domésticas com as quais tivemos contato. As evidências disso se materializaram em sentidos e posteriormente em categorias que poderão ser vistas mais à frente na apuração dos dados. Como será mostrado, apesar da nova legislação para o trabalhador doméstico ter impulsionado uma nova dinâmica para as relações interpessoais, dando-lhe uma natureza mais empresarial, os vínculos afetivos que sempre entrecruzaram esse tipo de atividade ainda prevalecem.

Sobre as relações interpessoais dentro de qualquer empresa Moscovici (1994), afirma que, a interação humana ocorre em dois níveis concomitantes e interdependentes.

O primeiro está relacionado ao nível da tarefa, em observância à execução das atividades individuais e em grupos. E o segundo é aquele definido como socioemocional, que se refere às sensações, aos sentimentos que são gerados pela convivência.

Par ao teórico se nas relações de trabalho existem sentimentos positivos entre os indivíduos, o nível da tarefa é facilitado, gerando uma produtividade satisfatória. Se o clima emocional não é satisfatório, a tarefa sofre os efeitos, que muitas vezes se manifestam com interações de desagrado, antipatia, aversão etc.

Na questão das relações entre patroas e empregadas, a convivência está numa esfera mais familiar e por isso, as noções entre o público e o privado se fundem. E tais fatores dessa interação socioemocional acabam incorporando uma dupla referência, já as domésticas e as patroas estão numa relação que envolve tanto o nível profissional quanto o familiar.

E historicamente sempre foi no encontro estreito entre esses dois níveis (profissional e familiar) que a relação interpessoal entre patroas e domésticas acabou violando muitos direitos humanos e trabalhistas da trabalhadora doméstica.

3 ESTUDOS DA RECEPÇÃO

Os estudos de recepção ganham força devido às mudanças no olhar acerca dos processos comunicativos dos meios massivos, após a fase da sublimação dos meios de comunicação impositivos, consolida-se a ênfase da audiência liderando o processo comunicativo.

É importante salientar que a relação entre o público e os veículos midiáticos já tinha se tornado objeto de investigação no início do século XX. Para se chegar às premissas mais atuais sobre a audiência, seu entendimento passou por várias formas de concepção, dentre elas, as perspectivas de receptor-manipulado, receptor-persuadido, receptor-reificado, o receptor-consumidor, dentre outras definições.

Seja qual tenha sido a concepção, o que se pretendeu (se pretende) foi (é) investigar o sujeito da recepção e o seu processo interpretativo no contexto social. Segundo descreve Sousa (1995), alguns estudiosos percebem como “inócuo e desnecessário indagar hoje sobre o sujeito da recepção, enquanto outros entendem que a

questão da recepção é temática já exaurida”, entretanto, com o reconhecimento das mediações culturais e com o surgimento de novas tecnologias, mídias e formas de subjetivação, restaura-se o interesse acerca do receptor, e emerge a necessidade de revisitar conceitos essenciais que dinamizam sua compreensão.

Para Ruótoló (1998) não existe uma teoria geral que explique o receptor desde o momento que decide se expor a um conteúdo da comunicação até as suas últimas consequências comportamentais. Dentro dessa perspectiva científica, descreve Ferreira (2011) que os estudos de recepção são conduzidos pelo processo subjetivo de decodificação das mensagens dos meios pelos receptores. Para Immacolata (2000), a recepção é o momento privilegiado da produção de sentido, contestando a concepção reprodutivista de que a comunicação se restringe aos meios, e é realizada através das mediações, ou seja, da cultura.

A audiência nesse contexto deve ser compreendida de maneira distinta do que acontecia até os anos 1970. Até este período, os estudos da comunicação massiva que vez ou outra ponderava sobre o receptor, eram guiados pela ideia de que a recepção representava apenas um lugar de chegada (das mensagens dos meios) e nunca um lugar de partida, isto é, também de produção de sentido.

Com uma proposta "mais compreensiva dos processos de comunicação”, o entendimento da ação social no contexto do receptor passou a incorporar, nos estudos interpretativos, como elemento essencial e mediador das interpretações dos meios de comunicação e dos seus produtos. A noção de que o sentido ultrapassa as formulações textuais, fez com que a recepção deixasse de ser entendida como um processo direto e automático para outro subjetivo.

As novas investigações apontaram uma dimensão multissemântica que nasce do relacionamento entre a audiência e os meios de comunicação. De acordo com Castells (2006), esse processo possui uma sintaxe que é extremamente imprevisível e imprecisa. O que percebeu Ferreira (2011) foi que dentro de uma complexa possibilidade de intervenção da audiência sobre os meios, existem predisposições para seleção, interpretação, aceitação (ou não) das sugestões dos conteúdos com subsequente mudança (ou não) de atitudes, opiniões e comportamentos.

O receptor, então, apontado como elemento central da comunicação, é considerado "ativo" e para compreender os processos de trocas que efetiva com os

meios de comunicação e seus produtos é preciso levar em conta os processo de interação com ambiente social e cultural no qual vive.

Sendo assim, para entender o fluxo de interação com os sujeitos e compreender respostas emitidas pelos receptores, Antônio Ruótoló (1998) construiu algumas considerações:

As respostas dos receptores aos meios de comunicação podem ser classificadas nos seguintes grupos: respostas de exposição, respostas de recepção ,respostas atitudinais e respostas comportamentais.(...) As análises teóricas dos receptores podem ser realizadas dentro desses quatro grupos de respostas (...) Cada teoria elege e privilegia um grupo de respostas como sendo o eixo analítico dos receptores. Não existe uma teoria geral que explique o receptor desde o momento que decide expor-se a um conteúdo de comunicação até suas últimas consequências comportamentais.Todas as análises tendem a ser perspectivas teóricas de médio alcance enfatizando apenas um grupo de respostas (...). (RUÓTOLO 1998, p. 160)

Nos debruçamos sobre as práticas sociais e culturais as quais patroas e empregadas se integram, entendemos que podemos traçar, através do produto fílmico aqui eleito, as especificidades das diferentes compreensões dos papéis desempenhados pelos personagens que representam as duas figuras icônicas desse estudo: o empregador e o trabalhador doméstico. Para tanto, nos atentemos para as experiências do campo da recepção fílmica.

3.1 Recepção Fílmica

A experiência de se assistir a um filme demanda ponderarmos sobre a percepção da relação interativa entre espectador e obra apreciada, ou seja, é necessário considerar o aspecto comunicativo-receptivo. Stam (2000) diz que a história do cinema não é apenas a história dos filmes e cineastas, ela é também a história dos vários significados que os públicos têm atribuído aos filmes. O autor desenvolveu um grande interesse na compreensão do papel do espectador na teoria do cinema muito influenciado pelas chamadas teorias da recepção na literatura associadas ao "Reader response theory" de Stanley Fish e Norman Holland e também pelos escritos sobre a recepção estética de Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser na Escola de Konstanz na Alemanha.

Tais estudos compreendem que os receptores se tornam co-produtores do produto cultural por meio do rompimento dos significados preestabelecidos. Segundo

Stam (2008) todas as esferas que formam o receptor como sujeito cultural; gênero, sexualidade, classe, raça, nação são fundamentais para o fenômeno co-produtivo.

A natureza histórica e socialmente condicionada da espetatorialidade é reconhecida nos estudos de recepção como algo imprescindível para entender o processo cinematográfico. O filme é o lugar onde interagem autor e receptor e, de modo algum, é um lugar fechado em si mesmo. Pelo contrário, este ambiente é recheado de fissuras, janelas, e é dada ao espectador, a tarefa de cobri-las de sentido:

“Ao ver um filme, o receptor identifica certas indicações que o incitam a executar numerosas atividades de inferência, que vão desde a atividade obrigatória e rapidíssima de perceber o movimento aparente, passando pelo processo mais ‘penetrável do ponto de vista cognitivo’, de construir, digamos, vínculos entre as cenas, até ao processo ainda mais aberto de atribuir significados abstratos ao filme. Na maioria dos casos o espectador aplica estruturas de conhecimento às indicações que reconhece dentro do filme” (Bordwell, 1991, p. 3)

A utilização das imagens (fixas e em movimento) no campo das ciências humanas tem servido como forma de disseminação de pensamentos. Talvez, isso aconteça porque os processos de recepção de um filme fazem parte de um ato dinâmico, que são também interligados à concepção que os espectadores possuem sobre o mundo e sobre eles mesmos. Segundo Souza (2014), um filme também é aquilo que fazemos dele, o que sentimos e como interpretamos ao que assistimos, seja na sala escura, seja ao abrigo de nossas casas.

Para Gomes (2005), as teorias da recepção no campo cinematográfico têm recebido, nos dias que correm, merecido destaque após um longo período de ostracismo no qual o espectador era visto apenas e, tão somente, como um mero dado empírico.

Mascarello (2004) aponta que, estas mudanças de postura com relação ao espectador começaram a acontecer após os anos 80. Ele afirma ser naquele período que se passa a examinar a relação entre o texto fílmico e audiência em termos de suas manifestações pontuais e historicizadas, contemplando-se assim, a diversidade encontrada (extra textualmente) nos momentos da produção e da recepção.

O campo de análise de recepção das pesquisas cinematográficas deve considerar a relação interativa entre espectador e obra, de forma a ter em vista que em todas as esferas contemporâneas da produção audiovisual, os processos explícitos e sugestivos da imagem se caracterizam como instrumentos possuidores de um caráter bastante simbólico e representativo.

Esta representação trata principalmente do enfoque dado à análise no receptor, através de uma “compreensão da relação que se estabelece entre a mídia, o cinema e o espectador e que se dá a partir das distintas posições ocupadas pelo sujeito na estrutura e na cena social representada” (ESCOSTEGUY, 2004, p. 130).

O desafio a ser enfrentado é observar, conforme aponta Bordwell (1991), que nos filmes, os significados não são encontrados na obra, mas, construídos. O espectador da obra ao interpretá-la, dá-lhe significação através de uma série de fatores (sociais, culturais, históricos, etc.) e principalmente, do contexto em que se deu sua experiência cinematográfica.

Observar o sujeito como centro de reflexão da linguagem audiovisual é se aproximar da experiência fílmica examinando as maneiras pelas quais o espectador assiste a um filme. O que está em jogo não é apenas o sentido do texto (nem mesmo em seus efeitos ideológicos ou sociais), nem apenas os comportamentos de consumo (nem mesmo no contexto de práticas sociais mais amplas), mas as condições de inteligibilidade de todos os atos que convergem e resultam no consumo de uma película (CASSETTI, 2007, p. 25)

É importante que os estudos analíticos da cinematografia possam dar conta da discussão da pluralidade existente nas narrativas fílmicas por meio da relação entre o público consumidor e as obras, investigando a interpretação destas obras e a apropriação/uso dos discursos que delas emanam.

Nossa proposta ancora-se, portanto, na teoria da recepção cinematográfica extensiva, atentando tanto para as determinações provenientes do próprio texto fílmico, quanto àquelas decorrentes dos discursos sobre o filme, a fim de chegar a uma compreensão mais ampla do processo de constituição do(s) público(s) (BAMBA, 2004, p. 317).

Para Alencar (2007), o cinema possibilita o encontro entre pessoas, amplia o mundo de cada um, mostra na tela o que é familiar e o que é desconhecido e estimula o aprender. Para ele "o cinema aguça a percepção, a torna mais ágil o raciocínio na medida em que, para entendermos o conteúdo de um filme, precisamos concatenar todos os recursos da linguagem fílmica, utilizados no desenrolar do espetáculo e que evoluem com rapidez" (ALENCAR, 2007, p. 137).

Analisar as informações que circunscrevem o cinema de representação é trabalhar com elementos de diferentes linguagens. Levando em conta que o espectador age emocionalmente sobre o filme, aderindo mais ou menos a ele, projetando nele sua subjetividade (AUMONT, 2012, p. 106). É necessário observar que condições variáveis definem este espectador e modificam sua compreensão, e também sua resposta ao filme.

O espectador das salas escuras, segundo Xavier (1983), é o sujeito [...] e tudo se passa dentro de si, na sua coenestesia psíquica. A interação sensorial, psíquica, cultural e social em relação ao filme permite ao espectador certa consciência de si mesmo, consciência esta que começa a se estruturar mesmo antes de ver o filme, na escolha em assisti-lo.

Ver um filme é um ato dinâmico que implica uma reflexão (ainda que embrionária) de que os discursos e representações sociais possivelmente existentes no filme se identificam com seus próprios discursos. É justamente nesse caminho desses discursos emergentes das representações apresentadas pelo filme “Que Horas Ela Volta?” que caminhamos na busca de acessar resultados que nos tragam uma percepção ampliada sobre o nosso objeto.

Porém, essa jornada da qual agora somos apenas colaboradores teve um percurso que nos antecede. Os estudos interpretativos ou da recepção trilharam um longo caminho até a contemporaneidade, desse modo, a seguir faremos a apresentação das principais teorias que tiveram como foco de interesse a recepção, a interpretação dos sujeitos frente aos meios e produtos da comunicação.

3.2 Estudos Interpretativos: processo evolutivo

3.2.1 Estudos Culturais

O ingresso dos estudos culturais no campo da comunicação aconteceu na Inglaterra no final dos anos 1950 com a mudança de valores tradicionais da classe operária do pós-guerra. Entretanto, de forma organizada foi na Grã-Bretanha, na década de 1960 que, através do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS)¹⁹, se constituiu como um movimento teórico-político.

¹⁹ De acordo com Escosteguy (1998), o Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) foi fundado por Richard Hoggart em 1964 e nasceu ligado ao English Department da Universidade de Birmingham,

De acordo com Escosteguy (1998), a partir de três textos pode-se dizer que foram estabelecidas as bases dos estudos culturais: o primeiro deles foi "The uses of literacy" de Richard Hoggart (1957) com caráter autobiográfico conta a história cultural do meio do século XX. O segundo, "Culture and society" de Raymond Williams (1958) apresenta um histórico do conceito de cultura e defende a ideia de que a “cultura comum ou ordinária” pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com outras. E o terceiro texto, The making of the english working-class de E. P. Thompson (1963), reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa.

Quando se fala sobre a dimensão teórica dos estudos culturais, Escosteguy (1998) explica que “os estudos culturais não configuram uma ‘disciplina’ mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade.” (Hall et al. 1980, p.7)

[...] Estudos culturais é um campo inter-disciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, um campo unificado.” (TURNER, 1990, p.11)

A respeito da perspectiva política do movimento, ela assevera que o pretendido era fomentar um projeto político pautado na ideia de “correção política” por força dos movimentos sociais da época de seu surgimento.

Os estudos culturais impulsionaram uma nova maneira de pensar os produtos comunicacionais, levando em consideração o estudo da recepção. Uma nova fase dos estudos dentro da recepção se evidenciou em 1973 com a publicação do texto Encoding and Decoding in Television Discourse de Stuart Hall. Naquele momento, a obra de Hall trouxe o conceito leitura negociada, fomentando a crença de que o sentido não advém exclusivamente do texto, mas da interpretação do seu leitor.

Em 1980, Hall consolida suas hipóteses com o estudo de David Morley na obra "The Nationwide Audience" que concluiu, que, até mesmo receptores da mesma classe social obtinham interpretações distintas do mesmo produto cultural . Escosteguy (2005), afirma que nesse momento ocorreu o ingresso do sujeito de “carne e osso” nos estudos de recepção, Segundo analisa, os pesquisadores, a fim de compreender o receptor em

constituindo-se num centro de pesquisa de pós-graduação desta mesma instituição. As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como, suas relações com a sociedade e mudanças sociais, compõem seu eixo principal de pesquisa.

sua subjetividade, passam a mergulhar no cotidiano em que ele está inserido, ou seja, seu ambiente doméstico.

Nos diferentes contextos em que os estudos culturais eclodiram, os estudiosos evidenciaram a percepção de que os leitores/receptores são sujeitos sociais e estão imersos em comunidades interpretativas, ou seja, os receptores se utilizam das suas experiências sociais para interpretar as sugestões das mídias.

Dentre outras incorporações importantes efetivadas pelos estudos culturais e que hoje servem de base para diversas análises, destacam-se os conceitos de ideologia que foi proposto por Althusser e o de hegemonia fomentado por Gramsci. Sobre a ideologia, Turner (1990) destaca que ela não deve ser examinada somente na linguagem, nas representações mas, também, nas suas formas materiais, isso significa que ela opera nas instituições e nas práticas sociais através das quais os sujeitos se organizam e vivem. Desse modo, A ideologia passou a ser entendida enquanto “provedora de estruturas de entendimento através das quais os homens interpretam, dão sentido, experienciam e ‘vivem’ as condições materiais nas quais eles próprios se encontram”. (HALL, 1980, p. 32).

Já no que se refere à dimensão metodológica, dentre as contribuições desenvolvidas pelos estudos culturais, é preciso destacar a etnografia. Os culturalistas acreditavam que por meio dela se podia chegar mais próximo dos valores e sentidos vividos por um determinado grupo social. Uma das características de destaque do estudo etnográfico é que ele pode explicitar os modos pelos quais os atores sociais definem por eles próprios as condições em que vivem.

[...] os estudos culturais permitiram a compreensão da organização como um sistema de significado compartilhado, e, portanto, capaz de aprender, mudar e evoluir ao longo do tempo, por meio da interação entre seus membros e entre si mesma e o seu ambiente” (GUIMARÃES & SQUIRRA, 2007, p. 51).

Essa característica encontrada nos estudos culturais busca compreender o nexo entre as instituições sociais (família, igreja, trabalho, escola) e as experiências dos indivíduos que dela pertencem para entender os sentidos que emergem das práticas do seu cotidiano junto aos produtos culturais, assim como, buscamos encontrar em nossa pesquisa com as domésticas e patroas.

Outra abordagem teórica dentro dos estudos interpretativos é o interacionismo simbólico cujos pressupostos também atendem as necessidades conceituais do nosso entendimento da recepção.

3.2.2 Interacionismo Simbólico

Diante dos problemas sociais do início do século XX, estes que emergiram do advento da industrialização e da urbanização, estudiosos da Psicologia social da época se motivaram a desenvolver uma perspectiva teórica distinta das existentes até então. Eles se empenharam no estudo sistemático do comportamento social humano e criaram uma nova pesquisa que foi denominada como interacionismo simbólico.

O interacionismo simbólico é considerado uma perspectiva teórica e metodológica inacabada que possui duas variantes proeminentes representadas pelas Escolas de Chicago e Iowa. Segundo descrevem Carvalho; Borges; Rêgo (2010) no geral, as proposições de ambas partem das concepções de Mead e compartilham a tese de que o importante da conduta é o seu significado.

De acordo com o pensamento de Coulon (1995), o Interacionismo Simbólico, trouxe para o sujeito social um lugar teórico. Ele passou a agir como intérprete do mundo e as ciências sociais ganharam com isso métodos de pesquisa que privilegiam o ponto de vista desses sujeitos. Tais abordagens interacionistas tem como objetivo elucidar as significações que os próprios sujeitos praticam para construir seu mundo social.

O que buscamos com a nossa pesquisa foi justamente a apreensão de significados por parte de grupos de domésticas e patroas e nessa perspectiva os interacionistas da Escola de Chicago acreditam que o significado é um dos componentes fundamentais na compreensão do comportamento humano, das interações e dos processos. Para Jeon (2004), os estudiosos do interacionismo acreditam que a compreensão plena do processo social só pode ser atingida através da apropriação dos significados que são vivenciados pelos participantes dentro de contextos particulares.

Blumer (1937) afirma que a essência dos pensamentos sobre a interação pode ser verificada em três premissas: primeiramente no modo como um indivíduo interpreta os fatos e age perante outros indivíduos ou coisas, esse modo depende do significado por ele atribuído a esses outros indivíduos e coisas; a segunda premissa coloca o significado como resultado, ou uma construção dos processos de interação social; e a terceira premissa é de que os significados podem sofrer mudanças ao longo do tempo.

Para Blumer (1969), as faculdades humanas, tais como o pensamento e a linguagem, interagem reciprocamente com as três premissas mencionadas anteriormente, ele afirma que o pensamento/reflexividade altera ou modifica as interpretações, enquanto que a linguagem, seja ela verbal ou gestual, é um recurso constantemente empregado pelos indivíduos nos processos de interações sociais, seja entre dois ou mais envolvidos.

A primeira é que o ser humano orienta seus atos em direção às coisas em função do que estas significam para ele... A segunda é que o significado dessas coisas surge como consequência da interação social que cada qual mantém com seu próximo. A terceira é que os significados se manipulam e se modificam mediante um processo interpretativo desenvolvido pela pessoa ao defrontar-se com as coisas que vai encontrando em seu caminho. (BLUMER, 1969, p. 2)

Porém, Mead tencionou proporcionar explicações mais naturalistas para as interações possíveis entre os indivíduos. Os seus estudos tiveram como fundamento a fisiologia do cérebro, esse órgão seria responsável pelas tomadas de papéis e consequentemente pela comunicação simbólica existente nas interações. Haguette (1992) discutiu as ideias de Blumer e se manteve mais fiel ao pensamento de Mead, suas contribuições evidenciaram aspectos de relevância para os estudos da interação simbólica.

Para a teórica, o ser humano age com relação às coisas, na base dos sentidos; o sentido destas coisas é derivado, ou surge, da interação social que alguém estabelece com seus companheiros; e estes sentidos são manipulados e modificados através de um processo interpretativo usado pela pessoa ao tratar as coisas que ela encontra. (Blumer apud Haguette, 1992, p. 35).

Em oposição a outras teorias sociológicas, marcadas pelo seu teor totalizante, a exemplo da teoria funcionalista, o interacionismo simbólico passou a conceber as relações e ações sociais como resultados dinâmicos de normas e regras que se encontram pré-estabelecidas na sociedade. Essa corrente metodológica vislumbra ainda uma ampla possibilidade de interações sociais coletivas que resultam em grupos sociais com regras e normas de conduta que são validadas e aceitas pelos indivíduos que os compõem.

Os interacionistas simbólicos acreditam em processos dialéticos no quais os indivíduos criam grupos e coletividades sociais e esses grupos e coletividades interferem na conduta do indivíduo. Podemos retomar as três premissas que compõem a

base do interacionismo simbólico para explicar as afirmativas acima, uma vez que podemos pensar que toda ação dos indivíduos é dotada de significação e essa significação por sua vez também aflora das interações sociais que os indivíduos estabelecem entre si e com as coisas. Sendo assim, é possível pensar que as significações são também efetivadas nas interações sociais grupais, e essas modificam as próprias significações.

Kanter (1972) e Hall (1987) garantem a utilidade e importância do interacionismo simbólico no estudo da vida social. Para eles, esse caminho pode apresentar uma percepção dos indivíduos como dotados da utilização do seu raciocínio e poder de simbolização, assim eles podem interpretar e se adaptar às circunstâncias, dependendo do modo como eles mesmos venham a definir a situação.

Diante de todas as premissas apresentadas acima é que identificamos no Interacionismo Simbólico características que ajudam a compreender o processo de construção simbólica da comunidade pesquisada neste estudo de recepção com domésticas e patroas. Além disso, enquanto abordagem teórica, o interacionismo simbólico dialoga com o método que utilizamos, a Teoria Fundamentada em Dados (TFD).

Como vimos, a perspectiva interacionista tem suas raízes na sociologia e na psicologia social e tais bases possibilitam a compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as pessoas com as quais interagem. No nosso trabalho, a interação observada extravasa a relação “empregadas X patroas”, consideramos, conforme esta proposta teórica elencada, em conjunto com os referenciais dos estudos culturais da recepção, a interação social do indivíduo como um todo, suas mediações cotidianas, suas comunidades interpretativas, suas experiências sociais que mediam suas interpretações ou compreensões das relações de trabalho, que foram aguçadas com a apreciação do filme “Que Horas Ela Volta?”.

4 TEORIA FUNDAMENTADA EM DADOS

A Teoria Fundamentada em Dados é um método qualitativo de investigação social que tem como precursores os sociólogos Barney G. Glaser e Anselm L. Strauss.

O desenvolvimento da TFD ocorreu na década de 1960, nos Estados Unidos, e teve o propósito de ser uma alternativa à tradição hipotético-dedutiva da época, e assim, tencionava aprimorar a capacidade dos cientistas sociais na geração de teorias relevantes para as pesquisas. Os teóricos acreditavam que a TFD enquanto método possibilitaria aos cientistas “construir explicações teóricas abstratas dos processos sociais” (CHARMAZ, 2006 e TRINIDAD, CARRERO e SORIANO, 2006 apud RECUERO 2011).

Strauss e Corbin aplicaram o termo “teoria fundamentada” como definição para teorias derivadas de dados, esses sistematicamente reunidos e analisados por meio de processo de pesquisa. Para os teóricos, o pesquisador começa com uma área de estudo e permite que a teoria surja a partir dos dados e não de uma teoria já concebida, a não ser que o objetivo seja aprimorar e ampliar a teoria existente.

Na obra *“The Discovery of Grounded Theory: strategies for qualitative research”*, publicada em 1967, Glaser e Strauss apresentaram as estratégias metodológicas que construíram no processo de estudos sobre os relacionamentos entre médicos e pacientes terminais. No livro, os fundadores da TFD defendem o desenvolvimento de teorias baseadas em dados ao invés da dedução de hipóteses analisáveis que são geradas por meio de teorias existentes:

Uma Teoria Fundamentada é aquela derivada indutivamente do estudo do fenômeno que representa. Isto é, ele é descoberto, desenvolvido e provisoriamente verificado por meio de sistemática coleta e análise de dados. Portanto, a coleta de dados, análise e teoria possuem relação recíproca entre si. Não se começa com uma teoria para prová-la. Começa-se com uma área de estudo em que se permite a emergência do que é relevante. (STRAUSS E CORBIN, 1990, p. 23).

O método de Glaser e Strauss tem sido utilizado para construir teorias de pequeno e médio porte e é oriundo do cruzamento de perspectivas teórico-filosóficas. De acordo com Hannabuss (1996) tem semelhanças com os demais métodos qualitativos, tais como a etnografia, ou seja, estudo descritivo e interpretativo da realidade do grupo e fenomenologia que se efetiva quando há uma forte ênfase na subjetividade da realidade construída pelos respondentes.

Dessa forma, a TFD se encontra dentro da classe das análises interpretacionais, um método descritivo interpretativo que abarca também estruturas de interação, tais como a análise do discurso e estruturas lógico-cognitivas. Charmaz (2006) assevera que

a TFD possui inclinações tanto para as tradições positivista quanto construtivistas, dependendo apenas das características do pesquisador que adota esta abordagem metodológica.

Stern (1980) fez uma diferenciação da teoria fundamentada em dados, ressaltando as suas vantagens frente a outras metodologias qualitativas e elencou cinco características: a estrutura conceptual é gerada dos dados e não de estudos prévios; O pesquisador tenta descobrir processos dominantes no contexto social ao invés de descrever a unidade sob investigação; Os dados são comparados entre si; A coleta de dados pode ser modificada de acordo com o avanço da teoria; O investigador examina os dados quando os identifica e começa a codificar, categorizar, conceituar e escrever os primeiros pensamentos acerca dos registros da pesquisa.

Para Fragoso, Recuero e Amaral (2011) uma das vantagens da TFD é a valorização do contato entre o pesquisador e o objeto. A metodologia tem a qualidade de estimular a criação de uma sensibilidade para os dados, fazendo com que esses sejam valorizados durante todo o processo de coleta, codificação e redação da teoria.

Nesse contexto, entram em cena as qualidades profissionais e pessoais daquele que se lança na pesquisa, principalmente a capacidade de ter o “insight” a respeito de um fenômeno, a aptidão para reconhecer e atribuir significados aos dados, além da sólida capacidade de entendimento e de lidar com a literatura da área.

Strauss e Corbin (1990) ainda indicam que para que haja a ampliação da sensibilidade teórica se faz necessário relacionar a coleta com a análise dos dados, apontam que é preciso dirigir a reflexão para além da experiência profissional ou da literatura da área. Os pais da TFD afirmam que é essencial estimular o processo indutivo, forçar o questionamento e a obtenção de respostas provisórias e permitir a exploração ou o esclarecimento de possíveis significados dos conceitos.

Um dos elementos de grande importância dessa metodologia é a amostragem teórica, definida ainda como amostra proposital, que se constitui do “processo de coleta de dados para gerar a teoria onde o analista coleta, codifica e analisa seus dados e decide quais dados coletar a seguir e onde encontrá-los, a fim de desenvolver a teoria que está emergindo” (GLASER e STRAUSS, 1967, p.36)

A amostragem teórica, segundo as assertivas dos teóricos, tem como objetivo selecionar eventos, incidentes que possam apontar indicativos de categorias com a

finalidade de desenvolvê-las e criar relações entre elas. O processo consiste em começar a pesquisa entrevistando um grupo da população seguindo os objetivos do investigador, simultaneamente a isso, iniciar a codificação²⁰ dos dados para com isso identificar possíveis lacunas que sirvam para direcionar a coleta à busca de dados adicionais e desenvolver categorias. A amostragem teórica de qualquer categoria termina quando ela atingir o processo da saturação teórica e estiver elaborada e integrada em uma teoria emergente.

A TFD é conhecida como uma abordagem ou método que visa construir indutivamente uma teoria assentada nos dados e para isso, utiliza a análise qualitativa destes em comunhão com outras teorias que possam acrescentar ou trazer novos conhecimentos à área do fenômeno estudado. Todo esse processo segundo afirma Sandelowki (1995) também dependerá da criatividade do pesquisador em descobrir, desenvolver e verificar as etapas de coleta e análise dos dados. Para Patton (1990), a "investigação de avaliação qualitativa se baseia em pensamento crítico e criativo - tanto na ciência como na arte da análise" (p.434).

Desse procedimento indutivo/dedutivo (TFD) deve surgir uma teoria substantiva coerente com a realidade da área de pesquisa. Sendo essa teoria uma representação de um recorte de realidade, e fundamental que seja abrangente, possua abstração suficiente e possa ser aplicável a uma variedade de contextos relativos ao fenômeno. Essa teoria que surgiu assentada ou fundamentada não tem a pretensão de rechaçar ou provar alguma coisa, mas sim, acrescentar novas perspectivas ao entendimento do fenômeno específico.

4.1 Procedimentos metodológicos adotados

Para se alcançar a compreensão de um fenômeno satisfatória à consolidação de qualquer pesquisa é necessário adotar da abordagem (método), utilizar a técnica adequada, lançando mão de instrumentos de operacionalização do conhecimento, e

²⁰ Os procedimentos de codificação para Glaser e Strauss (2008) devem ajudar o pesquisador a: construir em vez de testar a teoria; fornecer aos pesquisadores ferramentas analíticas para lidar com as massas de dados brutos; ajudar os analistas a considerar significados alternativos para os fenômenos; ser sistemático e criativo simultaneamente; identificar, desenvolver e relacionar os conceitos que são blocos de construções da teoria.

somar a isso a criatividade do pesquisador: experiência, aptidões pessoais e sensibilidade.

No nosso percurso de pesquisa, tivemos a fase de exibição do filme junto aos dois grupos de receptoras, as patroas e as domésticas. Logo após esse momento começamos a aplicação de técnicas de grupo focal, utilizando um roteiro pré-definido de questionamentos que serviu como guia na interação proposta com as participantes. De início, optamos por uma conversa aberta, baseada na técnica de grupo focal, depois, partimos para entrevistas com algumas participantes mais entusiasmadas com a temática.

Com isso, garantimos uma quantidade substantiva de dados que nos revelaram sentidos relevantes para pesquisa. As transcrições das conversas com patroas e domésticas foram analisadas frase a frase, gerando memorandos que serviram para identificação dos códigos emergentes das falas.

Os memorandos foram essenciais nas etapas de codificação, pois, segundo Charmaz (2006) e Glaser (1998), durante o processo de pesquisa é fundamental utilizar o uso do método comparativo constante, objetivando avançar no desenvolvimento teórico durante cada passo da coleta de dados; elaborar memorandos em cada etapa para criar categorias de análise, além de identificar possíveis lacunas.

Sobre os memorandos (memos) e os diagramas, os criadores da TFD acreditam serem imprescindíveis para a sistematização dos dados. Os memorandos servem como uma maneira de registro visual das relações entre os conceitos. Eles podem se apresentar como notas teóricas, notas metodológicas, notas codificadas ou subvariedades delas, do mesmo modo os diagramas também podem assumir diferentes formas: lógico ou interativo.

Por meio da elaboração dos memorandos criados em nosso estudo foi possível preservar as hipóteses emergentes, os esquemas analíticos, intuições e abstrações. Além disso, durante o período da codificação dos dados, os memorandos serviram como mecanismo para registro de ideias e impressões colhidas em campo. Eles serviram como suporte de memória que nos ajudaram a manter a coerência e revisar informações importantes que foram observadas no contato com as entrevistadas no campo.

Partindo do que foi elencado por Charmaz (2009) sobre algumas das principais práticas da TFD, segundo os pressupostos de Glaser (1967) e Strauss (1987),

percorremos as seguintes etapas para aplicação dos procedimentos técnicos de coleta: trabalhamos o envolvimento simultâneo de coleta e análise dos dados, o que nos possibilitou a construção de códigos e categorias analíticas oriundas desse processo; fizemos uso de comparações constantes durante cada etapa de análise; redigimos memorandos que ajudaram a elaborar categorias, especificar as suas propriedades, determinar relações entre as categorias e identificar lacunas existentes; focamos na amostragem de público que nos interessava para a construção da teoria e não visando a representação populacional; posteriormente procedemos a realização da revisão bibliográfica que serviu de base para as discussões dos resultados.

Podemos verificar com esse percurso construído por Glaser e Strauss que o movimento da TFD é circular, ou seja, propõe um constante retorno aos dados. Entendemos, portanto, que se trata de um processo analítico cuidadoso que visa saturação teórica para delineamento da teoria final. Como asseveram os fundadores, o rigor metodológico da TFD inclui três etapas interdependentes, denominadas como codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva (ou teórica). Em nosso estudo percorremos esses caminhos de codificação que possuem a finalidade de redução (generalização) dos dados por meio da codificação dos mesmos.

O que fizemos seguindo as orientações de Strauss e Corbin (2009), foi inicialmente definir códigos preliminares, passando posteriormente para códigos conceituais. As categorias geradas nesse primeiro momento na verdade se constituíram de uma palavra ou um conjunto delas, ainda com alto nível de abstração. Os códigos que surgiram depois e novas categorias que ajudaram a explicar com mais profundidade o fenômeno estudado.

Para possibilitar maior compreensão sobre os três tipos de codificação (aberta, axial e seletiva) apresentaremos a seguir uma síntese da proposta de Strauss e Corbin (2009). A Codificação aberta acontece na primeira etapa do processo de análise dos dados, é realizada manualmente com base nas entrevistas. São extraídos dos discursos dos depoentes palavras ou frases que revelam a essência do que foi expresso, nessa etapa o pesquisador examina, reflete, compara e cria conceitos. A cada fragmento da entrevista são atribuídas palavras ou expressões que formarão os códigos preliminares.

A Codificação axial está na segunda etapa, é posterior à codificação aberta, pois, os códigos gerados na primeira etapa são reagrupados e ganham novas configurações.

Dessas novas formas se originam os códigos conceituais, essa é uma maneira de reorganizar os códigos em nível maior de abstração. Das novas combinações surgem subcategorias que quando conectas ajudam a explicar mais precisamente os fatos da cena social.

De acordo com Corbin e Strauss (2009), a estratégia utilizada para construir as categorias e fenômenos consiste em fazer perguntas aos dados, tais como: quando ocorre, onde ocorre, por que ocorre, quem provoca, com quais consequências. Para os autores, após construir as categorias (códigos conceituais) há uma nova etapa de comparação, sendo as categorias relacionadas e interconectadas de acordo com o modelo paradigmático.

A Codificação seletiva ou teórica serve para o confronto entre os dados e os estudos sobre o que apareceu no contato com o objeto. O objetivo é integrar e refinar categorias num modelo analítico, que consiste na definição da categoria central para em seguida descrever os conceitos em termos de propriedades e dimensões na busca de consistência interna. Esse processo de codificação teórica, ao estabelecer novas conexões e transformá-las em ideias relevantes, determina o caráter original da teoria.

A função integradora dos códigos teóricos é fundamental para gerar uma teoria que possua significado, pois sem eles a sutileza da interação entre categorias é perdida. Devem ser selecionados pelos pesquisadores à medida que esses forem emergindo dos dados e considerados relevantes e úteis para a integração de subcategorias e categorias, e, conseqüentemente, para elaboração da teoria. Sabemos que há um caminho longo a se percorrer, porém, acreditamos que a aplicação de tais pressupostos metodológicos está coerente com a obtenção do fenômeno de análise e o percurso almejado será demonstrado a seguir.

4.2 A TFD aplicada ao estudo

É fundamental a compreensão de que o produto da metodologia qualitativa utilizada aqui, a TFD, visa a produção de apontamentos de como as relações evidenciadas se desenrolam. Um percurso indutivo-dedutivo foi traçado com o propósito de fazer emergir dos dados do campo, uma hipótese teórica do fenômeno em estudo.

Sobre as teorias de natureza substantiva, Pinto e Santos (2012) asseguram que, elas se encaixam e funcionam bem, porque são construídas com conceitos e categorias emergentes a partir dos termos que os próprios agentes sociais usam para interpretar e organizar o seu mundo. Seguindo esse raciocínio, foi elaborada a estratégia metodológica que descreveremos nos próximos parágrafos.

A pesquisa "Da Sala ou Da Cozinha: Que horas ela volta? - estudo de recepção com domésticas e patroas" foi desenvolvido em algumas instâncias. A primeira etapa consistiu na análise de conteúdo ²¹do filme para observação do direcionamento semântico e da construção de sentidos que se evidenciam em momentos chaves da obra. Desse modo, foi possível comparar a análise inicial que realizamos com os sentidos atribuídos pelas participantes do estudo.

O passo seguinte foi visitar alguns Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, localizados no município de Aracaju/SE, e como não houve um quantitativo satisfatório de respondentes, também incluímos na nossa pesquisa a Casa da Doméstica - Dom José Vicente Távora, situada também na capital sergipana.

Esses dois espaços escolhidos para a aplicação da pesquisa foram fundamentais na prospecção de mulheres que possuíam alguma relação, formal ou informal, com o trabalho doméstico. Os técnicos que trabalham nas unidades citadas colaboraram fazendo um chamamento das mulheres cadastradas em programas sociais e, na Casa da Doméstica, trabalhamos com as mulheres que diariamente esperam uma oportunidade de trabalho. Após este feito, foram promovidas as exibições do filme.

O longa-metragem "Que Horas Ela Volta?" foi exibido na íntegra em todas as ocasiões. Partimos do pressuposto de que cinema é uma linguagem com particularidades possuindo diversas formas de organização das narrativas e, talvez, o acesso a essa linguagem não seja efetivado com frequência pelas domésticas. Sendo assim, para garantir que o texto fílmico seja levado ao público com todas as suas características não fizemos uma seleção prévia do conteúdo que foi projeto.

Depois da exibição com cada grupo, foram aplicadas as dinâmicas próprias do grupo focal. Por meio das interações que surgiram foram coletadas informações nos possibilitando a compreensão das percepções e crenças das participantes acerca do filme que assistiram.

Tanto as mulheres que participaram da pesquisa nos CRAS, quanto a mulheres da Casa das Domésticas, compõem a categoria que intitulamos como “domésticas”. Esse grupo foi composto por 22 domésticas de diferentes faixas etárias: 25 anos de idade (a participante mais nova) e 65 anos de idade (a participante mais velha). Em relação à classe social, as domésticas se enquadram nas categorias C2, D e E, tal enquadramento segue os critérios de faixa de renda familiar que foi definido em 2014 pela ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.

Tabela2: Classe Social segundo critérios da ABEP- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa

CLASSE SOCIAL	RENDA
A	por volta de R\$ 18.800
B1	por volta de R\$ 7.800
B2	por volta de R\$ 4.000
C1	por volta de R\$ 2.250
C2	por volta de R\$ 1.350
D	por volta de R\$ 600,00
E	por volta de R\$ 600,00

É importante registrar que trabalharmos apenas com domésticas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, porém, o número foi satisfatório para se chegar à saturação amostral descrita na TFD.

Um procedimento similar de aplicação da pesquisa foi adotado em grupos de mulheres que contratam trabalhadoras domésticas. Novas sessões foram realizadas junto aos grupos de mulheres que fazem cursos de extensão a Faculdade Estácio - FASE, localizada em Aracaju. Esse grupo de mulheres que intitulamos como “patroas” também assistiram na íntegra o filme "Que Horas Ela Volta?", e as técnicas de grupo focal foram aplicadas.

Esse grupo foi composto por 13 mulheres com faixas-etárias entre 53 (a participante mais nova) e 70 anos idade (a participante mais velha). Trata-se de um grupo de voluntárias que se dispuseram a participar da pesquisa, essas mulheres afirmam contratar ou já ter contratado em algum momento da vida, empregadas domésticas.

Da mesma maneira que procedemos com as domésticas, a partir de processos interativos conseguimos apreender os sentidos que emergiram do contato com a obra cinematográfica. O prazo previsto para a realização das etapas de coleta e codificação (aberta, axial e seletiva ou teórica) foi de quatro meses. Neste período foram constituídos códigos preliminares e códigos conceituais e, posteriormente, a categorias que convergiram na descrição do fenômeno.

4.3 Das etapas iniciais

Acreditamos ser interessante para posteriores estudos acerca das questões aqui investigadas, compartilhar um pouco do percurso que trilhamos para efetivar esta pesquisa. A primeira ação realizada foi o envio de um questionário semi-estruturado composto por doze perguntas abertas para Ana Muylaert, diretora e roteirista do filme “Que Horas Ela Volta”. O contato com a cineasta foi realizado por meio da página oficial do longa-metragem na rede social Facebook em 09 de setembro de 2016.

Em 25 de Outubro de 2016, o material foi devolvido. O questionário tem possibilitado um panorama sobre os discursos transformados em texto e imagem pela diretora do filme. As respostas trouxeram maior clareza sobre os elementos contidos na enunciação, oferecendo uma noção mais ampliada sobre o universo simbólico proposto.

Ainda no mês de Setembro de 2016 foi enviada à SEMFAS uma solicitação para realizar a pesquisa nos Centros de Referência da Assistência Social. O documento foi entregue na sede da secretaria que fica localizada na Rua Acre, bairro Siqueira Campos.

Em outubro houve o deferimento e na semana seguinte três Centros de Referência foram visitados. A indicação foi dada pela própria equipe da SEMFAS, seguindo os critérios de público atendido, estrutura física da unidade e projetos desenvolvidos com mulheres. Sendo assim, foram escolhidos e visitados nesse primeiro momento os CRAS localizados nos bairros Santa Maria, Soledade e Cidade Nova.

Na visita aos CRAS, as coordenadoras das unidades promoveram uma reunião com assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais presentes. Na ocasião foram apresentados os objetivos da pesquisa e solicitada a cooperação dos técnicos na busca pelo público pretendido, assim como o suporte para a realização dos encontros. O

momento foi importante para a obtenção de dados primárias sobre as mulheres assistidas pelo PAIF, tais como: idade, profissão, atividades desenvolvidas junto ao CRAS etc.

Na primeira visita ao CRAS Carlos Hardman Côrtes, localizado no bairro Soledade na zona norte de Aracaju, foi realizada a primeira entrevista teste com uma doméstica que atendia aos critérios da pesquisa. A participante já tinha assistido ao filme brasileiro “Que Horas Ela Volta?” o que facilitou a dinâmica da conversação.

O segundo CRAS visitado foi o Risoleta Neves, localizado no bairro Cidade Nova. A unidade estava sem atividade prevista com as mulheres. A equipe ficou de verificar uma data para promovermos uma exibição do Filme. Porém, como se trata de um reconhecimento de campo, acabamos centralizando as ações no CRAS Santa Maria, localizado no Bairro Santa Maria na zona de expansão de Aracaju. Como o CRAS realiza encontros com mulheres gestantes do bairro e também com mães de crianças e adolescentes assistidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a logística foi mais tranquila.

As mulheres que se enquadravam nos critérios da pesquisa foram convidadas por telefone para uma sessão de cinema no Centro de Referência. Ao total foram convidadas dez domésticas sendo que apenas quatro compareceram, logo, a pesquisa teste foi realizada com as mulheres que se apresentaram e se dispuseram a colaborar. É importante destacar que nenhuma das presentes tinha assistido ao filme brasileiro, por isso, foi promovida uma sessão do filme "Que Horas Ela volta?" da cineasta brasileira Ana Muiyaert e posteriormente efetivamos a etapa de coleta de dados através das dinâmicas de grupo focal e entrevista em profundidade.

A finalidade da aplicação dessas técnicas de pesquisa com as domésticas foi registrar, por meio de uma conversa informal, as impressões que as domésticas tiveram sobre o filme. A conversa de caráter livre, porém, guiada por um roteiro semi-estruturado, foi registrada em áudio e seguiu o seguinte percurso: história de vida das domésticas; relação com o trabalho doméstico; impressões acerca do filme.

Esse primeiro passo foi fundamental para reconhecer qual o recorte de público que estaria disponível para o estudo. Na ocasião percebemos que muitas mulheres assistidas pelo CRAS não exercem formalmente atividades domésticas e os motivos são diversos. Porém, eventualmente desenvolvem esse tipo de trabalho de maneira

autônoma (diaristas). Em alguns casos encontramos um passado mais estável na profissão e histórico familiar no ofício.

Essas constatações nos deram a percepção de que precisaríamos direcionar o nosso estudo para mulheres voluntárias que possuísem no seu histórico alguma experiência com a situação laboral proposta (diaristas, cuidadoras, etc.) e não apenas as que possuem vínculo empregatício legal (empregadas domésticas). Um outro momento de coleta de dados aconteceu na Casa da Doméstica - Dom José Vicente Távora, situada no Bairro Cirurgia em Aracaju e todo o processo aplicado nos CRAS foi repetido.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

5.1 Categorias

As categorias aqui apresentadas são emergentes dos dados extraídos em campo com os grupos desta pesquisa: domésticas e patroas. Para a ilustração dos resultados utilizaremos trechos de falas dos dois grupos de mulheres, essas serão identificadas pelas siglas (P) - Patroas e (D) - Domésticas para garantirmos a integridade das fontes.

Os dados são fruto da interação que a comunidade pesquisada criou com o universo ficcional do filme brasileiro “Que Horas Ela Volta?” da cineasta Ana Muylaert, esse inspirado nas relações de trabalho doméstico vigentes ainda hoje no Brasil. O método qualitativo (indutivo-dedutivo) aqui utilizado, a Teoria Fundamentada nos Dados, possibilitou o surgimento de diversificadas construções de sentidos por parte das mulheres analisadas.

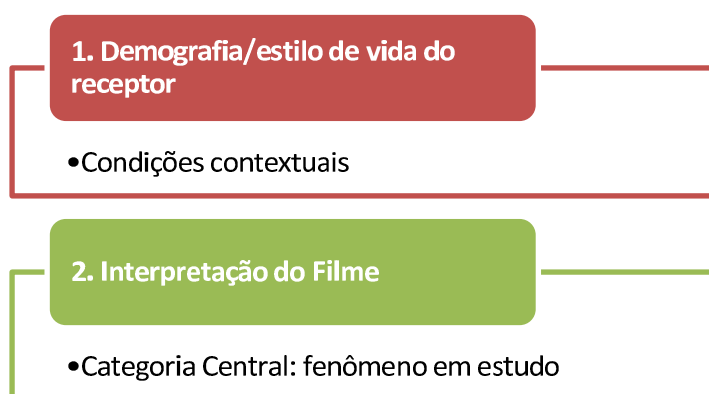
Dos sentidos compartilhados pelos grupos, surgiram conceituações que viraram categorias de análise, essas que foram aproximadas de algumas variáveis²² centrais (etnia, classe social, gênero, idade e educação). As variáveis elencadas acima foram consideradas para melhor aprofundar o olhar sobre o fenômeno da recepção entre o filme e a audiência em questão e, assim, observar com mais atenção de que forma tais aspectos de natureza social e cultural interferem no modo de significar o que domésticas e patroas assistiram na obra de Muylaert. Porém, apenas discutiremos as categorias que apareceram nos dados, respeitando os pressupostos da TFD.

²² Por variáveis, em sentido lato, definem-se quaisquer eventos, situações, comportamentos ou características individuais que assumem pelo menos dois valores discriminativos. Isso permite opô-las às constantes, que se definem por possuir valores estáticos, naturais ou convencionados.

Os dois grupos com os quais trabalhamos são compostos por mulheres que assumem papéis sociais distintos (domésticas e patroas) dentro de uma relação laboral específica (trabalho doméstico). Abaixo procederemos a apresentação de cada grupo de mulheres e serão elencadas as categorias de análise que surgiram após as etapas de codificação (aberta, axial e teórica), essas sugeridas pela abordagem metodológica utilizada na pesquisa, a Teoria Fundamentada (Grounded Theory).

5.2 Apresentação das variáveis potencialmente influenciadoras das interpretações

Para o nosso estudo fizemos um recorte sobre as variáveis que consideramos serem eminentemente influenciadoras das interpretações das patroas e domésticas: Gênero, Classe Social, Idade e Educação. Essas variáveis foram consideradas como relevantes para as análises porque estão diretamente ligadas a fatores históricos, sociais, políticos e culturais que entrecruzaram a formação dos dois papéis sociais em análise, entretanto, o nosso direcionamento central está nas interpretações do conjunto de variáveis consensuais que emergiram em campo com os dois grupos de mulheres:



5.2.1 – Gênero – O que precisa ser esclarecido é que a intenção deste estudo não foi se aprofundar nas questões de gênero e sim observar a construção de sentidos acerca de um produto do cinema por dois grupos específicos de mulheres num determinado contexto de relação trabalhista. Para chegar ao objetivo pretendido, obviamente precisamos considerar questões mais abrangentes sobre a construção do papel da mulher na sociedade e precisamos também estreitar o olhar sobre os papéis de patroa e

doméstica, dando a devida atenção às características interpessoais que foram consolidadas pelas práticas sociais.

O que o campo nos mostrou sobre essas relações interpessoais é que como as mulheres construíram uma transição do espaço privado para a esfera pública, bem como o contrário; grupos de mulheres também migraram profissionalmente para o espaço privado, logo, a essência dessas relações abrigam, sobretudo, expectativas afetivas de consideração e reconhecimento que nascem intuitivamente da ideia de uma natureza feminina das relações.

Porém, é preciso salientar que essa concepção naturalizada dos papéis femininos corresponde a uma definição social de ser homem e ser mulher dentro de uma estrutura construída que define padrões de comportamento considerados próprios de cada sexo/gênero. Dentro dessa rede de padrões e comportamento é esperado que a mulher seja mais emocional, que possua habilidades afetivas (maternais), que tenha como característica natural a competência de gerir os trabalhos domésticos e o mesmo não é esperado dos homens.

A diferença entre os gêneros é uma brutal expressão de um sistema fundado no poder de dominação que inclui desigualdade, opressão, discriminação. Essa lógica de poder acaba sendo reproduzida em todos os espaços que são ocupados pelas mulheres e não isentam, inclusive, as próprias mulheres de serem reprodutoras desse sistema.

A pesquisa que realizamos evidenciou essa realidade nas relações do trabalho doméstico, mostrando patroas e empregadas como protagonistas de uma dinâmica interpessoal que coloca integrantes de um mesmo gênero frente a embates mediados por uma série de capitais: econômico, cultural, social. Além disso, o filme utilizado para mediar a construção de sentidos de patroas e domésticas ajudou a evidenciar que todos esses capitais são interpelados a todo instante por trocas afetivas e emocionais.

Diante de tudo o que foi exposto o que nos interessa perceber é: em que medida o fato de ser mulher (patroa ou doméstica) cria interferências na recepção do filme proposto? A trama de Ana Muylaert dá protagonismo à personagens femininas, toda a construção ficcional é pautada num conjunto de práticas culturais que caracterizam o trabalho doméstico feminino. Logo, estamos falando de um grupo de receptoras que está inserido numa condição histórico-cultural direcionada às mulheres e que possuem empatia com universo simbólico representado.

5.2.2 – Classe Social e Educação – Essa variável nos pareceu ser relevantemente influenciadora do processo interpretativo do filme à medida que cada grupo social revelou sentidos a partir de vivências que possuem dentro de uma dada realidade socioeconômica. Os diferentes níveis de poder aquisitivo nos pareceram influir nos níveis de acesso das participantes às posturas políticas de poder e submissão tanto quanto certas consciências de deveres e direitos.

Com base na narrativa fílmica e efetivando aproximações com as experiências pessoais, participantes de maior renda e de idades variadas, acabaram possibilitando uma dupla interpretação dos sentidos desvelados. A respeito das relações do filme se mostraram contrárias à postura da patroa do filme em relação à doméstica, aos comportamentos que elas verificaram como sendo motivados por um status econômico. Contudo, quando relataram suas vivências demonstraram superestimar ou supervalorizar uma postura e liderança das praticas do lar, mas não identificam nas próprias práticas características de opressão de classe social.

Do mesmo modo, não verificamos grandes discrepâncias entre as percepções das domésticas de diferentes faixas etárias. Tanto as mais novas quanto as mais velhas questionaram a submissão da empregada do filme, e atribuíram essa submissão à necessidade que a trabalhadora tinha do dinheiro. No tocante às situações vivenciadas se mostraram, à medida do possível, combativas e não submissas à necessidade financeira.

Essas constatações nos mostram que a variável classe social desempenha papel fundamental na compreensão da leitura que as receptoras tiveram do filme, afinal, o que está em jogo não é apenas a ideologia da estrutura de classes na qual o patrão manda empregado obedece. Nesse campo de análise devemos observar ainda o grau de formação educacional dos grupos, os níveis de acesso ao conhecimento e a capacidade crítica das relações de trabalho: melhor renda gera melhor acesso à educação e facilita mais acesso ao conhecimento.

Em que medida os níveis de escolarização afetam a recepção de domésticas e patroas? Será que esses níveis interferem na leitura que os dois grupos de mulheres fazem dos códigos contidos no filme? Deixar de considerar essa variável é fechar os olhos para um contexto educacional que no Brasil é deficitário, principalmente para as minorias sociais.

A trabalhadora doméstica está dentro dessas minorias, geralmente as mulheres que acessam esse tipo de profissão são as negras e pobres. Desse modo, não podemos esquecer que trabalho doméstico, como já abordamos, possui conexão com o passado escravista no qual a população negra era alijada de todos os direitos humanos, inclusive o de ter acesso à educação. Essa privação ou limitação de acesso à educação acaba sendo um traço cultural repassado por gerações.

Além disso, independentemente da classe social ou do papel que ocupam, por muito tempo as mulheres de maneira geral, tiveram negado o direito ao saber. Sendo assim, estamos diante de fatores que nos levam a considerar a variável "educação" como importante fator de interferência na construção de sentidos pelos grupos analisados

Os sentidos gerados pelas domésticas, quando aproximados desses fatores citados, nos trouxeram a percepção de que a classe social e os níveis de educação acessados pelas receptoras não interferem na percepção das opressões que acontecem no ambiente do trabalho doméstico. As domésticas nos recortes feitos abaixo, demonstram ter consciência do lugar social que ocupam e das privações impostas que sofrem, inclusive, revelam um certo grau de consciência política:

D.14 [...] Qual o filho do pobre que conseguiria entrar numa universidade?

D.15 [...] É porque ela é rica que a filha da empregada dela não podia fazer nada, sentar na mesa dos patrões, tomar um simples sorvete. Porque ela tem que tomar daqueles mais fraquinhos...

As patroas por sua vez, apesar de ter condições financeiras superiores às domésticas se dividiram em abordagens às vezes contrárias com as situações opressivas e noutros momentos compactuando com as atitudes da patroa no filme.

P 12 [...] Ela devia colocar a empregada no quarto maior... E o da empregada, fizesse alguma coisa ali... Mexesse, pra quando precisasse...

P. 3 [...] Val achava que ela estava certa... Tanto que chamou Val e falou assim: a partir de amanhã a sua filha vai fazer vestibular e vai ficar aqui... Da cozinha pra lá.

P 7 [...] As empregadas já fazem coisas do arco da velha... Eu não ia deixar ela fazer coisa errada demais, tinha que mostrar quem manda.

5.2.3 – Idade – O fator geracional (idade) nos possibilitou perceber as análises das receptoras considerando a geração à qual pertencem, o que nos interessa compreender é se a diferença de idade entre as participantes de alguma forma faz variar também as interferências da recepção do filme. O que foi verificado é que a idade de ingresso das domésticas na profissão ou a idade que as patroas tinham quando contrataram mulheres para o serviço doméstico disse muito do contexto histórico brasileiro no qual tiveram as suas experiências. Os sentidos sobre esse aspecto ficaram evidentes quando as receptoras expuseram impressões sobre o tempo de dedicação da doméstica representada no filme e ao fato dela ainda residir na casa dos patrões.

A idade acabou por mostrar que existem repertórios distintos de análise, pois, as receptoras formam um grupo heterogêneo com vivências plurais. As trabalhadoras com mais tempo de profissão tiveram a experiência de dormir no trabalho, ou seja, compartilharam de uma dinâmica mais familiar do trabalho doméstico. Essas mulheres relataram ajudar na "educação" dos filhos das patroas. As jornadas de trabalho dessas mulheres acabavam sendo mais ampliadas, pois, estava pautadas em acordos tácitos efetivados informalmente com os patrões. Do mesmo modo, as patroas mais velhas relataram convivências com domésticas, sempre atribuindo uma coparticipação da doméstica no processo de formação dos seus filhos.

Em contraponto a isso, a quase totalidade das domésticas com menor idade relataram não ter a experiência de morar na residência, as experiências profissionais aconteceram num contexto mais flexível de trabalho com jornadas melhor definidas e pautadas na legislação.

Os sentidos nos levaram a compreensão de que a idade é na verdade um delimitador temporal que ajuda a perceber os contextos sociais, históricos, políticos e culturais pelos quais passaram as receptoras. Os dados nos indicam pelo menos dois momentos para o trabalho domésticos e conseqüentemente para a estruturação das relações interpessoais entre patroas e domésticas: antes da consolidação das leis trabalhistas e depois da PEC das domésticas.

Experiência profissional – Todas as participantes declararam ter mais de cinco anos de experiência com o trabalho doméstico. Mesmo diante das diferenças etárias entre as entrevistadas, grande parte das mulheres disse ter iniciado no trabalho doméstico após os quatorze anos de idade. A doméstica mais nova (25

anos de idade) iniciou a vida profissional aos 20 anos e a trabalhadora mais velha (56 anos) disse ter iniciado no serviço doméstico aos 10 anos. Todas de alguma forma passaram por um processo migratório, deixando a localidade de nascimento, geralmente uma cidade do interior, e relatam ter iniciado como doméstica ao chegarem a Aracaju.

D.3 [...] numa que eu trabalhei na base de uns oito anos, todo mundo dizia que não sabe como eu tolerava a patroa [...] Sabe qual o problema? É que você fazer o seu serviço certo, sem ninguém ta dizendo: porque faltou isso... Você fazendo a sua obrigação [...]

D.4 [...] quando eu cheguei para trabalhar numa casa eu tinha 12 anos quando cheguei em Aracaju e fui bem tratada, mas eu tinha um intuito, estudar [...] Eu saí do lar dos meus pais porque eles não me colocaram na escola e eu só fiquei com essa mulher 5 anos porque ela prometeu me colocar na escola [...] Eu saí da casa dela no quinto ano, saí da casa dela e parei.

D.1 [...] O meu primeiro trabalho foi aqui [...] Aí, eu trabalhei aqui em duas casas, em uma trabalhei um ano e cinco meses, mas tem um tempo que estou parada [...] Comecei com uns vinte, sou a única que trabalha com o trabalho doméstico.

D.9 [...] 51 anos [...] Eu trabalhei em empresas e meu ultimo emprego durou dois anos e seis meses [...] Saí da minha cidade cedo, foi quando eu comecei a trabalhar como doméstica... Tinha 17 anos, acho [...] Não podia ter carteira assinada, e naquela época eu morava na casa dos meus patrões [...] Hoje tenho só um filho mesmo [...] Lá na casa deles eu cuidava de 2 netos da patroa e fazia serviços gerais.

Tabela 3: Variáveis Influenciadoras das Interpretações

VARIÁVEIS INFLUENCIADORAS DAS INTERPRETAÇÕES		
Gênero	Classe e Educação	idade

5.3 Categorias centrais que apareceram nos dados extraídos com as domésticas

As categorias que apresentaremos a seguir surgiram dos dados extraídos no contato com as domésticas. Elas são derivadas das etapas de codificação propostas pela Teoria Fundamentada (Grounded Theory) e revelam as experiências sociais que foram verbalizadas pelas receptoras e interpretadas no processo de análise.

Tabela 4: Variáveis centrais emergentes dos dados coletados com o grupo de domésticas

VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS EMERGENTES (INTERACIONAIS)	
INTERAÇÃO SOCIOECONÔMICA	REND A E EDUCAÇÃO
VARIÁVEIS CENTRAIS	
INTERAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	PERTENCIMENTO TERRITORIALIDADES DIREITO E EMANCIPAÇÃO EMPATIA SOLIDARIEDADE MAUS TRATOS ASSÉDIO

5.3.1 Categorias centrais - Domésticas

Tabela 5: Categorias centrais emergentes da interpretação dos dados

CATEGORIAS CENTRAIS		
INTERAÇÃO SOCIOECONÔMICA		INTERAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

Interação socioeconômica – O que foi verificado pelas domésticas é que a renda mensal obtida com o salário doméstico ainda é insuficiente para as demandas que possuem, mesmo após terem os direitos assegurados com a PEC das domésticas em 2015. A partir do filme emergiram informações acerca dessa realidade que distancia empregadas e patroas economicamente.

- 1. Renda e Educação** – Todas as domésticas entrevistadas falaram da dificuldade de arranjar emprego e, principalmente, de encontrar patrões que pagassem uma remuneração compatível com as tarefas que elas executam.

Diante disso, verificamos que mesmo as domésticas tendo baixa renda e escolaridade, todas elas percebem as condições de precariedade ao qual o empregado é submetido.

D.12 [...] A gente trabalha o dia todo, se cansa, faz de tudo pra agradar a patroa, mesmo que seja por um salário, mas a gente faz de tudo pra agradar... Cuida dos filhos dela e a gente dormindo num colchão ou no chão, ou às vezes não tem lugar onde dormir direito... Quarto mal pintado, a cama caindo aos pedaços, às vezes não tem um ventilador... Então, eu acho que a gente deveria ter um quarto organizado, uma cama boa, um ventilador, uma coisa assim...

D. 3 [...] “Olha D.3, lhe dou seu salário e as passagens”. Mas eu já tô sabendo como é... Quando chega o dia certo ela me dá todo o meu dinheiro... Eu tô ligando... Eu levanto a minha cabeça, independente do jeito dela eu faço o meu serviço.

D. 15 [...] Eu fui chamada pra tirar as férias de uma moça, sabe que horas tem que entrar? Nove horas da manhã e que horas tem que sair? Nove horas da noite... Agora, por quê? São dois senhores que tem que deixar eles comidos, tomados remédios, em cima de uma cama... Quer dizer, e o dinheiro, e o salário? Um Salário mínimo.

2. Acesso à escolarização – A quase totalidade das entrevistadas não frequentou a escola ou frequentou apenas as séries iniciais. Uma doméstica estudou até o quinto ano; outra teve acesso à escola até o sétimo ano; duas delas declararam ter concluído o ensino médio e dentre essas duas, uma doméstica afirmou ter iniciado o curso pedagógico mas não concluiu por limitações financeiras. Todas sabiam escrever o nome. Os motivos explicitados para a não continuidade dos estudos foram: necessidade de trabalhar e a gravidez.

A respeito do filme, as domésticas verificaram na educação uma forma de distinção social. Elas associam educação a conhecimento e, partir das análises sobre a filha da empregada, colocaram o acesso ao conhecimento como um diferencial. Para elas é esse aspecto que diferencia a doméstica (Val) da filha (Jéssica) e causa toda a transformação na casa dos patrões do filme.

D. 13 [...] Quando eu cheguei para trabalhar numa casa eu tinha 12 anos quando cheguei em Aracaju e fui bem tratada, mas eu tinha um intuito,

estudar... Eu saí do lar dos meus pais porque eles não me colocaram na escola e eu só fiquei com essa mulher 5 anos porque ela prometeu me colocar na escola... Eu saí da casa dela no quinto ano, saí da casa dela e parei

D.16 [...] Estudei até a última, concluí, entendeu? É, o ensino médio. E até hoje eles ajudam a minha mãe, hoje. Mas até onde eles podem, mas por ela não aceita ajuda deles...

D.2 [...] Vou dizer, se eu trabalho com família é porque eu sou idiota... Eu fiz o pedagógico na minha época, mas quando a gente tem filho vai pelos filhos... Eu deixei pra lá, não quis terminar pra ver se minhas filhas iam, mas ninguém quis ir...

D.5 [...] Eu tenho percebido que tem patroas que gostam de pessoas com menos conhecimento... Já tem outras que querem umas mais esclarecidas, que sabem ler e escrever, desenvolvidas... Porque as pessoas que não sabem ler e escrever não são desenvolvidas... Essas aí... Tadinha delas!

D.22 [...] O olhar dela, da filha da empregada, era totalmente diferente... Até nas pinturas ela tinha olhar diferente. Enquanto ninguém dava valor ela deu. O conhecimento que ela tinha ele ficava só observando. O que ela conversava, o que ela gostava...

D.8 [...] Personalidade da filha da empregada, inteligente, é menina de conhecimento, gostei dela... Ela se mostrou que mesmo sendo filha da empregada não era uma coitadinha, era igual ao filho dela, da patroa.

D.20 [...] Aquela patroa era muito imatura, sem conhecimentos, sem valores...

D.17 [...] Uma pessoa que tem conhecimento percebe os valores. E ela tinha muito, escolheu arquitetura...

Interação socioemocional – Essa categoria compila as percepções proferidas pelas participantes acerca de uma gama de questões que são sociais, porém, estão entrelaçadas por aspectos de ordem emocional. Ela tem relação com a gestão das práticas sociais mas também com a gestão das emoções no relacionamento com os outras pessoas dentro do ambiente laboral. Hochschild (1983) considera as emoções como sendo a “consciência” da conexão das experiências corporais dos indivíduos com os seus sentidos. Assim, a consciência da cooperação do corpo com uma ideia, pensamento ou atitude constitui a capacidade de ação do sujeito na sociedade (BONELLI, 2003).

1. Pertencimento – A quase totalidade das domésticas que se dispuseram a participar do estudo declararam ter alguma experiência de morar na casa onde trabalharam. Para as trabalhadoras, essa condição não lhes

dava a sensação de pertencimento à família dos patrões, apesar dos vínculos afetivos ficarem mais estreitos. Para as domésticas a sensação de pertencimento está associada ao sentimento de inclusão, ou seja, integração nas atividades da família e poder acessar os espaços sociais da casa.

2. Afastamento da família e vínculos com a família dos patrões – Essa subcategorização além de mostrar dados sobre a constituição e vínculos familiares das domésticas, também mostra o nível de imersão dessa categoria de trabalhadoras na família dos patrões. As domésticas em sua totalidade moram com o pai ou com a mãe, todas possuem filhos (o quantitativo varia entre 1 e 3) que ficam aos cuidados dos avós. Em um caso apenas foi citada a presença de um marido. Para as domésticas, os vínculos afetivos com os patrões não são sinceros, elas acreditam que a ideia de "quase da família" é apenas conveniência dos patrões para ganhar a empatia delas. Elas dizem que as ações dos patrões demonstram a fragilidade desses vínculos.

D11 [...] hoje eu tenho 30 anos de idade, só que eu trabalho desde os 14... Eu passei dos 14 aos 20 numa casa, tive uma filha na época e levava comigo

D.8 [...] Uma vez tive um patrão e uma patroa que mandavam ao mesmo tempo e eu ficava no meio sem saber a quem obedecer... Ele dizia que queria almoçar uma coisa e ela outra... E eu dizia pra eles decidirem. Mas depois de um tempo eles que mandavam eu me virar e escolher...

D11 [...] Ela dizia que era da família mas na hora de incluir nas atividades da família não fazia isso...

D10 [...] filho pequeno meu e de minha patroa... Em partes era igual, mas quando chegava os coleguinhas dele, o meu tinha que ir pra o quarto, por isso que eu digo que não era da família... É da família só na hora de fazer o bem bom não é.

3. Territorialidades (espacial e simbólica) – Todas as domésticas tiveram algum tipo de experiência com a moradia nas residências que trabalharam. A experiência mais longa durou doze anos, as demais relataram ter ficado no mínimo cinco anos morando na casa dos patrões. As domésticas de maneira geral relataram não ter gostado da experiência de residir no ambiente de trabalho, sobretudo, devido às relações interpessoais e à ausência de regras que

lhes garantisse privacidade e direitos. E dentro da convivência continuada com as patroas, segundo os dados, apareceu uma territorialidade também simbólica, que se materializa em formas de segregação por fatores que não são materializáveis.

4. Territorialidade espacial – Os sentidos que projetaram essa categorização estão relacionados às percepções que as domésticas tiveram sobre o espaço que podia ser acessado pela doméstica do filme. Elas verificaram que a doméstica na obra ficcional não utilizava alguns espaços da casa e sempre estava delimitando para a filha os espaços que ela poderia ocupar. Elas aproximaram essa realidade das próprias vivências e relataram situações que sugerem uma segregação espacial também nas casas onde trabalharam. As que residiram no emprego relatam algum tipo de distinção espacial, sobretudo, para realização das refeições e higiene pessoal.

D.5 [...] fiquei quase um mês só morando lá... No primeiro trabalho [...] É muito diferente morar... É porque tem horário pra acordar, às vezes a pessoa não tem hora pra dormir. Às vezes patroa sai e a gente tem que ficar com as crianças, sem saber quando vai voltar pra tá acordado no dia seguinte cedo

D.4 [...] Na hora do almoço, primeiro tinha que comer: patrão, patroa e filhos. E as empregadas comiam por último, a empregada não podia tomar um suco, porque o suco só era dos patrões... A empregada não podia... Assim, se fosse uma banana a gente só podia se ela tivesse com a casca preta, porque, se tivesse normal a gente não poderia comer [...].

D.1 [...] Porque era desse jeito. Pra você comer, primeiro tinha que comer todo mundo e o que sobrasse aí você poderia comer... Era assim, era desse jeito que acontecia. Ah, se eu for convidada eu me sento com todo prazer. Como nessa última que eu trabalhei eu me sentava na mesa da sala... Quando eu sentava na mesa da cozinha, as filhas da minha ex- patroa dizia: mãe, olhe onde ela tá sentada.

D.10 [...] eu comia na sala mesmo, o que eles comiam eu também comia.

D.1 [...] eu comia em outro lugar e eles almoçavam na mesa de jantar... Eu servia eles primeiro e ela que botava a minha comida, o tanto de comida...

5. Territorialidade simbólica – As domésticas perceberam que no filme a filha da empregada começou a acessar os espaços porque tinha educação e cultura, atribuíram a essas características pessoais da garota um valor simbólico

que foi reconhecido pelos patrões e oportunizou o ingresso a espaços da casa que nunca foram acessados pela doméstica. Diante dessas impressões compartilhadas percebemos que existem territórios que estão numa dimensão mais sutil, são simbólicos e se materializam por meio de privações, imposições e nos discursos acentuam uma segregação econômica e cultural.

D.8 Como é que você vai trabalhar o dia todo e quando você termina no fim da tarde você não pode tomar um banho, mesmo no banheiro da empregada? Uma colega minha que eu coloquei pra trabalhar nesse local... Ninguém ficava nessa casa, nesse apartamento...

D.10 [...] Eu trabalhei em outro lugar que também era desse jeito, só que ela não proibia você de tomar um banho, mas proibia você comer. [...] Levava meu lanche, levava tudo e colocava lá em cima. Quando chegava na hora, eu me sentava e ia lanchar. Ela perguntava: você trouxe? Eu dizia: eu trouxe porque aqui não dá comida pra ninguém, eu cansei de dizer isso. [...] eu acho assim, a gente... Nós empregados, nós não vamos chegar na casa dos patrões e entrar numa piscina para tomar banho... A gente não vai se sentar na mesa de sala dos patrões, porque a gente sabe que aquilo não cabe, não cabe a nós.[...]

D. 17 [...] É muito diferente morar... É porque tem horário pra acordar, às vezes a pessoa não tem hora pra dormir... Às vezes patroa sai e a gente tem que ficar com as crianças... Vai lá sem saber quando vai voltar pra ta acordado no dia seguinte cedo...

D. 12 [...] Ela dizia: aqui tem uma cadeira sobrando... Por que você tá comendo aí sozinha? Que dizer, entre aspas, né? Quer dizer que eu ia pegar meu prato, se eu não tava sendo convidada, pra botar naquela mesa pra me sentar/ Jamais eu faria isso!.

6. Direito e Emancipação – As domésticas perceberam que no filme a doméstica tinha se dedicado aos patrões por muitos anos e não tinha conquistado nada significativo para a sua vida. Elas acreditam que essa situação acontecia porque talvez a personagem não tivesse consciência dos direitos que possuía e da capacidade que ela tinha de mudar aquela situação. Por isso, elas viram na filha da doméstica a força que a doméstica precisava para elevar a autoestima e se libertar da vida que levava. Elas se identificaram quando a doméstica pediu demissão e alugou uma casa para morar com a filha, inclusive vibraram com a entrada da doméstica na piscina. Elas verificaram naquela cena

uma ruptura da doméstica com as regras estabelecidas e o começo de uma nova forma de pensar. Em paralelo a essas percepções sobre a narrativa, fizeram abordagens recorrentes sobre a legislação trabalhista e os direitos assegurados aos trabalhadores domésticos nas últimas décadas, sobretudo com a consolidação da chamada PEC das domésticas. A partir do filme, as participantes relataram perdas e ganhos de ordem não somente material com a atualização da legislação brasileira para a categoria. O que apareceu nos dados, além de abordagens que mostram avanços na garantia de direitos antes negligenciados, foi o indicativo de mudanças comportamentais, um aparente "empoderamento" das domésticas e um certo grau de emancipação da estrutura do trabalho doméstico.

D.1 [...] Rapaz mudou, mas também caiu muito o emprego por causa dessas mudanças... Pra gente ficou bom, mas eles não gostaram... Das coisas... Quando não tinha a lei, eles podiam pisar na gente e agora não... Pra eles acham mais difícil isso... Nós tudo aqui desempregada, olhe o tempo...

D.4 [...] A lei? Ah, mudou completamente. Era uma coisa que tava muito atrasada, né? Porque o que a gente faz é um trabalho normal. Eu acho que demorou muito pra desenvolver.

D.9 [...] Foi... Demorou muito pra ter valor.

D.19 [...] É a mesma coisa de uma pessoa estar numa empresa trabalhando... Num tem diferença nenhuma. A pessoa tem que ter os mesmo direitos.

D.22 [...] Se eu sair do emprego hoje, ou me botarem pra fora, eu terei direito a, a FGTS, seguro desemprego, rescisão... Coisas que se tinham a dez anos atrás não chegou até a mim...

D.17 [...] Salário Família... Uma moça me entrevistou aqui, descobriu que eu tinha filho pequeno e ela não queria pagar...

D.3 [...] A gente que trabalha se põe no nosso lugar, eu mesmo quando to trabalhando nem toda hora dou bom dia a patroa... Fiz meu serviço que agradou a ela e tchau!

D.20 [...] Salário família que algumas patroas não pagam... Ou não sabem que tem que pagar ou o conhecimento não chegou a ela. Porque tem muitas patroas que nem passa pela cabeça o que o empregado doméstico tem direito.

D.13 [...] Se o meu horário é seis, eu tenho que fazer de tudo pra levar seis horas... Mas tem outra coisa: se o meu horário é quatro horas, cinco horas pra sair...

D. 21 [...] Eu prefiro ficar desempregada do que estar sendo humilhada.

D.11 [...] As suas palavras foram essas agora. É por isso que dizem que nós estamos ousadas, sabe por quê? Por que se a senhora abrir a boca de novo dizendo que fui eu que peguei, eu saio por essa porta e vou dar parte da senhora... Eu disse na cara dela.

Os três últimos recortes de fala mostram justamente a consciência dessas trabalhadoras sobre os direitos que possuem e a capacidade de enfrentar as situações de opressão que surgem. Por meio delas verificamos que elas usam os direitos legais como parâmetros para a tomada de atitudes no ambiente de trabalho.

7. Empatia e Solidariedade – Para as receptoras sem empatia ou solidariedade o desenvolvimento das atividades laborais fica fragilizado, para elas a primeira atua diretamente na motivação e a segunda gera trocas significativas dentro das relações interpessoais que se estabelecem. Pelos relatos verificamos que a empatia é uma condição de trocas afetivas que facilita o convívio e a solidariedade vai além da empatia, ela é a materialização desses sentimentos empáticos em ações positivas que visam ajudar o outro.

Essas distinções entre empatia e solidariedade apareceram dos dados coletados, as domésticas encontraram no filme nuances de empatia da patroa com a doméstica e demarcam a chegada da filha da empregada como o momento onde começa a acontecer um declínio nesses dois níveis de trocas afetivas. A partir dessas percepções, as receptoras destacaram situações vivenciadas que revelaram poucos momentos de empatia entre elas e as patroas com as quais trabalharam. Em geral, as narrativas mostraram situações esporádicas de empatia e solidariedade.

Para a totalidade das entrevistas a empatia só acontece quando há algum interesse pontual da contratante. As domésticas relatam a falta de empatia das patroas para com os horários, principalmente quando há relação com demandas individuais que elas possuem fora da jornada de trabalho.

D.5 [...] Quando era bebê... Normal mesmo... Como se fosse uma criança normal... Logo quando nasceu, uns 3 meses eu estava de licença maternidade e levei para ela conhecer... Cheguei a levar quando ele tinha 5 anos...

D.8 [...] por isso que eu não dou presente a patrão, patrão se quiser que compre seu presente... Sabe por quê? Porque presente que nós dá, não é todo patrão que vai aceitar [...]

D.1 [...] Tem uns que aceitam... De bom coração, sendo simples...

D.8 [...] minha filha, me poupe! Não tem esse negócio não, de patrão aceitar de bom coração, não... Eu prefiro que eles me presenteiem. Se fosse o filho que tivesse dado ela teria aceitado melhor, mas como foi a empregada...

Essas falas mostram que quando há empatia existe uma aproximação dos universos individuais de cada grupo, as domésticas sentem a necessidade de compartilhar aspectos importantes da própria vida como, por exemplo, o nascimento dos filhos. Porém, a ausência de empatia cria "desconfianças" e consequentemente limites nas trocas afetivas. A última fala mostra como a falta de empatia restringe até a oferta de presentes simplesmente pela descrença na reciprocidade.

D.9 [...] Gostava da empregada sim... Da forma como ela trabalhava...

D.8 [...] você só é valorizado até quando as pessoas precisam do seu trabalho, a partir do momento que você não fez do jeito que os patrões querem [...] nós entramos na casa de uma patroa e fazemos na casa delas o que não fazemos na nossa... E elas não dão valor ao que nós fazemos. Essa é a realidade. Ela sai de manhã, ela chega a noite... Quando ela chega... Nós recebemos, mas ela tem a casa limpa, comida feita, se ela tiver filhos, eles estão tomados banho... Já estão comidos, dormindo...

D.4 [...] a minha gostava de saber da minha vida... Sabia pra depois passar na cara.

O primeiro depoimento acima é relativo ao sentimento da patroa do filme em relação à doméstica representada na obra fílmica. Esse é a única opinião de que existia empatia entre as personagens, as demais receptoras não visualizaram empatia. As outras falas que aparecem acima apareceram como projeção das relações que o filme apresenta e podemos verificar que as domésticas descrevem uma empatia como uma obrigação inerente à função exercida ou até mesmo uma empatia condicionada à trocas.

A solidariedade está no relato de algumas domésticas, principalmente aquelas que passaram mais tempo morando na casa dos patrões. Elas relatam a contribuição que os patrões davam no tocante à aquisição de bens materiais ou

até mesmo apoio no moral em algumas situações específicas e importantes para as domésticas. Há ainda relatos de solidariedade no âmbito da permissão de acesso a bens alimentícios.

D.5 [...] só uma vez... Eu trabalhava numa casa... Ela gostava de saber se meu marido trabalhava, como estavam os meus filhos. Ela até disse que pagaria um lugar pra eu ficar com meus filhos porque o meu casamento não estava bom. Eu tenho certeza que ela pagaria. Mas eu ficaria na mão dela. Mas eu preferi ficar no casamento.

D.8 [...] pelo menos a minha quando ajudava, eu sabia que quando ela precisasse eu não poderia dizer não [...] Mas quando ela vai dar algo a você, você sabe que vai receber mas vai ficar sempre com aquela dívida com ela. Ela me deu uma geladeira e uma televisão. Meu terreno ela pediu o carnê para ajudar a pagar... Quando ela precisasse eu poderia dizer não?

8. Maus tratos – De alguma forma as domésticas projetaram no tratamento que a patroa do filme dava à doméstica as situações de maus tratos que sofreram. Elas entenderam que no filme não existe uma evidenciação de ações abusivas da patroa em relação à doméstica, mas existem sutis violências que aparecem nas atitudes.

A partir de tais constatações, os relatos de maus tratos se tornaram presentes nas narrativas de todas as domésticas, as mulheres afirmaram ter sofrido agressões verbais em praticamente todas as residências que trabalharam, a figura principal que aparece como agente desse tipo de prática é a “patroa”.

Essa figura feminina é apontada como a principal intermediadora entre as domésticas e suas atividades laborais, em apenas um caso houve a referência à participação masculina no gerenciamento das atividades domésticas em uma residência. Porém, o relato sobre a participação masculina no comando dos afazeres doméstico foi positivo. Dentre as principais descrições de maus tratos estão: xingamentos, palavrões, humilhação, hostilidade, menosprezo, discriminação, preconceito.

D.1 [...] Na última casa que eu trabalhei eu fui muito humilhada, xinga, me humilhar, me chamar de burra. Muitas coisas [...]

D.11 [...] Eles dizem que são parte da família mas na hora de maltratar esquece...

D.6 [...] Ela é igual a gente... Qual a diferença delas? Só por causa do dinheiro? Então, a gente tem que levantar cabeça[...] É o mesmo que a gente estar se humilhando, né? Chega num emprego dar banana e laranja... Se a patroa oferecer bem, se não oferecer... Tá se humilhando?

D.5 [...] Ela chama a gente pra dormir pra humilhar, é ou não é? Quando dá cinco e meia da manhã: acorde pra fazer o café, a vitamina! E quando a gente dorme em nossa casa é uma maravilha, toma aquela chuveirada boa... Dá oito horas, oito e meia [...]

D.2 [...] Antes da lei era mais humilhação, só que agora ficou ruim o trabalho.

D.8 [...] A gente que trabalha na casa dos outros queremos ver os filhos lá em cima, a gente não quer ver o filho do mesmo jeito que nós somos... Pisados, humilhados como antigamente nós éramos. Sabe o que muitos dizem? Depois dessa lei vocês estão muito atrevidas [...] Eu já coloquei uma pessoa para trabalhar num apartamento e quando saía nem banho podia tomar... Tinha que pegar um papel, guardanapo, um papel toalha e se desse para molhar e passar no corpo pra tirar o suor [...] Como é que você vai trabalhar o dia todo e quando você termina no fim da tarde você não pode tomar um banho, mesmo no banheiro da empregada? [...] Eu trabalhei em outro lugar que também era desse jeito, só que ela não proibia você de tomar um banho, mas proibia você comer

D.5 [...] umas onze e meia quando eu olhei meu corpo, meu corpo tava vermelho, uma tal de uma virose. Sabe o que a mulher fez? Fora! Fora daqui! Essa doença é contagiosa! Me colocou pra fora como uma cachorra. Eu procurei terra, água, chão... Não sabia onde pisar... Daqui a pouco vem ela e pega o dinheiro e jogou na minha mão... Já tinha sido chutada... Eu lá queria saber... Queria saber da minha vida... Eu falei isso pra você ver a ignorância que a gente passa...

Como podemos verificar houve um deslocamento da narrativa fílmica para uma série de relatos de práticas abusivas na vida real. As domésticas desvelaram violências de ordem moral e até mesmo ações discriminatórias. Em algumas falas elas associam a conduta das patroas ao fato de terem uma melhor condição financeira que a delas, como se o fato de pagar pelo serviço lhes concedesse a permissão para agir livremente.

9. Assédio Sexual – A referência ao assédio sexual apareceu a partir da representação da figura do patrão e da relação que ele estabeleceu com a filha doméstica em " Que Horas Ela Volta?". As domésticas estranharam o interesse do patrão pela jovem e acabaram por questionar as condutas de alguns patrões com os quais trabalharam. Uma delas foi mais enfática e relatou situações mais explícitas de assédio sexual no trabalho, segundo descreveu a participante da pesquisa, o assédio recorrente resultou na saída dela do emprego. A receptora afirma que o assédio sofrido não foi denunciado às autoridades competentes e nem explicitado para a patroa no período em que ocorreu.

D.8 [...] Nela eu trabalhei o quê? Seis a oito anos... Saí dela por causa do patrão. Ela dizia que eu era como da casa... Mas da casa pra dormir com o patrão? Quem tem que dormir com o patrão é a patroa... Não é a empregada, porque, o patrão quando a patroa saía ele ficava correndo atrás pra querer fazer isso, fazer aquilo... Eu pra não dizer a ela, porque sempre quem é a errada são as empregadas. Eu simplesmente quando vi que não dava mais certo, eu peguei, cheguei e caí fora [...] Aí eu dormia numa cama de casal, eu e a afilhada dele, ele deitava no meio da cama da gente, a gente passava a noite todinha sentada na cama porque ele dormia no meio da cama da gente. Aí ele dizia: o que é que tem? E eu estou fazendo nada demais com vocês? Era o que ele dizia... Aí simplesmente quando ela chegou de viagem eu disse a ela que na casa dela eu não ficava mais. Aí ela: mas eu vou viajar de novo... Eu disse: eu não posso fazer nada, simplesmente não dá mais ficar na casa da senhora. Aí eu fui embora. Depois de muitos anos foi que ela descobriu porque ele trancou ela no quarto e com outra empregada que ela botou dentro de casa, ele foi fazer coisa com a outra empregada, aí foi que ela descobriu.

As domésticas de maneira geral percebem as investidas sexuais dos patrões como atitudes de desrespeito. Elas equiparam as motivações desse tipo de assédio às mesmas que fazem as patroas praticarem os maus tratos, ou seja, o fato de que o patrão por gerar o recurso que pagará o serviço da doméstica se vê com o direito de acessar aquele corpo que transita pelo espaço que lhe pertence.

5.4 Categorias centrais que apareceram nos dados extraídos com as patroas

5.4.1 Categorias centrais - Patroas

Interação socioeconômica – Essa categorização tem base nas análises que as participantes fizeram sobre a diferenciação econômica entre as personagens do filme. Elas verificaram que enquanto a patroa tinha uma condição privilegiada, a doméstica não tinha conseguido nem comprar uma casa para morar após anos de dedicação ao trabalho. Do mesmo modo, perceberam que nos anos que passou na casa não houve uma evolução educacional por negligência da patroa que não estimulou a doméstica. Desse modo, verificamos que para patroas os níveis econômicos estão associados a outros fatores que interferem diretamente na construção dos sujeitos, como por exemplo o acesso à educação. E reconhecem que é esse acesso à educação que pode promover a ascensão econômica e romper com as desigualdades sociais.

1. Renda e Educação – No caso das receptoras desse grupo, a renda não foi um fator que criou empatia delas com a representação de patroa proposta por Ana Muiyaert, ou seja, o poder aquisitivo não fez com que as patroas se mostrassem solidárias com as condutas da patroa do filme. Ao contrário disso, as patroas revelaram sentidos que foram contrários aos comportamentos da personagem. Para elas a patroa do filme por ter melhor condição financeira poderia fazer mais pela doméstica, inclusive dando-lhe suporte para progredir na vida, sobretudo, por meio da educação.

Quando se observa a realidade da patroa no filme elas revelaram dados sobre a própria situação econômica, inclusive forneceram informações sobre os bens que possuem, tais como casa própria e veículos, além disso, disseram ter conseguido financiar educação privada para elas e para os filhos. Em alguns casos as patroas relataram que também financiaram parte da formação educacional de domésticas que passaram muitos anos morando com elas. Os dados mostraram a transição das patroas do ambiente doméstico para o mercado de trabalho, ou, ao menos, para uma dinâmica pública que lhes garantiu uma evolução econômica e intelectual.

P.5 [...] Eu por exemplo, fui professora, mas galguei outros pilares na minha vida, né? Eu cresci profissionalmente, eu não fiquei num cargo só... Eu fui galgando outros cargos. E é isso que a gente quer pra dar melhores condições de vida pros nossos filhos, a nós mesmo, né?

P.8 [...] Então, eu fiz questão de dar oportunidade pra ela... Sair daquele lugar, trazer outras visões de mundo e crescer como eu cresci.

1.1 Contrato de domésticas – Praticamente todas as patroas se identificaram com a relação trabalhista que o filme apresenta, sobretudo, porque assim como na ficção as primeiras trabalhadoras domésticas que contrataram eram advindas do interior e passaram a residir em suas casas para ajudar no cuidado com os filhos (verificar nas últimas falas transcritas). O fato de terem experiências com domésticas residindo em suas casas influenciou a percepção das receptoras à medida que elas se utilizaram como parâmetro de boa conduta frente às problemáticas do trabalho doméstico. Elas criticaram as ações da patroa do filme balizando as ações da ficção por suas próprias práticas.

P.3 [...] Desde infância, minha mãe sempre tinha alguém em casa pra ajudar. Mas a gente acostumou a tratar as pessoas por igual, a tinha como uma irmã, uma tia... Não tinha nem maior, nem menor, nem empregada ...A gente nunca chamou de empregada...

P.6 [...] A gente colocou um apelido, Neda... Mas o nome dela era Marilene. Dormia na nossa casa. E a gente começou desde infância e depois de muitos anos que nós estávamos com ela que ela saiu pra casar

P.9 [...] Eu tive uma menina que passou 19 anos comigo, até hoje a gente tem afinidade... Ela chegou com 15 anos e saiu com quarenta e tantos.. Você ensinava dizia tudinho, quando virava as coisas ela tava fazendo coisas..

P.12 [...]... E depois eu tava precisando de alguém pra tomar conta dessa minha filha porque eu trabalhava o dia todo e essa menina frequentava a quinta série, que hoje é o sexto ano... Ela era da zona rural e veio pra minha cidade e conheci ela na escola sendo professora dela, aí depois conversa vai... Ela era uma menina muito simples, na época acho que ela tinha 15 anos, aí eu disse: Fulana, você não quer trabalhar na minha casa? Trabalhar, não... Tomar conta da minha filha...

Nos dados acima, a exemplo do que aparece nas primeiras falas das patroas, as boas práticas em relação às domésticas teriam bases numa cultura familiar de respeito. Segundo descrevem, a noção de igualdade foi aprendida na infância e serve como parâmetro para a gestão do trabalho doméstico que contratam hoje para suas residências.

2. Acesso à escolarização – O filme expõe uma doméstica com baixa ou nenhuma escolaridade, esses traços ficam evidentes nas abordagens que a trabalhadora faz em relação ao fato da filha estudar. Além disso, a maneira de falar da doméstica pode ser lido como um sintoma do baixo nível de instrução escolar.

Nos relatos das participantes da pesquisa apareceram referências a escolarização. Uma doméstica relatou ter começado os estudos em casa ainda com os pais, pois, havia a necessidade de ter alguns conhecimentos para ajudar a família com o comércio que possuíam. 5 patroas são professoras aposentadas e trabalharam com educação de crianças e adolescentes.

P.2 [...] Sou de Ilhas das Flores... Imagina, lá o que prevalece é política... Então, como a gente saía da nossa casa já sabendo as letras, sabendo contar, matemática... Essas Coisas... Meu pai era muito rígido nesse ponto de vista e tinha comércio... E a gente pra atender o pessoal precisava saber o que tava fazendo...

P.9 [...] Que uma certa vez que quando eu cheguei, eu trabalhava o dia todo, fazia faculdade e tudo, quando eu cheguei ela tava deitada no sofá...

3. Pertencimento – A respeito da inserção da empregada do filme na família dos patrões, ou melhor, numa relação "quase familiar", as patroas foram unânimes ao afirmar que não existia o reconhecimento efetivo desse vínculo. Para elas, se a doméstica era considerada da família, então, ela deveria ser acolhida e ter acesso aos espaços da casa livremente, o que não aconteceu.

Em relação às próprias condutas, patroas disseram que as empregadas com as quais conviveram na infância/adolescência e as contratadas ao longo da vida foram/são tratadas como parte da família e gozaram/gozam de liberdade dentro de suas residências. Para elas sempre ocorreu a inclusão da doméstica na casa e na família dos patrões, inclusive quando havia um quartinho específico para as domésticas em suas casas, essas usufruíam de conforto e bons cuidados. Elas alegaram que queriam para as domésticas que chegaram ainda adolescentes em suas casas, o mesmo que desejavam para os seus filhos. Por isso, algumas argumentam ter investido na educação das domésticas como é possível verificar nas últimas falas abaixo.

P.3 [...] Dormia na nossa casa. E a gente começou desde infância e depois de muitos anos que nós estávamos com ela que ela saiu pra casar.

P.5 [...] Então, a nossa mãe não tinha nada de ignorância com as empregadas... Não tem direito de dormir ali... Não pode comer aqui... Eu quando era criança chegava na cama de Neda e dormia...

P.11 [...] 19 anos ela passou na minha casa, a minha segunda filha já tinha um marido, a mais velha quando ela saiu já tinha se formado...

P.8 [...] Conhecia a necessidade dela e ela uma pessoa muito meiga... E ela ficou comigo até os seus 30 anos... Ficou uns 15 anos comigo... mas eu incentivei ela a estudar e mudar de vida.

4. Territorialidade Espacial – As patroas também identificaram no filme uma divisão do espaço da casa, notaram que a empregada não transitava pela sala ou áreas mais sociais da residência onde trabalhava. Elas observaram que as cenas da doméstica aconteciam geralmente na cozinha, no jardim ou na dependência de empregada.

P. 2 [...] Val achava que ela estava certa... Tanto que chamou Val e falou assim: a partir de amanhã a sua filha vai fazer vestibular e vai ficar aqui... Amanhã ela vai ficar da cozinha pra dentro. E Val respondeu: tá... tá... Tá... Quer dizer, cada um com seu espaço, né? A patroa achava que a menina estava indo muito além do que ela poderia ter tido acesso.

Os dados mostram na verdade uma divisão de opiniões sobre a existência de territórios dentro da casa, a grande maioria das patroas disse não criar territórios em seus lares, que os espaços podem ser compartilhados com as domésticas e dizem que quando acontece é porque estrutura dos imóveis já vem com a divisão. Porém, apesar dessa colocação delas, afirmaram que são favoráveis à separação para que haja divisão clara dos papéis sociais dentro do trabalho doméstico.

P.10 [...] No filme a patroa deveria ter feito uma troca... A empregada no quarto maior, de hóspede e o quarto da empregada fizesse alguma coisa ali... Mexesse, pra quando precisasse.

P.5 [...] Não é nada demais... Se a pessoa está acompanhada e ali é pequeno, porque não fazer a troca?

As falas acima mostram que o grupo de mulheres aqui analisados não concorda com a divisão espacial e principalmente com as condições oferecidas quando acontece essa divisão. Elas discordaram com o tamanho do quarto da empregada e acharam injusto ser menor que o quarto de hóspedes.

P.8 [...] Quando eu comprei meu apartamento em Aracaju tinha a dependência de empregada... Sempre tem.... Já fazia parte da estrutura, da arquitetura da casa.

P.1 [...] Por que existe a dependência de empregada? A própria sociedade... Tem alguma relação: você lá e eu aqui... Cada uma no seu quadrado.

P.3 [...] Certo que exista a separação, mas pra isso não precisa a Humilhação...

P.7 [...] Ela tinha, ela realmente tinha um quarto, era fora porque a minha casa tinha dois quartos e um quarto fora... Quer dizer: um quarto era meu e do meu marido e o outro era dos meus filhos. A gente tinha uma dependência, mas uma dependência que tinha tudo e ela só fazia dormir...

As falas acima já são uma aproximação da realidade fílmica do contexto vivenciado por elas. As duas primeiras a falar de uma divisão que já é estrutural, está na própria formatação dos espaços e segue uma lógica social que segrega. As últimas falas acima revelam que a ideologia da separação está presente, mesmos não sendo materializada.

P.13 [...] E outra coisa, eu acho assim: não deve ter um lugar pra pessoa almoçar... Ter um lugar separado? Não. A pessoa que trabalha na minha casa, ela tem que parar de fazer os serviço que ela tá fazendo...

5. Territorialidade simbólica – Essa subcategoria está relacionada a uma segregação que está além do espaço físico. O que se materializa aqui é um território invisível, comportamental que coloca como diferenciadas as atitudes praticadas por patroas e empregadas. No caso do filme, a representação da piscina foi o que mais chamou a atenção das receptoras, para elas não havia o impedimento verbal da patroa, o que impedia a entrada das domésticas na piscina era um território simbólico, invisível. Esses limites seriam para elas

mantenedores da hierarquia dentro do lar, ou seja, os territórios simbólicos demarcam o papel social dentro da casa como é possível ver nas falas abaixo:

P.2 [...] Com certeza saber os seus limites, então, eu tenho que dar bom exemplo... Agora dali pra fora a gente tinha uma amizade. Só que tem muitas empregadas domésticas que não fazem isso. Eu não concordo com a humilhação, concordo com a separação por conta disso. Tem pessoas que não respeitam e não se colocam no seu lugar.

P.4 [...] A gente tem que saber o nosso lugar. Se eu tivesse uma empregada ousada, porque tem empregadas que são ousadas. Então, você seja sincera com ela: olha eu não quero humilhar... A minha intenção não é humilhar, mas também as pessoas tem que se colocar no seu lugar.

P.11 [...] Tem empregadas que abusam, às vezes a gente quer ser assim, mais maleável, quer tratar de igual para igual... E as pessoas não entendem, extrapolam... Entendeu? Desrespeitam... Isso é natural, isso existe...

P.2 [...] Eu acho que tem que ter um diálogo, mesmo com a empregada... Dizer: eu não quero tratar você na minha casa dessa forma, como uma pessoa qualquer, mas você tem que respeitar determinadas coisas.

P.1 [...] A minha chefe do trabalho sempre foi a minha amiga de infância, nem por isso eu abusava... Tentava sempre me colocar no meu lugar... As colegas diziam, quando eu precisava sair cedo: deixe de ser besta, menina... Sua amiga aí e você fica com medo. Eu disse: não... Ela é minha amiga daqui pra fora... Mas daqui pra dentro ela é a minha coordenadora.

6. Direito e Emancipação – No que diz respeito à finalidade dessa categoria, ou seja, apresentar os dados voltados para a discussão dos direitos assegurados aos trabalhadores domésticos, as patroas se manifestaram pouco. Para as que expuseram impressões sobre a questão, existe hoje uma mudança de valor que diferencia empregadas (domésticas) de diaristas. Elas percebem que a nova legislação impulsionou uma reconfiguração nessas duas profissões.

P.5 [...] No interior é diferente... Hoje mais ainda porque não querem ser empregadas domésticas, querem ser diaristas... Até porque a maioria das pessoas se conhecem... Ali filha de fulano, querendo trabalhar em casa de família... Pra ganhar o dinheirinho dela...

P.8 [...] A lei foi boa pra um lado, pra elas... Pra outro lado aconteceu uma coisa que não deveria ter acontecido... Tem gente que mora com a gente que a gente não exige nada delas, elas ficam a vontade.

7. Respeito – O respeito aparece como uma questão preponderante para as patroas dentro da relação que estabelecem com as empregadas. Esse aspecto foi apontado a partir da observação das cenas entre a patroa e a doméstica em "Que Horas Ela Volta?", a exemplo do momento em que a patroa despreza o uso das xícaras que foram dadas pela doméstica ou analisando a condição do quarto oferecido à doméstica.

P.10 [...] No caso da personagem de Regina Casé, a patroa não tinha nenhum consideração nem respeito por ela, não é? Quer dizer... Ela considerada uma pessoa da família pelos anos que ela tinha ao lado dela, criou o filho dela... Você viu que o menino tinha mais carinho, mais respeito pela empregada do que pela própria mãe, não é?

P.3 [...] Nesse caso, a patroa não tinha nem um pingão de consideração e respeito com ela... Porque ele não era nem pra ela tá naquele quatinho se ela era considerada da família, pelos anos de convivência...

P.7 [...] Mudaria tudo no comportamento da filha, porque se a filha veio na vontade de crescer... Ela entrou na piscina que era só do patrão... Não, as atitudes dela não são erradas, só faltou o respeito.

As falas acima mostram que as patroas também entraram nessa questão do respeito observando o comportamento da filha da doméstica. Elas pontuaram momentos como a cena em que a filha da doméstica aceita ficar no quarto de hóspedes ou quando ela aceita sentar na mesa com o patrão da mãe. As receptoras acreditam que as ações da filha deveria se igualar à conduta da mãe. As patroas

P.10 [...] E as pessoas não entendem, extrapolam... Entendeu? Desrespeitam... Isso é natural, isso existe... Eu acho que tem que ter um diálogo, mesmo com a empregada... Dizer: eu não quero tratar você na minha casa dessa forma, como uma pessoa qualquer, mas você tem que respeitar determinadas coisas.

Vimos acima que quando aproximaram os acontecimentos filmicos das experiências com as domésticas, as patroas afirmaram conceder liberdades às trabalhadoras, porém, elas acreditam que as domésticas ultrapassavam na

convivência os limites estabelecidos e por essa razão elas precisam frequentemente reafirmar de quem é o território.

8 Regras – Essa categoria foi destacada por grande parte das participantes da pesquisa, as patroas apontam para a existência de regras determinantes no relacionamento com as empregadas dentro do ambiente de trabalho (casa). O relato das patroas demonstra que as domésticas rompem frequentemente as regras estabelecidas e criam uma esfera de opressão que é provocada pelas condutas delas.

P.3 [...] Agora assim, a gente tem que ter algumas regras... Eu cheguei até ter pessoas trabalhando na minha casa, aonde eu chegava em casa... Que uma certa vez que quando eu cheguei, eu trabalhava o dia todo, fazia faculdade e tudo, quando eu cheguei ela tava deitada no sofá... Aí, ela mandou que eu levantasse do meu sofá pra ela se deitar porque ela tava cansada e queria assistir televisão no sofá, descansando, deitada... Eu disse: mas como se a casa é minha? Você não tem o seu lugar?

P.6 [...] Ela pegar as coisas pra comer, sabendo que a casa não aceitava aquela regra, né? Se tinha regras, então, ela não deveria ter pegado pra comer... Não pode... Ela estava completamente errada. Ela queria tirar a mãe dali? Achava que a mãe estava sendo humilhada? Tudo bem, mas ela procurasse respeitar e procurasse fazer a parte dela.

P.10 [...] Acho que sim. Porque ela tinha que ver a regra que a mãe explicou... Independente do convite se havia a regra, ela tinha sim.

9. Empatia e Solidariedade – Todas as patroas disseram ter empatia com as domésticas com as quais compartilharam vivências, do mesmo modo se demonstraram empatia com a empregada doméstica, não havendo nenhum relato de empatia com a representação da patroa no filme brasileiro. Por outro lado, existem relatos da falta de empatia das domésticas com relação às patroas, principalmente no gasto dos insumos utilizados no trabalho doméstico.

P.2 [...] Eu acho que ela é como talvez, 90... 95% cento das patroas, principalmente na cidade grande... Interior não...

P.3 [...] As visitas que chegam... Ela vai sentar comigo. Eu acho que pessoas egoístas que fazem essa divisão, porque eu não chamo nem de empregada...

P.8 [...] Eu chamo de pessoa que me ajuda... Que tá ali me auxiliando... Tá ali fazendo as coisas pra mim... De uma boa maneira.

P.7 [...] No filme o que me chamou atenção foi que a patroa é uma alta executiva. De grandes posses... Mas você ver que... Essa empregada trabalhou tantos anos e não saiu daquele salário mínimo... Aquela criatura não saiu de onde chegou, não cresceu na vida... condição...

P.2 [...]A patroa não dava oportunidade dela ver outras coisas... Ela não teve também oportunidade. Quando ela saiu de casa ela sentiu a liberdade, agora eu estou em casa, não é? Ela sentiu a liberdade que ela não tinha, ela era prisioneira naquela casa.

P.4 [...] E tem muita diarista que chega e acha que é a dona e quer fazer um monte de coisa que não deveria fazer, por exemplo, pegar uma caixa de sabão e gasta tudo no mesmo dia... Quando pensa que não vai um litro de água sanitária de uma vez só... E vai reclamar elas acham ruim.

A solidariedade esteve presente nos relatos de todas as patroas. A forma mais abordada de solidariedade das patroas com as empregadas apareceu através dos discursos de incentivo à educação e à transformação da realidade social. É possível verificar ainda a presença do que chamaremos aqui de "solidariedade condicionada", ou seja, aquela que depende de um retorno para que ela se efetive.

P.9 [...] Hoje ela é professora do município... Tem sua casa própria, formou a sua família. E eu tenho muita felicidade por isso, porque ela galgou a vida dela. Chegou tão simples, quer dizer... Quer dizer, os irmãos dela não tiveram a mesma oportunidade, continuam lá na zona rural, continuam com aquela familiazinha bem simples e ela hoje tem seu salário, o salário de professora não é "o salário" mas em comparação à vida doméstica.

P.7 [...] Eu tenho neto de 24 anos que quando ela chegou lá em casa ele tinha 3 meses, então, foi criado por ela porque eu fui trabalhar... Eu fiquei viúva, já ela comigo... Ela não tinha nada só o salariozinho que recebia... Depois passou a morar em quatinhos próximos de aluguel. Chegou uma época que ela já queria procurar um cantinho pra ela... Ela foi pro programa "Minha Casa, Minha Vida" e ganhou a casa... Hoje ela tá com a casa já construída, 2 quartos que moram 2 filhos que ela já trouxe pra cá ainda adolescentes. Hoje já estão casados todos os 4, 3 moram com elas e a mais velha como tem uma casa lá, ficou no interior...

P.11 [...] Eu acho que pessoas egoístas que fazem essa divisão, porque eu não chamo nem de empregada... Eu chamo de pessoa que me ajuda... Que tá ali me auxiliando... Tá ali fazendo as coisas pra mim... De uma boa maneira. Ela se formou em enfermagem, é enfermeira hoje... Enfermeira de nome já. Porque ela estudou na minha casa...

10 Maus tratos – As patroas se mostraram contrárias às práticas de maus-tratos em relação às trabalhadoras domésticas. Elas discordam das atitudes da patroa em "Que Horas Ela Volta?" E alegam tratar com dignidade e humanidade as domésticas que contrataram/contratam.

P.3 [...] Hoje eu não tenho empregada... Tenho pessoas que trabalham na minha casa. Eu já tive empregadas na época que meus filhos eram pequenos, já tive muitas pessoas trabalhando na minha casa e eu acho assim: eu nunca prendi ou disse você é minha empregada... Não, eu nunca tratei dessa maneira. Eu sempre tratei as pessoas que trabalhavam na minha casa como ser humano, como eu sou também, entendeu?

P.11 [...] Às vezes ela tá lá lavando o banheiro, eu falo: fulana, vamos comer! - Ah, Dona, Lúcia... Tô lavando o banheiro... - Deixe o banheiro e venha comer mais eu! Pode estar quem for na minha casa, as visitas que chegam... Ela vai sentar comigo.

11. Assédio Sexual – Não houve nenhuma menção ao tema, seja a partir da narrativa filmica ou de relatos de experiência com as domésticas.

Tabela 6: Variáveis centrais emergentes dos dados coletados com o grupo de patroas

VARIÁVEIS EXÓGENAS VARIÁVEIS ENDÓGENAS E EXÓGENAS EMERGENTES (INTERACIONAIS)	
INTERAÇÃO SOCIOECONÔMICA	RENDIA
VARIÁVEIS CENTRAIS	
	PERTENCIMENTO

INTERAÇÃO SOCIOEMOCIONAL	TERRITORIALIDADES DIREITO E EMANCIPAÇÃO RESPEITO REGRAS EMPATIA SOLIDARIEDADE
---------------------------------	--

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Interpretação teórica das categorias emergentes

As discussões aqui propostas se concentrarão nas categorias centrais de estudo. Para esse momento de análise foram utilizados teóricos que nos ajudaram a compreender as trocas simbólicas geradas pelas receptoras no processo de interação com as esferas social, política e cultural nas quais estão inseridas.

Os dados que consideramos mais substanciais para o nosso estudo foram encontrados na categoria central que intitulamos como "interação socioemocional" e sobre ela nos debruçaremos com mais profundidade. Porém, antes de concentrarmos a nossa atenção e aprofundarmos o debate teórico acerca da categoria "interação socioemocional" e as subcategorias emergentes, faremos uma breve abordagem sobre o outro nível de interação encontrado: interação socioeconômica.

6.1 Interação Socioeconômica

O contato com o filme brasileiro fez aguçar nos dois grupos de mulheres uma gama de sentidos que apontaram diretamente para as diferenças de classe e consequentemente para a questão do poder aquisitivo de cada grupo. Porém, o poder aquisitivo enquanto condição econômica, por muito tempo foi entendido dentro de uma lógica de poder maior, o poder do Estado. Para Weber (1999), Estado é a “relação de dominação de homens sobre homens”, na qual os dominados submetem-se à autoridade invocada pelos dominantes.

Nesse contexto, o poder só existe por causa das relações que dois grupos humanos (dominantes e dominados) estabelecem entre si. De acordo com Weber (1999)

são essas relações que dão sentido às práticas sociais, ele assevera que “as ‘relações’ existem apenas como ações humanas de determinado sentido”. E que a dominação nesse contexto é “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis”.

O que pauta a lógica da nossa pesquisa, ainda que estejamos concentrados nas relações microssociais do trabalho doméstico, são as construções ideológicas de caráter hegemônico e que sedimentam ainda hoje as estruturas sociais. Essas que não perderam a característica disputa pelo "status quo", pois, como acredita Foucault (1986), o poder perpassa e supera o Estado e busca no cotidiano a sua evidenciação. Segundo suas análises, o poder encontra o indivíduo, atingindo o seu corpo e afetando seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem e sua vida cotidiana.

É importante destacar que, segundo Foucault (1986), o poder se exerce, mais do que se possui e ninguém tem a sua propriedade. Desse modo, não é uma exclusividade dos dominantes e não deve ser entendido apenas de forma negativa, pois, ele não pesa só como uma força que diz não, mas produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.

Para ele, o exercício do poder é ambíguo, passa por canais sutis, expande-se no corpo social como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem função de reprimir. “O poder não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do conjunto de suas posições estratégicas – efeito conquistado e às vezes reconstruído pela posição dos que são dominados” (FOUCAULT, 1979, p. 29).

O nosso estudo considera ainda outras forças hegemônicas que antes do capitalismo já estruturavam as relações humanas de poder e já existiam como sistemas de dominação, estamos falando do patriarcado. O sistema capitalista só adequou para as suas necessidades algo que já estava impregnado culturalmente na dinâmica social. Lênin (1980), compreende que a subordinação do gênero é anterior ao sistema capitalista que delegou funções de acordo com o sexo, e as formas capitalistas apenas se apropriaram dessas relações tornando-as mais acirradas e naturalizando as questões de gênero. Para ele, a supressão do sistema capitalista não pressupõe a supressão da opressão de gênero.

E no nosso caso de análise, como já foi apresentado em momentos teóricos anteriores, a opressão de gênero ultrapassou a oposição "homem x mulher", criando

dinâmicas nas quais a "mulher" acaba por oprimir outras mulheres, como aconteceu com o trabalho doméstico quando levou para a estrutura de reprodução as lógicas de produção. Nessa perspectiva, acreditamos que a categoria "interação socioeconômica" nos deu a percepção de como as receptoras construíram sentidos que estão pautados nas ideologias de poder (econômico e simbólico) e se materializam nas relações estabelecidas na prática do trabalho doméstico por patroas e domésticas .

O que se verificou nos dados é que o imaginário sobre os papéis sociais do que seja ser "patroa" ou "doméstica" está intrinsecamente associado à ideia de ter muito dinheiro ou pouco dinheiro, ou seja, ser rico ou pobre. O dinheiro se torna determinante, inclusive, cria as fronteiras entre quem manda e quem obedece e por meio dele se pode exigir a manutenção dos territórios entre os dois papéis sociais em questão.

Foi comum a associação da realidade econômica das patroas da vida real com a realidade da patroa do filme, assim como foram comuns as análises sobre as questões econômicas da doméstica representada do filme com a realidade das domésticas na sociedade brasileira.

As nossas percepções só se tornaram possíveis pelas representações das personagens Bárbara (patroa) e Val (doméstica) que, na obra de Muylaert, ilustram as dicotomias entre duas mulheres e a natureza do trabalho que executam. A patroa (Bárbara), é uma mulher branca, sulista, classe média alta, moradora de bairro nobre, executiva bem sucedida, mãe de um filho apenas, que é casada com um homem herdeiro de uma fortuna que lhe garante, inclusive, a condição de não precisar trabalhar. A personagem da empregada é migrante nordestina, pobre, mora na casa dos patrões, possui uma filha apenas, divorciada, assalariada. Durante toda a pesquisa dois grupos aproximaram os contextos vivenciados no universo ficcional das suas próprias narrativas, elucidando conquistas ou perdas na esfera econômica, pontuando a relação com o dinheiro como preponderante para a existência da relação do trabalho doméstico.

Isso significa dizer que as mulheres desvelaram por meio do filme que a interação de ordem socioeconômica é um importante fator que interconecta os dois grupos de mulheres e cria uma relação de interdependência, ou seja, a contratação do trabalho doméstico, essencialmente a mão de obra feminina, se torna uma necessidade para as patroas quando essas começam a usufruir de uma elevação socioeconômica, ou seja, precisam ganhar dinheiro fora do ambiente doméstico. Em sua grande maioria, as patroas analisadas relataram a necessidade de ter uma mulher que lhes ajudasse com os

afazeres domésticos para que elas pudessem cuidar dos filhos, ou até mesmo, dar continuidade aos estudos e trabalhar.

Do outro lado dessa relação, as domésticas participantes expuseram que, assim como a personagem Val, o ingresso nesse tipo de atividade laboral se deu em função da necessidade econômica, principalmente após a migração de suas cidades de origem para a capital sergipana. Segundo a quase totalidade dos relatos, as domésticas eram ainda adolescentes quando começaram a trabalhar e precisavam de uma renda que garantisse a sobrevivência dela ou da sua família. É claro que essa necessidade econômica não pode ser dissociada de outros fatores de ordem social e cultural como veremos nas análises feitas ainda nessa etapa de discussões.

Renda e Educação

Dentro da interação socioeconômica o fator renda aparece como um elemento de distinção social, mostrando que as patroas são aquelas que possuem renda suficiente para suprir as demandas financeiras da casa e ainda podem contratar pelo menos uma trabalhadora doméstica. E as trabalhadoras domésticas são aquelas que precisam de pelo menos um salário mínimo para conseguir suprir as necessidades básicas.

Essas discrepâncias podem ser explicadas porque o grupo de patroas de algum modo saiu do trabalho reprodutivo para a esfera da produção, enquanto as domésticas dão prosseguimento à forma capitalista de valorar o trabalho doméstico. De acordo com Pochmann (2012), as teorias clássicas sobre o trabalho situavam o trabalho reprodutivo no polo oposto ao produtivo. Enquanto este último trata do trabalho que produz riqueza e reproduz o capital, ou daquele que está inserido no mercado de trabalho que gera valor monetário, o trabalho improdutivo é aquele em que “a mão de obra alocada gera valor econômico insuficiente para a sua própria manutenção, o que impede a existência de excedente econômico a ser apropriado por outrem” (POCHMANN, 2012, p. 48).

A respeito desse valor econômico gerado pelo trabalho, tanto patroas quanto domésticas destacaram a não evolução financeira da Val (doméstica) durante o filme, apontam como fatores aspectos como o desinteresse da doméstica em mudar o contexto vivenciado, mas principalmente a não colaboração da patroa para a transformação da realidade. Para as receptoras, a estagnação socioeconômica fica evidente no fato da

doméstica trabalhar tantos anos na casa da patroa e não ter conseguido comprar uma casa própria para morar com a filha quando essa decide fazer vestibular em São Paulo.

Essa análise feita pelas patroas e empregadas, inclusive relatando experiências similares a esse contexto, de certo modo nos remete a ideia de que a "alienação"²³ do trabalho", descrita por Marx no ápice da Revolução Industrial, ainda é uma realidade. Segundo Carvalhal (2004), a alienação atinge seu ápice quando o trabalhador perde o controle sobre o seu lugar – a casa. Para o autor, mesmo que consigam sentir/ver a necessidade de um lar, estranham a ideia de um lar que não seja aquele voltado às suas necessidades de trabalhador e não de um ser social, dotado de vontades e desejos. Sem falar nas condições em que as famílias realizam a reprodução de suas vidas.

De uma certa maneira poderíamos pensar que o caracol teria reencontrado sua concha, na medida em que tende a realizar a produção no âmbito de sua morada e em alguns aspectos munidos com seus próprios meios de produção, porém em muitos casos sem o poder/domínio dessa produção. Observamos que o trabalho domiciliar se coloca para a mulher, como uma alternativa, pela exclusão de espaços de atuação no mercado de trabalho formal, pela exclusão de tarefas melhores remuneradas e melhor prestígio. CARVALHAL, 2005)

O filme coloca uma patroa, pertencente a uma condição socioeconômica elevada, com poder aquisitivo para contratar diversos trabalhadores domésticos para a própria residência, inclusive, possibilitando a moradia deles em dependências exclusivas. Porém, a trabalhadora doméstica que cuida do lar da patroa não teve a condição de conquistar o seu próprio um lar (casa própria). Sobre esse aspecto, Pochmann (2012), o trabalho doméstico voltado para as famílias possui características distintas da observada no emprego de mão de obra em outros setores, “sua existência relaciona-se mais à combinação da concentração de renda e riqueza com a existência de parcela significativa de trabalho sobrando às atividades desenvolvidas nos setores públicos e privados” (POCHMANN, 2012, p.46).

As receptoras falaram de experiências com a moradia na casa dos patrões nos anos iniciais, todavia, no momento da pesquisa elas já estavam vivendo em residências alugadas. Elas relatam que a melhoria de renda e a possibilidade de sair da casa dos

²³ A ideia de trabalhar em casa, além de criar a ilusão do negócio próprio, do ponto de vista do gênero, supre as expectativas da mulher em conseguir mais fácil e rapidamente lidar com a dupla jornada de trabalho, sem ter de dispor de parte de seus recursos financeiros para o pagamento de um funcionário, na realização dos afazeres domésticos. O trabalhador não se desvencilha da alienação e passa a se estranhar enquanto ser social. Este ser social dotado de capacidades, se vê refém de seu sustento na medida em que perde o poder sobre a gestão e controle de sua sala de jantar, do seu quintal e da sua casa por inteiro.

patrões só foi possível após a mudança na legislação trabalhista com a promulgação da PEC das domésticas.

As entrevistadas atribuem a ampliação da renda à uma série de direitos que as patroas foram obrigadas a pagar após da consolidação da legislação para o trabalhador doméstico. As patroas endossaram que ficou mais oneroso para elas manter uma doméstica em casa, inclusive, destacaram que muitas trabalhadoras começaram a ver maiores vantagens em não possuir um vínculo empregatício formal (integral), pois, começaram a perceber que o enquadramento como diaristas²⁴ lhes era mais vantajoso economicamente.

Se a relação é apenas econômica, então, porque não contratar um homem para a mesma finalidade? Por que as patroas não escolhem um "trabalhador doméstico" para substituí-las no momento em que precisam sair para a esfera pública? As respostas para esses questionamentos nos levam ao entendimento de que existe algo além das questões socioeconômicas mediando a existência do trabalho doméstico.

O que verificamos é que existem componentes socioculturais que mediam a relação do trabalho doméstico. Esses, segundo verifica Saffioti (1987), estão presos a uma identidade social naturalizada que contém funções familiares estruturadas. Para ela, foi nesse fluxo que a mulher foi exercendo “naturalmente” sua função de mãe e a de cuidadora do lar. Enquanto que ao homem, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar.

Porém, a naturalização legitimada pela cultura não significa dizer que haja uma reprodução acrítica de comportamentos e das dinâmicas do trabalho doméstico, é preciso considerar que a cada nova época ocorre mudanças que devem ser consideradas como ativas na reconfiguração da estrutura social. Por isso, acreditamos que existem muitos elementos de ordem sociocultural que mediarão a compreensão de patroas e domésticas sobre o filme "Que Horas Ela Volta?", sobretudo, em se tratando de um conjunto de indivíduos heterogêneos que mesmo envolvidos em uma dinâmica de trabalho similar não formam necessariamente a mesma comunidade interpretativa.

O conceito de comunidade interpretativa é central neste enfoque porque o significado das mensagens é extraído de dentro dessas comunidades que, por natureza, são desestruturadas. Não há na comunidade interpretativa nenhuma

²⁴ Os pesquisadores consideraram como diarista a profissional que disse trabalhar em mais de um domicílio e como mensalistas as que trabalham em apenas uma residência. É um critério aproximado, já que é possível haver diaristas mesmo entre as que atuam em somente uma residência.

composição familiar, ocupacional ou de classe social. Não se espera, portanto, similaridade de interpretação entre indivíduos da mesma família ou da mesma classe social, já que estes agrupamentos sociais não formam comunidades interpretativas. Cada indivíduo tem sua própria comunidade interpretativa cujos integrantes são as pessoas com as quais vai interagir em todas as esferas de sua vida pessoal e profissional. Existe, portanto, um nexo social para cada indivíduo e é com base nesse nexo social que ocorre a decodificação e se formam os significados dos meios de comunicação. (RUÓTULO, 1998, p.8)

A respeito dos grupos constituídos (patroas e domésticas), entendemos que o universo cultural de cada receptora da pesquisa se construiu num processo de interação sociocultural único que foi ativado pelo produto do cinema apresentado, o filme "Que Horas Ela Volta?", acerca dessa interação que ocorre Ruótulo (1998) afirma que:

Os receptores interagem, ainda que indiretamente, com os produtores para obter os conteúdos que desejam e interagem com outros receptores para extrair e formar os significados da comunicação. A maior e mais importante interação é a que ocorre com outros receptores que formam “comunidades interpretativas”. (RUÓTULO, 1998, p.8)

A interação que nos levou a percepções sobre a cultura do trabalho doméstico que foram fundamentais para a compreensão dos sentidos emergentes. A primeira que destacamos é a relação entre as mulheres que existem debaixo dos papéis sociais da patroa e da doméstica. Por que as mulheres se tornam as protagonistas dessa relação trabalhista e humana? O que percebemos nesse sentido é que para as patroas, somente outra mulher pode dar conta de questões específicas do lar, tais como: cuidar dos filhos, limpar, cozinhar, passar etc.

Tal pensamento legitimado não somente pelas patroas, mas também pelas domésticas, tem raízes socioculturais que podem ser entendidas a partir da ideia de *habitus* descrita por Bourdieu (1982). O teórico fala de um “sistema de disposições para a ação” que conecta os modos de pensar, agir e sentir às disposições apreendidas no passado. Esse *habitus* também condiciona a maneira com que as pessoas costumam pensar o masculino e o feminino e os papéis que esses gêneros assumem, criando assim um *habitus* de gênero.

Dentro dessa lógica, consideramos que as patroas acabam por repassar para as representantes eleitas (domésticas), as competências que lhes caberiam dentro da tradição patriarcal, a de administrar o espaço da família. Porém, apesar de delegarem as funções que elas não poderão desempenhar devido à jornada dupla de trabalho, as patroas se tornam responsáveis pela fiscalização e manutenção das atividades, tornando-

se com isso, responsáveis pelo fracasso ou sucesso do bom andamento do trabalho executado pelas domésticas.

As sociedades são consideradas patriarcais por natureza , com as mulheres ocupando uma posição subordinada. Neste sistema, as mulheres são responsáveis pelo cuidado dos filhos, por outros cuidados e pelo trabalho doméstico, e aos homens toca o papel de principais provedores (mesmo que, na prática, muitas mulheres assumam também esta responsabilidade). Os valores culturais, a divisão de responsabilidades e o ordenamento patriarcal da sociedade ajudam a explicar a menor participação das mulheres na força de trabalho e os tipos de segregação ocupacional observados no mundo. DEGRAFF E ANKENER (S.D.)

Em relação às domésticas, os dados também nos mostram que a opção pelo trabalho doméstico tem uma explicação intimamente ligada à tradição cultural desse tipo de prática. O que verificamos foi que antes de se tornar uma atividade remunerada, cuidar do lar foi a única formação que as mulheres entrevistadas tiveram de maneira natural, seja porque tiveram mães domésticas ou porque a elas sempre foi delegada essa condição de cuidar da casa.

Porém, é preciso destacar que o sentimento de sujeito “agregado”, definido por Freyre (2006), fazendo uma comparação do trabalho doméstico na atualidade com a Casa Grande, para por um novo momento de reificação com a nova legislação trabalhista. Essa constatação não elimina a percepção de que os desafios encontrados pelas domésticas para a valorização do seu ofício ainda são muitos, principalmente por ainda ser preponderante a lógica da cultura do trabalho doméstico não remunerado, ou seja, um estigma que segundo Gelinski e Pereira (2005), obedece à lógica do trabalho improdutivo, aquele que não gera valor de troca e não atende a lógica capitalista.

Além das bases culturais apontadas acima, enquadrados dentro da categorização "interação sociocultural" outros sentidos pontuados de maneira recorrente pelos dois grupos de mulheres: formação educacional e cultural. As participantes destacaram o acesso a escolarização e bens culturais foram determinantes para a consolidação dos papéis sociais tanto no filme quanto na vida. Segundo descrevem, as relações que patroas e domésticas estabelecem perpassam pelos níveis de educação formal e cultural que tiveram ao longo das suas formações enquanto sujeitos.

acesso a escolarização

A subcategorização "acesso a escolarização" pode ser discutida a partir de duas perspectivas: a primeira associada ao entendimento de como os níveis de escolarização influenciam na leitura do filme "Que Horas Ela Volta"; a segunda perspectiva relacionada à percepção de patroas e doméstica no que se refere à educação enquanto componente estruturante dos papéis que vivem na dinâmica do trabalho doméstico.

Para essa análise consideramos a ideia de Bourdieu e Passeron (1982) sobre a relação da escola e a estrutura das relações entre classes sociais. Para os autores, existe a análise de que a escola não seria uma instância neutra que transmitiria conhecimentos superiores e avaliaria seus alunos segundo critérios universais. A tese defendida por eles é de que a escola é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes, pois, os procedimentos pedagógicos estão vinculados ao habitus compartilhado por esta classe dominante e, existem sob o discurso da "educação legítima", imposto aos dominados sob a forma de um "arbítrio cultural" que eles assimilariam sob a pena de não prosseguirem nas séries seguintes ou até mesmo no próprio sistema de ensino.

No que se refere a essa perspectiva de escolarização, verificamos as patroas constituíam um grupo com formação educacional heterogênea, ou seja, composto por mulheres que tiveram acesso ao ensino formal. Uma parte do grupo tem o ensino médio completo, algumas delas chegaram ao ensino superior e conquistaram uma profissão respeitada socialmente, apenas poucas tem apenas o ensino fundamental.

As domésticas possuem uma realidade de acesso à escolarização diferenciada, a quase totalidade das receptoras não possuem o ensino fundamental completo e apenas duas chegaram a concluir o ensino médio. Essas diferentes realidades de acesso à escolarização pode ser aproximada da visão de Foucault (1968) que vê uma relação entre poder e saber, para ele por trás do saber está a ideologia do dominador. Essa ideologia deve ser entendida como um pensamento de dominação que organizou as estruturas de poder, inclusive criando um domínio do saber.

Apesar dessa condição privilegiada de educação, as percepções das patroas em relação ao filme não foram muito diferentes das análises das domésticas. A variedade de níveis de escolarização não se mostraram determinantes na leitura do produto fílmico a elas apresentado, pois, o processo de elaboração dos significados esteve atrelado essencialmente ao empirismo com o trabalho doméstico, desse modo, os sentidos que

apareceram foram fruto de leitura relativamente crítica e fundamentada nas experiências. Afinal, o universo cultural dos sujeitos nasce da interação e dos processos de aprendizagem que se dão nas trocas humanas. Para Paulo Freire, “o sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”.

Apesar da leitura que as receptoras fizeram acerca do filme "Que Horas Ela Volta?" não ser afetada pelos níveis de escolarização, devido a intimidade que as mulheres possuem com a temática, não podemos desconsiderar que a educação é um fator de distinção social. Os dois grupos valorizaram através das suas percepções, os saberes oriundos de uma educação formal e de uma cultura elevada. Tais percepções apresentadas pelos grupos nos aproxima da ideia dos três estados do capital cultural” descritos por Bourdieu (1979):

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais -quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que são, supostamente, a garantia-propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 1979, p.02)

Além disso, não devemos deixar de considerar nessa análise que a realidade educacional brasileira, assim como de outras sociedades, foi construída num processo de circularidade cultural como aponta Ginzburg (2006). Essa circularidade é responsável pela existência de desníveis no interior das assim chamadas sociedades civilizadas:

[...] Todavia, o emprego do termo cultura para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico e relativamente tardio [...] Só através do conceito de "cultura primitiva" é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como "camadas inferiores dos povos civilizados" possuíam cultura. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim a consciência pesada da opressão de classe. (GINZBURG, 2006, p.12)

O grupo de patroas de maneira unânime falou sobre a diferenciação entre os níveis educacionais acessados pela doméstica (Val) e pela filha da doméstica (Jéssica)

que a escolarização fez na vida das personagens ficcionais. Para as receptoras, a condição da empregada tem relação com a falta de oportunidades de educação que ela teve tanto na sua cidade natal quando na capital paulista. Em contrapondo, expõe que a filha da empregada teve uma trajetória diferente da mãe, tendo a oportunidade de receber educação formal em sua cidade natal e foi em busca de ampliar a formação na capital por meio do ingresso na faculdade.

Os dois grupos colocam que foram os níveis de educação e cultura demonstrados pela filha da empregada que criaram os principais acessos apresentados no filme: acesso aos espaços da casa, acesso ao respeito dos patrões e acesso à uma mudança de atitude da doméstica. A partir dessas percepções, a maior parte do grupo de patroas se colocou como fomentadora de educação, ou seja, relataram que incentivaram que as domésticas que trabalharam em suas residências foram estimuladas ao estudo e algumas delas até acessaram profissões como professoras, enfermeiras e fisioterapeutas.

Do outro lado, apenas duas doméstica relataram haver incentivo aos estudos por parte das patroas, incentivo esse que aconteceu na adolescência das domésticas. O que mais aparecem são relatos de humilhações, de subestimação da inteligência das empregadas, uma espécie de diminuição da capacidade intelectual das trabalhadoras frente as tarefas que elas precisam cumprir. As domésticas falam de como os patrões tratam de maneira diferenciada as domésticas que tem conhecimento e muitas afirmaram que se tivessem estudado não seriam domésticas.

Esses dados nos levam à percepção de como o conhecimento é um elemento de distinção e como o fator educação pode promover a transformação social. Quando as patroas dizem que possuem ex domésticas que venceram na vida, elas apontam para uma superação a possibilidade de que os níveis de acesso são determinantes para que algumas mulheres tenham o trabalho doméstico por como profissão.

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BOURDIEU, 1998, p.53).

As domésticas foram unânimes ao afirmar que não desejam ter as filhas envolvidas com o trabalho doméstico enquanto profissão, para evitar que essa realidade chegue até elas, garantem investir na educação como forma de ofertar para as filhas

oportunidades distintas daquelas que tiveram. Esse dado importante apareceu a partir das percepções das domésticas acerca da personagem Jéssica (filha da doméstica) e os sentidos apontam para uma ruptura com o ciclo da cultura do trabalho doméstico. Esse é um fator relevante a ser considerado, principalmente porque até a geração das empregadas entrevistadas tal alternativa parecia improvável.

Olhar geracional

Na pesquisa trabalhamos com uma variedade etária interessante, o grupo das patroas, por exemplo, foi composto por mulheres acima dos cinquenta anos. Esse fator geracional, de certo modo, teve influência da análise que as mulheres proferiram acerca do filme. O fato de terem contratado o trabalho doméstico num momento anterior à consolidação das leis trabalhistas fez com que as receptoras tomassem certas referências do passado para avaliar o comportamento das domésticas no presente.

As patroas no contato com o filme resgataram memórias de relações domésticas estabelecidas informalmente décadas atrás, expuseram situações de acolhimento a jovens vindas do interior e que passaram a residir em suas casas com a finalidade de cuidar dos afazeres domésticos, além de auxiliar no cuidado dos filhos pequenos.

O grupo de doméstica teve maior variedade etária, sendo composto por mulheres entre 20 e 60 anos, apesar da diferenciação de idade, a elaboração de sentidos acerca do filme não teve grande oscilação. O que estamos tomando como parâmetro para essa afirmativa são as percepções acerca das representações femininas existentes em "Que Horas Ela Volta?".

De maneira geral, as domésticas, independentemente da faixa etária, pareceram compartilhar de uma mesma visão acerca das condições que são oferecidas para a categoria à qual pertencem, para elas não houve tratamento digno na maioria das casas que trabalharam. Elas transferiram do filme para a vida as inquietações geradas pelas ações das patroas. O grau de consciência crítica frente aos atos que elas consideraram humilhantes e vexatórios foi similar tanto nas domésticas com mais idade quanto nas mais novas. Porém, apesar da consciência elas permanecem no trabalho por causa da necessidade financeira.

Diante dessa uniformidade de olhares por parte das domésticas podemos analisar que as trabalhadoras domésticas e patroas fazem um gerenciamento das emoções por

uma necessidade de trocas: a patroa necessita do serviço e a doméstica precisa do dinheiro. Essa relação entre emoções e trabalho foi conceituada por Hochschild (1983) como trabalho emocional:

Termo que significa gerenciar os sentimentos para criar uma expressão corporal e facial pública; o trabalho emocional é realizado para se obter um salário, portanto, existe um valor de troca. Os sinônimos ‘trabalho emocional’ ou ‘gerenciamento emocional’ são usados para se referir às ações feitas no contexto particular, onde esses valores são apresentados. (HOCHSCHILD, 1983, p. 7)

Os dois grupos, apesar de representarem papéis sociais distintos, de maneira geral revelaram sentidos similares em relação à doméstica, patroa e filha da patroa. Isso significa dizer que de alguma forma a diferença de gerações e realidades sociais promoveu um compartilhamento de símbolos comuns acerca do mundo social assistido e vivenciado pelas receptoras. Bourdieu (1989) acredita que "os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’ [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.10).

Para ele, os símbolos exercem forte influência na subjetividade dos seus integrantes, constituindo-se num fator importante para se compreender qualquer natureza de espaço organizacional, mas devemos observar que “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)”. Essa distinção, levando em consideração o fator geracional, apareceu apenas nos relatos de poucas patroas e domésticas. As percepções, por exemplo, da doméstica com menor idade e da que possui maior idade foram similares. As duas receptoras construíram sentidos semelhantes acerca da conduta de domésticas e patroas, e não divergiram na análise comportamental da filha da empregada. As duas domésticas se identificaram com a personalidade e o comportamento questionador da filha, acreditando que ela foi fundamental para que a personagem Val modificasse a sua postura durante o filme.

6.2 Interação Socioemocional

Os dados nos conduziram à percepção de que as principais disputas entre patroas e empregadas estão dentro da esfera socioemocional, talvez, porque apesar de termos

um contexto contemporâneo mais avançado para as questões trabalhistas, algumas heranças histórico-culturais ainda estejam entranhadas na estrutura do trabalho doméstico, dentre essas questões a dicotomia esfera pública e esfera privada.

Na dimensão privada como o lar existem relações interpessoais estabelecidas, os sujeitos trocam mais do que serviços por remuneração, são trocados afetos e emoções. O ato de cuidar, ainda que seja característica essencial do trabalho doméstico dentro do lar, ganha uma proporção afetiva que gera a sensação de pertencimento naquele que cuida. Para Walker e Woods (1976), em uma unidade doméstica, trabalho seria a atividade proposital com a qual a satisfação serve às necessidades físicas e espirituais de um indivíduo ou uma comunidade (coletividade). Os autores salientam que dentro de uma unidade doméstica não é no sentido de ter um emprego, mas sim no sentido de se ter uma ocupação que é necessária à sociabilidade das famílias.

Por essas características do trabalho doméstico que consideramos significativos os sentidos emergentes na esfera da interação socioemocional, pois, acreditamos que se conectam de forma mais abrangente com a subjetividade dos sujeitos. Segundo afirma (Durand, 1993), o universo subjetivo dos signos, imagens, metáforas, mitos e alegorias caracterizam a dimensão simbólica da vida humana.

Nessa perspectiva de valorização das emoções dentro das relações sociais, Hochschild (2003) fala da "sociologia das emoções" ²⁵ como um processo no qual as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento ideal construído na interação social, e procuram manusear e administrar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa. Como a autora observa, o trabalho das emoções é mais acentuado entre os subalternos do que entre os senhores, entre os dominados do que entre os dominantes. Assim, em uma perspectiva de gênero, ele é mais acentuado entre as mulheres do que entre os homens.

A autora ao pensar sobre a divisão de gênero no trabalho emocional, focaliza como as mulheres administram as emoções, quais os custos e benefícios de fazer isso em público e na vida privada. Para a estudiosa, as emoções funcionam como um mensageiro do self, um agente que relata instantaneamente a conexão entre o que estamos vendo e o que esperávamos ver, informando-nos sobre o que nos sentimos preparados para fazer sobre isso. interacionista.

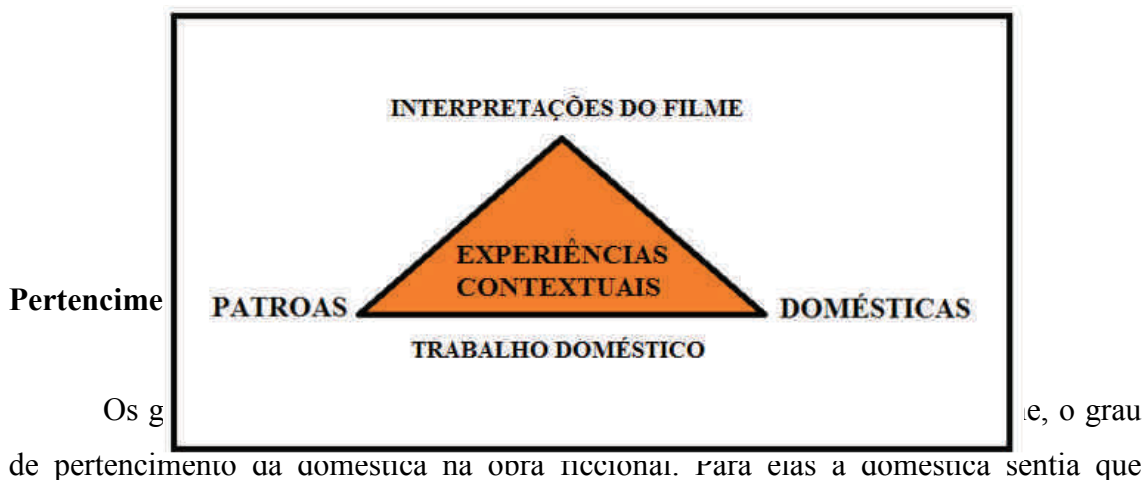
As emoções não são estados internos (inconscientes) dos indivíduos, mas se originam nas relações sociais, pois elas estão intrinsecamente relacionadas com nossas experiências na sociedade. (HOCHSCHILD, 1983, p.17)

A estudiosa acredita que os sentimentos não estão guardados dentro das pessoas, como na abordagem organicista, mas a administração das emoções pode contribuir para a própria criação de sentimentos, de acordo com o olhar

A interação socioemocional em nossa pesquisa analisa a triangulação existente entre as patroas e domésticas com o filme, com as dimensões simbólicas do trabalho doméstico e com as trocas socioemocionais entre os dois papéis sociais. Nesse sentido, levamos em consideração a perspectiva de Dandridge, Mitroff e Joyce (1980) que analisam as organizações burocráticas, e não podemos deixar de olhar o trabalho doméstico por essa lógica, produzem e consomem símbolos como forma de representar o mundo que lhe confere significação e, principalmente, como forma de demarcar os limites da organização simbolicamente construídos.

Para os autores, isso significa dizer que o simbólico expressa um conjunto de ideologias, imagens e valores que são ao mesmo tempo importantes para alguns e imperceptíveis para outros. Turner (1992) nesse sentido, diz que o reconhecimento destes limites simbólicos ajuda a registrá-los na experiência de seus membros que, por meio de rituais que são repetidos e re-significados, se identificam com a comunidade de significados existente dentro deste perímetro simbólico. Esta comunidade, por sua vez, simboliza o passado e deste modo produz classificações e identidades que formam a base para se compreender o presente

Tabela 7: Triangulação interativa entre as receptoras do filme e as experiências contextuais



pertencia àquele lar e àquela família, pois, além do fato dela ter cuidado do filho da patroa, havia ainda um quartinho destinado para ela morar. Porém, verificaram que as condutas da patroa demonstravam que a inclusão da doméstica na família era de aparência.

Segundo acredita Pochamann (2012) essa dinâmica interna ainda vigente na relação entre patrões e domésticas tem herança escravista. Para o autor, o trato com as empregadas domésticas numa esfera pessoal é essencialmente desigual, aparentando, no entanto, apresentar contornos familiares. Ele acredita que “parte significativa das atividades desenvolvidas nos lares brasileiros carrega ainda hoje traços semelhantes observados no passado serviçal e escravista” (POCHMANN, 2012, p. 49).

A respeito dessas relações internas entre a patroa e a doméstica do filme, os dois grupos de receptoras apontaram a chegada da filha da empregada como o acontecimento determinante para que ficasse perceptível a distância afetiva/familiar que a patroa tinha da doméstica.

Com a aproximação feita das próprias experiências, o grupo de patroas em sua maioria disse que as domésticas com as quais trabalharam mais tempo se tornaram parte da família. Segundo descreveram, o principal indício de valorização das pessoas que trabalharam em suas casas era a não denominação de "empregadas" ou "domésticas".

Para elas, as trabalhadoras eram tratadas como pessoas "normais". O que entendemos com essas abordagens das patroas é uma tentativa de humanização das relações de trabalho com o propósito de estreitar os elos. Porém, a ideia de ser normal nos sugere em oposição um conceito de anormalidade, como se o ofício de doméstica estivesse numa condição de diferenciação que não é positiva, mas que se torna positivada quando os papéis sociais são mascarados.

Apesar dessas dissonâncias as patroas asseguram que sempre ofertaram um ambiente acolhedor para as domésticas, enquanto as domésticas demonstraram que as ações hostis das domésticas preponderaram. As domésticas asseguram que mesmo com todas as situações sofridas nunca deixaram de zelar pelas casas que trabalharam ou residiram, oportunizando que as patroas pudessem fazer as suas atividades fora do lar.

Nessa perspectiva, as domésticas cumprem um papel que de acordo com Gelinski e Pereira (2005), satisfazem as necessidades emocionais daqueles que precisam trabalhar fora de casa, ajudando a manter o equilíbrio psicológico de tal força de trabalho, assegurando a reprodução das relações de produção capitalista.

A percepção que nos chegou através dos dados é que as domésticas constroem (construíam) uma relação mais afetiva visando estabilidade no trabalho, tanto de ordem emocional quanto financeira. Apesar da necessidade de um bom relacionamento, as empregadas em unanimidade mostraram não acreditar nos discursos de inclusão familiar das patroas com as quais trabalharam, para elas as ações mostravam a verdade sobre esse pertencimento familiar. De acordo com as narrativas, o pertencimento estava condicionado à conveniência e se mostrava frágil na presença de outras pessoas do círculo social das patroas, assim como acontece no filme.

Territorialidade (espacial e simbólica)

Ao analisar o filme, patroas e domésticas identificaram os territórios estabelecidos para uso da doméstica (Val) e da sua filha (Jéssica), inclusive, destacaram que a filha da empregada ganhou o acesso a outros espaços da casa por ter se mostrado uma garota inteligente e culta. Para elas essas qualidades da menina permitiram que ela dormisse no quarto de hóspedes, comesse na mesa com o patrão e tomasse do sorvete de melhor qualidade.

Elas compreenderam que os direitos às mesmas oportunidades, inclusive, a de não ter um quarto melhor estavam relacionadas com o fato da doméstica não possuir conhecimentos (estudo) e não saber conversar no nível dos patrões. Essas representações do filme fizeram com que elas relembassem as suas próprias narrativas, nas quais reforçaram a ideia de valorização e inclusão das domésticas na dinâmica do lar.

Os sentidos nos alertaram para a existência de uma geografia que coloca limites físicos e simbólicos dentro do ambiente do trabalho doméstico e nas relações estabelecidas entre patroas e empregadas. Por isso, não podemos deixar de considerar a existência um campo específico, ou seja, o campo do trabalho doméstico onde esses territórios se estruturam.

De acordo com Bourdieu (1989), o campo é um espaço estruturado relativamente autônomo com regras próprias de funcionamento e com suas próprias relações de força. Essa autonomia relativa, por conseguinte, está condicionada a existência de um corpo reconhecido de agentes consagrados, de procedimentos

estimulados ou proibidos e da vinculação dos indivíduos a um tipo específico de atividade.

E como já dissemos, o campo do trabalho doméstico, suas disputas e seus territórios se constituíram nas dicotomias "público x privado", "produção x reprodução", "visibilidade e invisibilidade":

Nesse sentido, com o trabalho domiciliar houve a junção novamente do espaço da produção e da reprodução, o capital passa então a interferir no seu cotidiano, na configuração do ambiente familiar, na territorialização da família (trabalhadora), onde todos os cômodos da casa passam a ter a funcionalidade de servir a produção. CARVALHAL, 2005)

O território principal que surgiu nesse campo de disputa explicitado pelos dados está nas relações de gênero no contexto da classe trabalhadora. Carvalhal (2005), nesse sentido, considera as constantes redefinições territoriais hegemônicas pelo capital demanda que a Geografia expresse seu importante papel de desvendar o que está colocado para a sociedade, numa simbiose entre formas e significados. Assim, o espaço geográfico pode ser entendido como uma estrutura expressão da existência da estrutura de classes sociais e da divisão sexista.

E no caso da mulher, a possibilidade de ir além do que está posto enquanto relações sociais cristalizadas, na paisagem e no território, se tornam cada vez menos vislumbrável com o trabalho domiciliar, pois as tarefas realizadas passam a fazer parte de sua casa e cotidiano, com a falsa ideia de negócio próprio, eliminando a necessidade de sair de casa para trabalhar e ainda obtendo renda através desta atividade. (OLIVEIRA, 2001, p. 105)

A relação territorial espacial ou física foi citada pelos dois grupos de receptoras. Todas as patroas tiveram a experiência em algum momento da vida de ter uma doméstica morando em casa. Elas relatam que havia um quarto próprio para a trabalhadora com condições dignas, inclusive, como vimos anteriormente, além desse espaço ser um sinal de inclusão, elas afirmaram que as domésticas pertenciam a família. Todavia, há uma contradição nos dados quando relacionamos a afirmativa de pertencimento com a percepção dos limites de circulação das domésticas nos lugares (espaços da casa), pois, pertencer sugere livre circulação dos corpos nos espaços e as domésticas relataram que os cômodos ou vivências na casa da patroa podem ser acessados ou não.

As patroas apesar de frisarem que as domésticas eram consideradas parte da família, e na comparação com a realidade fílmica terem pontuado que nunca segregarem

os espaços da casa, foram contraditórias quando defenderam a ideia de limites no lar. Todas as receptoras do grupo das patroas afirmaram que às domésticas sempre concederam liberdade e acesso a todos os espaços da residência, inclusive, era costume lhes dar o direito de fazer as refeições na mesma mesa e na mesma hora. Porém, foram em sua maioria favoráveis à separação entre domésticas e patroas dentro do lar para que haja hierarquia e respeito.

Esses limites impostos, visíveis ou invisíveis, demonstram uma finalidade disciplinadora que segundo Foucault (1987) atua como um poder moldador da alma (interioridade) do indivíduo.

[...] poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas; além disso o poder é tolerável somente na condição de que se mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos” (FAIRCLOUGH, 2001, p.75)

As domésticas trouxeram dados que mostram não somente a territorialidade espacial, com restrição do uso de espaços para higiene pessoal e alimentação, como também a segregação alimentar. Os sentidos apontaram para uma divisão dentro do lar que gera uma disputa simbólica baseada muitas vezes em formas opressivas de comportamento.

O que conseguimos perceber é que nesse lugar da disputa por território, os vínculos socioemocionais podem ser fortalecidos ou profundamente abalados, causando reações de ordem emocional que refletem diretamente na qualidade do trabalho executado. A motivação das domésticas apareceu intimamente ligada à estruturação dos espaços (físicos e simbólicos) e dos acessos construídos dentro do lar pelas patroas.

Direito e Emancipação

O que podemos evidenciar é que as domésticas e patroas estão num processo de readaptação das relações privadas às reconfigurações legais, principalmente as que dizem respeito ao direito trabalhista. O que parece haver é um novo momento social onde capital e trabalho se reacomodam. Porém, esse novo momento não é fruto de uma luta social que acontece no presente, ela é herança também de um processo de resistência cultural.

“Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos”. (IAMAMOTO, 2003, p.66)

Porém, é preciso considerar que para consolidação o direito, se faz necessário que os sujeitos atuem para assegurar a sua efetivação. As lutas sociais que trouxeram a conquista legal nasceram do desejo de grupos minoritários por mudanças estruturais. Esse desejo se materializou na fala dos dois grupos de receptoras com os quais trabalhamos, as patroas e as domésticas apontaram positivamente para as transformações que aconteceram na vida da personagem Val. A respeito do desejo, Deleuze (1979) afirma que ele modela, difunde e faz com que o poder exista tanto no nível de “um reles tira como de um primeiro ministro”.

Foucault (1979) concentra o estudo do poder no indivíduo. Para ele, o ser humano é o efeito número um do poder e simultaneamente seu centro de transmissão. Nessa perspectiva podemos pensar que as domésticas que participaram da pesquisa mostraram que o desejo de mudança está podendo ser transformado em ação com o respaldo da nova lei trabalhista. Um novo posicionamento que aponta para a consciência de um poder que antes parecia desconhecido, ou seja, a pesquisa nos colocou diante de mulheres mais empoderadas, capazes de participar das disputas existentes na relação de poder do trabalho doméstico melhor equipadas.

A consciência desse poder, pode segundo Foucault (1979), ter uma interferência fundamental na identidade dos indivíduos, pois, para ele todas as características fixadas numa pessoa são produtos de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças” (Foucault, 1979, p. 162). Segundo descreve, o poder transita pelo indivíduo, que ele constituiu, sendo o sujeito ao mesmo tempo detentor e destinatário do poder que se exerce sempre em uma relação.

A percepção das receptoras sobre uma nova atitude da doméstica representada pelo filme foi influenciado, principalmente, pela entrada da personagem da filha (Jéssica) na narrativa fílmica. Os questionamentos feitos pela filha da doméstica demonstram posicionamentos firmes contra a opressão sofrida pela mãe na casa dos patrões. Foram essas percepções no enredo do filme que fizeram os grupos de receptoras adentrarem na questão do direito trabalhista.

Elas falaram sobre a nova postura da trabalhadora doméstica hoje, afirmaram que após a PEC das domésticas as profissionais querem ser diaristas. Esse é um dado que podemos analisar pela ótica do tempo de trabalho que uma doméstica destina semanalmente à uma residência e consequentemente o vínculo estabelece com as famílias. Quando uma doméstica tem um trabalho de carteira assinada, ou quando ela dorme na residência esse vínculo se mostrou mais estreito entre as trabalhadoras e a família.

Quando elas dizem que as domésticas hoje querem ser diaristas, podemos entender que essas domésticas estão optando por não dormir na residência dos patrões, trabalhar em várias casas durante a semana, o que automaticamente faz com que os laços socioemocionais também se tornem mais superficiais.

As domésticas também ressaltaram a preferência pelo trabalho de diarista, inclusive, falando que a nova legislação lhes deu condição de ir às residências, fazer o trabalho que lhes compete e não manter nenhum tipo de vínculo com as patroas se assim desejarem.

Essa percepção de novos corpos frente às relações de trabalho doméstico, corpos mais políticos, nos remete às ideias de Nietzsche (1977) quando ele descreve o indivíduo forte e independente como: aquele que trata de ser independente, sem estar obrigado a isso, mostra que não apenas é forte mas também possuidor de uma audácia imensa. Aventura-se em um labirinto, multiplica os mil perigos que implica a vida, se isola e se deixa arrastar por algum minotauro oculto na caverna de sua consciência. (Nietzsche, 1977, p. 46).

Nesse contexto de mudança de atitudes, podemos verificar por intermédio do filme que domésticas e patroas de certa forma estão num novo momento de estranhamento do trabalho. Para Antunes (1995) esse estranhamento acontece à medida que a realização do trabalho na sociedade capitalista faz a desrealização do ser social, pois o produto resultado do trabalho aparece para o trabalhador como algo alheio e estranho ao seu produtor. Pela ótica do autor, esse processo não ocorre apenas no resultado mas também no ato da produção, justamente porque o trabalhador não se realiza no trabalho, ele o repudia quando o seu trabalho é compulsório e forçado.

No caso do trabalho doméstico essa repulsa ocorre também numa relação socioemocional que amplia o sentimento de desvalorização e desamor pela profissão. Para Antunes (1995) esses são aspectos que aguçam o estranhamento do trabalho por

remeter à ideia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana. Esse estranhamento apareceu, no contexto da nossa pesquisa, como um prenúncio abalo nessas barreiras sociais, mostrando um rearranjo dos indivíduos e das personalidades femininas dentro do trabalho doméstico.

Empatia e Solidariedade

Os dados nos levaram às categorias "empatia" e "solidariedade", essas diretamente ligadas a questões motivacionais, ou seja, envolvem aspectos biológicos, emocionais e sociais. As duas categorias emergentes tem a condição de interferir diretamente na maneira como as domésticas e patroas agem dentro do lar, seja na interpessoalidade ou na execução das tarefas diárias.

A empatia pode ser entendida como a capacidade psicológica de se colocar no lugar do outro, está relacionada com a habilidade objetiva e racional de tentar compreender sentimentos e emoções de outros indivíduos. Nesse contexto, a empatia pode levar as pessoas a ajudarem umas às outras, está intimamente ligada ao altruísmo e a ideia de amor e interesse pelo próximo.

No âmbito do trabalho doméstico que tem como principal característica uma troca socioemocional constante entre os sujeitos envolvidos, é preciso considerar de acordo com Wacquant (2005), a história individual e grupal sedimentada no corpo, ou seja, estrutura social transformada em estrutura mental. Isso significa dizer que quando patroas e domésticas construíram os sentidos que categorizamos como "empatia" e "solidariedade" elas estão pautando as percepções sociais numa dimensão simbólica que comporta uma série de hábitos aprendidos e legitimados.

O que Wacquant (2005) entende é que o *habitus*²⁶ fornece ao mesmo tempo um princípio de socialização e de individualização. A socialização acontece porque as categorias de julgamento e de ação de um indivíduo, advindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos

²⁶ A noção de *habitus* “[...] exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.”(BOURDIEU, 1989, p.60). Com efeito, a referida noção visa romper com o estruturalismo sem, contudo cair no individualismo metodológico. Deste modo, o *habitus* é definido como o sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores das práticas e representações. É uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, ou seja, refere-se a algo histórico que está ligado à história individual inscrita num modo de pensamento genético, por oposição a modos de pensamento essencialista (BOURDIEU, 1983, 1996b).

sociais similares. Nesse sentido ele cita algumas categorias de hábitos, tais como, habitus masculino, habitus religioso, habitus acadêmico, etc. O princípio da individualização acontece porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização única no mundo, internaliza uma combinação particular e incomparável de esquemas

É nessa perspectiva social e individual que as construções de empatia e solidariedade na relação do trabalho doméstico interage simbolicamente e se materializam na forma como patroas e domésticas percebem o mundo e delineiam os seus modo de agir. Para os sentidos se tornam esquemas de percepção que ajudam a produzir práticas, Bonnewitz, (2003) acredita que entram em jogo o ethos, ou seja, um conjunto sistemático de princípios ou valores em estado prático e de disposições morais que regulam a conduta cotidiana. E também aparece o héxis, que deve ser compreendido como um conjunto de princípios interiorizados pelo corpo, tais como, posturas e expressões corporais que são adquiridas.

Já que entendemos empatia como a capacidade de julgar (criar identificação ou não) e Solidariedade (capacidade de fazer algo), os dois esquemas (ethos e héxis) nos ajudaram a compreender melhor como patroas e empregadas transformaram, ou não, pensamento em ação nas trocas que tiveram dentro da relação do trabalho doméstico. Bonnewitz, (2003) reforça que é pelo ethos que, acontecem os julgamentos e as escolhas e pelo hexis corporal é que assumimos as formas de uso do corpo, que conduzimos nossas ações.

Os sentidos que foram subcategorizados como "empatia" e "solidariedade" apareceram em nossa pesquisa a partir das relações entre as personagens da patroa e da doméstica em "Que Horas Ela Volta?". Ao observarem o enredo proposto no filme brasileiro, os dois grupos de mulheres destacaram que havia um baixo nível de empatia da personagem da patroa em relação à personagem da doméstica. E nenhuma empatia da patroa para com a filha da empregada.

Para elas, apenas nos momentos anteriores à chegada da filha da Val é que se pode ser notado algum sentimento de empatia, porém, esse teria sido motivado por uma relação de interesses da patroa. Elas destacaram como manifestação de empatia a concordância da patroa com a estadia de Jéssica em sua casa durante o período que antecedeu a prova do vestibular, incluindo a predisposição da patroa em pagar o colchão que a jovem dormiria no quartinho da doméstica.

O único momento que pontuaram como ausência de empatia antes da chegada da garota foi a desfeita da patroa ao presente dado pela doméstica (conjunto de xícaras). Para elas, houve uma desvalorização do presente recebido que ficou evidente quando a patroa não considerou que a celebração do seu aniversário uma ocasião importante para inaugurá-lo. Outro evento que destacam como ausência de empatia é quando a doméstica fala da aprovação da filha e há por parte da patroa uma tentativa de limitar o sentimento de conquista que a trabalhadora exhibe.

No que diz respeito às próprias vivências, as patroas disseram que sempre foram empáticas com as domésticas que contrataram, disseram que tentaram oportunizar uma evolução na vida das trabalhadoras similar a que conseguiram conquistar. Elas reforçaram tratar as domésticas da forma que gostariam de ser tratadas e dar condições de trabalho que fossem compatíveis com a dignidade que elas gostariam de usufruir, caso estivessem naquela posição de trabalho. Por outro lado, ao se mostrarem favoráveis à divisão dos territórios espaciais e simbólicos, verificou-se que o sentimento de empatia está diretamente ligado à forma como as domésticas agenciam as próprias condutas no ambiente doméstico. O que ficou evidente é que quanto mais as domésticas enquadram condutas na casa às regras impostas e executam as tarefas atendendo as expectativas das patroas, maior era o nível de empatia.

As domésticas, por sua vez, amplificaram a percepção de que a falta de empatia predomina na relação do trabalho doméstico. Para elas, as patroas não se colocam no lugar da doméstica, por exemplo, quando não deixam que elas usem o banheiro (social e alguns casos o banheiro de serviço) para banho após um dia de trabalho; quando não flexibilizam a saída mais cedo do trabalho para a resolução das demandas pessoais das domésticas; quando restringem a alimentação durante o turno de trabalho ou quando pedem que a jornada seja ampliada para que as patroas possam resolver demandas sociais que possuem.

A categoria solidariedade surgiu a partir das narrativas que se direcionaram as ações de patroas e domésticas, seja na ficção ou na realidade, ações essas que vão além da empatia e promovem (ou não) benefícios ao próximo. Os grupos elencaram ações positivas tanto na narrativa fílmica quando nas próprias experiências, dentre os pontos mais citados pelas receptoras e que compreendemos se tratar de uma relação de solidariedade entre patroa e doméstica no filme estão: a compra do colchão, a cessão do

quarto de hóspedes (mesmo não tendo partido dela a iniciativa), o novo acolhimento da filha quando acontece a tentativa frustrada de alugar um imóvel.

Em relação aos atos solidários da doméstica, os dois grupos foram unânimes e acentuaram que todas as atitudes da doméstica tiveram a intenção de ajudar a patroa, a começar pelo cuidado do filho dela (Fabinho), a execução e presteza com os afazeres domésticos e o zelo quando a patroa se acidentou. A falta de solidariedade da patroa também foi elencada pelos dois grupos, principalmente, quando a filha da doméstica resolve sair da casa dos patrões na véspera do vestibular e a doméstica fica aflita, no momento em que a patroa descobre que a doméstica quebrou uma bandeja.

Tais relatos levaram as receptoras da pesquisa a resgatarem as próprias atitudes solidárias, as patroas garantiram que sempre ajudaram as domésticas de alguma forma, seja pagando alguma parcela do estudo delas, oportunizando algum benefício à saúde ou criando oportunidades para que elas conseguissem adquirir bens duráveis e não duráveis. Mas apontaram a falta de solidariedade das domésticas em ajudar na economia, por exemplo, evitando o consumo ou desperdício de produtos.

Para o grupo de domésticas os eventos de solidariedade são isolados e sempre estão condicionados a um retorno posterior, que será cobrado de alguma forma dentro dos serviços que elas desempenham. A maior parte das domésticas relatou que recebeu presentes de patroas, geralmente utensílios domésticos ou algum tipo de dinheiro para arcar com despesas da casa. Porém, essas mesmas mulheres se mostraram desconfiadas com as ações de solidariedade e afirmaram muitas vezes negar a ajuda para não sentirem devedoras de favores às patroas.

O que verificamos com os dados obtidos é que tanto a "empatia" quanto a "solidariedade" aparecem como condicionadas à trocas dentro da relação doméstica, sejam essas trocas palpáveis ou não. Elas estão sempre balizadas pela ideia de retorno, logo, anulam a possibilidades de trocas desprovidas de interesses. Desse modo, verificamos uma sutil disputa que se apazigua pelas necessidades e convenções intrínsecas no trabalho doméstico.

6.3 Categorias centrais mais específicas para cada um dos grupos

No grupo de patroas evidenciaram-se questões que foram compiladas nas categorias "Respeito e "Regras". O grupo das domésticas compartilhou percepções que

impulsionaram a elaboração das categorias "Maus tratos" e "Assédio". Essas categorias, específicas para cada um dos grupos terão agora sua reflexão.

Tabela 8: Categorias centrais mais específicas para cada um dos grupos

Categoria: Interação Socioemocional		
SUBCATEGORIAS COMUNS	SUBCATEGORIAS DIVERGENTES	
patroas e domésticas	patroas	domésticas
PERTENCIMENTO TERRITORIALIDADES DIREITO E EMANCIPAÇÃO EMPATIA SOLIDARIEDADE	RESPEITO REGRAS	MAUS TRATOS ASSÉDIO

Respeito e Regras (patroas)

As subcategorias "Respeito" e "Regras" acabam por englobar um mesmo conjunto de sentidos, uma vez que a relação do respeito para as patroas aparece como uma consequência da quebra das regras estabelecidas nos contratos do trabalho doméstico. Esses contratos são regidos por uma série de normas que estão na legislação trabalhista, mas também regras que fazem parte da cultura dessa profissão.

As patroas não necessariamente apontaram no filme situações de desrespeito entre as personagens da patroa e da doméstica, a aproximação que fizeram sobre essa questão na verdade foram direcionadas à relação que a filha da doméstica estabeleceu dentro da casa. O que identificamos foi uma relação ampliada, ou seja, as colocações sobre o respeito tornaram mãe e filhas extensões de um mesmo comportamento. Para as patroas de maneira geral, a filha por ser filha da empregada deveria por extensão ter uma conduta similar à da mãe e se enquadrar nas regras estabelecidas por aquela família.

Os dados nos mostraram que as domésticas tem consciência que muitas vezes desagradam as patroas quando não se submetem às regras, principalmente às que foram estabelecidas informalmente. Nessa constatação da consciência, verificamos uma ruptura com a lógica de subordinação descrita por Gramsci (2001), o teórico afirma que é muito comum um determinado grupo social, que está numa situação de subordinação

com relação a outro grupo, adotar a concepção do mundo deste, mesmo que ela esteja em contradição com a sua atividade prática. Ele ressalta que esta concepção do mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior é desprovida de consciência crítica e coerência, é desagregada e ocasional.

A recusa em seguir as regras pode ser vista como um posicionamento crítico e político do corpo, uma não aceitação da cultura de subordinação cultural que acompanha a dinâmica do trabalho doméstico. Sendo assim, podemos concluir que o pensamento e a ação das domésticas apontam para uma coerência que pode ajudar a explicar a reorganização de uma nova concepção de mundo. Nesse sentido, Gramsci (2001) entende que a demonstração de escolhas e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos”.

O que aparece é que justamente na reestruturação das práticas das domésticas que se pauta a noção de respeito e de regras apresentadas pelas patroas. Nesse sentido, elas relataram muitos casos de desrespeito das domésticas, sobretudo, após a conquista de direitos trabalhistas com a PEC das domésticas em 2015. Os relatos anteriormente a esse momento revelaram um maior controle das patroas, elas afirmaram ter mais controle das "rédeas" da casa. Essa afirmação evidenciou uma maior subordinação das domésticas aos contratos dessa relação culturalmente estruturada.

O que não podemos esquecer nessas análises é que os campos sociais, como assevera Bourdieu (1989) são perpassados por um campo de poder que fornece o combustível das relações de força no interior destes campos. Todavia, a dominação social não se sustenta apenas pelas relações de força (a menos que recorra puramente à violência física e/ou psicológica) em virtude da necessidade de se legitimar.

O que se verifica na ideia de regras e respeito das patroas, é justamente a tentativa de legitimação e permanência de uma cultura que podemos analisar pelo ponto de vista da ótica de dominação. Bourdieu (1989) diz que a dominação depende também de uma relação de sentido que seja capaz de impor uma visão de mundo aos dominados e isso supõe a mobilização de um poder de natureza simbólica:

[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo, ou seja, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem”. Ao atingir esta eficácia simbólica, o poder consegue impor significações de mundo como legítimas e ao fazer isso dissimula as relações de força que estão no fundamento da sua força. Neste caso, o poder simbólico assume – dentro de um sistema de relações – o papel de mediador entre dois conceitos importantes da

abordagem defendida por Bourdieu: a doxa e a violência simbólica. ”, (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Dentro dessa perspectiva de "doxa", entendida a partir do conceito husserliano como sendo um processo de socialização do que significa uma “atitude natural da vida diária”. O que se verifica com o estudo é que os sentidos das patroas questionam as rupturas da ordem naturalizada das práticas do trabalho doméstico, essas que de certa forma lhes garantia um funcionamento mais satisfatório das necessidades diárias.

Bourdieu (1989), nesse sentido refere-se a “[...] uma coincidência das estruturas sociais e mentais” fazendo com que a doxa se apresente como “[...] um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal”. Bourdieu aponta para a prevalência de um silêncio perante as situações importas, legitimados pelo discurso que circula, porém, o que verificamos pelas narrativas das patroas é que o silêncio se rompeu e as domésticas agora se expressam pela fala ou pelas ações, sendo assim, os dados nos leva a crer que há uma "desnaturalização" das posições e do senso comum esperado.

Sendo assim, podemos entender que as domésticas podem estar se manifestando como enfrentamento à distribuição desigual de capital simbólico e à legitimação da violência simbólica que o trabalho doméstico havia consolidado. Sobre esse processo histórico de legitimação da violência simbólica Bourdieu diz:

Esta por sua vez, caracteriza-se por um processo de construção histórica que a torna legítima e dispensa qualquer tipo de contestação. Em outros termos, representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação, cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, que são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição contra si mesmo (BOURDIEU, 1999, p.9).

O que percebemos é que antes da PEC das domésticas as regras seguidas não tinham como mediação, necessariamente os marcos legais e sim contratos tácitos pautados em acordos morais e éticos legitimados pela cultura. A consolidação da legislação mais atual possibilitou que as regras saíssem dessa relação mais informal e passasse a ser mediada pelo direito trabalhista.

Logo, concluímos que essas alterações na dinâmica social das relações do trabalho doméstico, seguindo a lógica proposta por Bourdieu (1989), aponta para

mudanças estruturais no campos social desse tipo de cultura trabalhista. Essas mudanças implicam na ressignificação das suas regras e relações de força.

Tabela 9: "Respeito" e "Regras" - Modificações comportamentais

ANTES DA PEC DAS DOMÉSTICAS	DEPOIS DA PEC DAS DOMÉSTICAS
Respeito subordinado à regras culturalmente Preservadas	Respeito pressionado pelo direito trabalhista

Maus tratos e Assédio (domésticas)

As categorias aqui apresentadas foram encontradas nos sentidos atribuídos pelo grupo de domésticas às condutas das patroas e patrões que tiveram. O filme assistido motivou nas receptoras a exposição de uma série de relatos que mostram condutas excessivas que elas denominaram como "maus tratos", todavia, as agressões essencialmente verbais apontam para uma violência simbólica que causa rupturas na relação com as patroas e criam desmotivação para o desempenho das atividades.

Antes de discutimos os dados é importante apresentar um estudo desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2002 que classifica violência em três categorias gerais, segundo as características dos que cometem o ato, podendo ser: "autoinfligida", ou seja, quando a violência é cometida sobre si mesmo, tais como, autoflagelação ou suicídio; ela pode ser "interpessoal", quando a violência é dirigida ao outro ou a pequenos grupos, tais como, a família ou colegas de trabalho; e podem ser de ordem "coletiva", quando a violência é infligida por grupos maiores tais como o Estado, tropas irregulares, grupos terroristas ou organizações econômicas agindo em oligopólios ou estratégias de reserva de mercado.

No que se refere à natureza de tais atos, a OMS entende que eles podem se manifestar como violência física, sexual, psíquica e outras que podem advir de privações e/ou descuido. Com exceção da violência autoinfligida, que não admite a violência de natureza sexual, todos os demais atos de violência podem se manifestar segundo as naturezas descritas (KRUG et. al., 2002).

Essas categorizações não possuem caráter universal, se configuram apenas uma tentativa de compreender os tipos de violência que acontecem no mundo social, bem como os contornos que ela ganha na vida diária individual e coletiva. No caso das

categorias "maus tratos" e "assédio" estamos diante de violências interpessoais que também se estendem para violências de natureza coletiva.

Como dissemos, os sentidos apontam principalmente para um conjunto de violências que nascem do discurso, da fala das patroas em relação às domésticas. Westwood (2003) afirma que atos de fala violentos são os tipos de representação da violência mais frequentes, porém, menos compreendidas e menos visíveis. A autora entende que por se tratar de um ato linguístico, o ato da fala é uma forma de se representar verbalmente uma violência física, ou seja, “dizer algo é fazer algo”. Para ela, o efeito linguístico de uma expressão da fala também causa danos e constitui por si mesmo um tipo de violência.

É nesse sentido que a teórica destaca que a realidade do ambiente de trabalho leva os indivíduos a enxergá-lo como um local onde se reúnem muitos medos humanos. Para ele, o trabalho vira um espaço que se traveste em locus privilegiado das relações de poder perversas e autoritárias, em que os indivíduos são submetidos a repetitivas humilhações, maus-tratos, perseguições, violência verbal e, até mesmo, agressões físicas.

A percepção de violência não apareceu nos dados desvelados pelas domésticas, isso mostra que a compreensão sobre as diferentes naturezas da violência não se configura um habitus para as receptoras. Apesar de terem identificando sutilezas na conduta da personagem da patroa e encontrado contradições entre o discurso e a prática, as domésticas não materializaram a palavra violência. Para Michaud (1989) há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Sobre os maus tratos, as domésticas utilizaram alguns momentos da trama como referência, principalmente a partir da representação da patroa. Para elas, a patroa do filme evidencia que tem personalidade duvidosa, oscilando entre a neutralidade e a hostilidade, principalmente na relação que estabelece com o marido e o filho.

Com essa percepção da obra, as trabalhadoras desvelaram o sentimento de desgaste que sentem diante das situações consideradas por elas vexatórias e humilhantes. O que verificamos é que está nesse lugar dos atos da fala a raiz da desmotivação para o exercício dessa profissão e a anulação do sentimento de orgulho

em ser doméstica. Sendo assim, entendemos que o desempenho das relações que ocorrem na esfera da interação socioemocional está diretamente relacionado com a gestão dos atos de fala.

Esses atos da fala, se pensarmos pela perspectiva dóxica proposta por Bourdieu (1999), estão dotados de ideologias que reproduzem a dominação simbólica presente nos diversos campos sociais. De acordo com as assertivas do autor, o capital simbólico é distribuído entre os participantes do campo segundo as posições ocupadas e as relações de força inscritas nesta ordem. Desse modo, poderíamos pensar que as patroas através dos maus tratos verbais tentam buscar uma eficácia simbólica do poder exercido pelos dominantes do campo e suas estratégias para legitimar estas posições e, com efeito, exercerem a manutenção da doxa, ou seja, do estado natural da “cultura oficial”, que é imposta como uma violência de natureza simbólica.

Outra subcategoria que apareceu apenas nos dados das domésticas foi o "assédio". Essa foi a primeira referência de violência que teve como agente a figura masculina (patrão). Os sentidos emergentes foram especificamente sobre o "assédio sexual", e o gatilho acionador das percepções foi o assédio do patrão do filme à filha da doméstica. Para elas ficou evidente o interesse do patrão pela jovem quando ele confundiu a gratidão dela com atração física e tentou beijá-la. Além, descreveram outras cenas em que o patrão demonstra ter se interessado pela garota, inclusive, chegando a pedir sua mão em casamento mesmo sendo casado.

O que se apresenta com os dados é que o assédio dentro do trabalho doméstico atinge a dignidade das trabalhadoras e está atrelado à desvalorização do corpo feminino que exerce àquele tipo de atividade.

Lipovetsky, (2001) acredita que a desvalorização do trabalho feminino reflete na importância de como a sociedade irá tratar os comportamentos que ferem os direitos assegurados das mulheres. Sendo assim, a desvalorização tradicional do trabalho feminino contribui para sejam negligenciáveis os comportamentos ofensivos às mulheres em seu ambiente profissional. Porém, ele acredita que essa atitude muda à medida que o trabalho feminino se impõe cada vez mais como um meio de afirmar uma identidade social autônoma.

Apesar de haver uma mudança de postura das mulheres que sofrem esse tipo de violência, ainda há o sentimento de que a agressividade sexual masculina é natural e

irreprimível. Nesse sentido, as trabalhadoras hesitam falar que sofrem dos patrões esse tipo de violência por acreditarem que toda a responsabilidade será atribuída a elas.

Essa é uma das crenças culturais que estão entranhadas no pensamento social acerca do assédio. Sobre as raízes culturais dessa violência, Barros (2000) explica que muitos autores estabelecem o assédio sexual como um antecedente remoto da instituição da Idade Média "jus primae noctis", na qual era concedido ao senhor feudal o direito de ter a primeira noite da noiva.

O que concluímos sobre esse tipo de violência é que as domésticas também estão mais esclarecidas e empoderadas. Elas preferem perder o emprego a se submeterem às exigências sexuais dos seus patrões. Nesse sentido, elas esclarecem que as divisões devem ficar bem claras, pois, quem dorme com o "patrão" é a "patroa". Elas identificaram que os homens querem ultrapassar esses limites, por acreditarem que a permanência daqueles corpos em trânsito nos espaços da casa estão vulneráveis a todo tipo de serviço.

6.4 Categorias ocultadas ou silenciadas

Raça

A variável de raça é comum nos estudos que tratam da questão do trabalho doméstico, essa característica acontece porque esse tipo de atividade laboral, como vimos no transcorrer desta dissertação, tem no Brasil uma ligação direta com a escravidão.

Porém, como estamos lidando com uma metodologia que prevê que os dados indiquem o caminho analítico a ser seguido, não identificamos nas falas das domésticas e das patroas abordagens que nos levassem a apontar a questão racial como variável influenciadora da percepção que as participantes tiveram do filme brasileiro. As receptoras não fizeram qualquer referência a essa questão, inclusive, quando descreviam as experiências pessoais.

A ausência de dados emergentes sobre essa variável nos possibilita pensar que as questões étnico-raciais, ao menos no contexto analisado, não atravessam fortemente as relações estabelecidas entre patroas e empregadas. Essa realidade pode estar relacionada

com o fato de estarmos lidando com mulheres nordestinas com fenótipos de cor mais evidentemente miscigenados.

Desse modo, patroas e empregadas acabam tendo tons de pele e traços identitários de raça similares, foi o que nos mostrou a autodeclaração étnica feita por elas no início do processo de pesquisa. Esses dados mostraram que praticamente todas as mulheres (patroas e domésticas) se definiam como pardas, apenas dentre as domésticas houve autodeclaração de mulheres negras.

Assédio Sexual

A categorias assédio sexual não apareceu no relato das patroas mesmo diante da abordagem sutil sobre a temática que aparece no filme "QUE HORAS ELA VOLTA?". A questão apareceu no relato das domésticas que demonstraram indignação tanto contra a representação fílmica quanto contra as situações vivenciadas pelas trabalhadoras nos seus ambientes de trabalho e que tiveram como agentes desse tipo de violência os patrões.

O não aparecimento ou silenciamento sobre esse tipo de violência por parte das patroas pode ter se dado por muitos fatores, tais como: a ausência de uma figura masculina em casa, pela crença de que maridos e filhos não seriam capazes de praticar assédio ou até mesmo por receio de expor a intimidade. É difícil chegar a razões palpáveis para explicar a ausência desses dados, mas fica a reflexão sobre tal percepção extraída do campo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de recepção proposto nos permitiu perceber transformações que acontecem dentro da realidade social e cultural dos grupos com os quais trabalhamos diretamente: domésticas e patroas. A aproximação da realidade desses dois grupos de mulheres com a dimensão ficcional proposta por Ana Muylaert em "Que Horas Ela Volta?", nos conduziu a pelo menos dois níveis de interação simbólicos, evidenciando sentidos que foram categorizados como sendo de naturezas *socioeconômica e socioemocional*.

Esses níveis a que chamamos de *categorias centrais do fenômeno interpretativo* congregam dados substantivos oriundos da aplicação da Teoria Fundamentada (Grounded Theory) e no âmbito da interação *socioemocional* os dados nos levaram a uma teoria sobre o fenômeno analisado. A teoria que emergiu nos ampliou a compreensão de que um filme, enquanto produto cultural, tem a capacidade de acessar o imaginário dos sujeitos que o assistem, ele convida o universo simbólico dos receptores a processos de interação que podem fornecer dados significativos para a interpretação da realidade sociocultural na qual estão imersos os indivíduos.

No caso da nossa pesquisa, os dados extraídos nos levaram à teoria de que existem mudanças (ainda que embrionárias) na cultura do trabalho doméstico. Para nós, patroas e domésticas estão passando por um momento de reorganização das relações de trabalho e os dados apontam a consolidação dos direitos das trabalhadoras domésticas, por meio da Lei Complementar nº 150 (PEC das domésticas) como um dos principais fatores. A principal e relevante mudança identificada aponta para uma emancipação da trabalhadora doméstica, ou seja, para uma nova postura frente aos *habitus* culturalmente entranhados na dinâmica desse tipo de atividade.

O que identificamos é o indício de que há uma dissolução dos vínculos afetivos, conduzindo o trabalho para uma esfera mais profissional e menos familiar. Isso significa dizer que ainda que se trate de um tipo de trabalho que se realize dentro do lar, as domésticas ganharam maior autonomia na gestão do seu ofício, inclusive, maior empoderamento para se posicionar frente a violências que eram comuns na relação de trabalho.

A PEC das domésticas fez com que as regras seguidas nos lares não sejam totalmente estabelecidas por aqueles que contratam o serviço doméstico, ou seja, agora

é o direito trabalhista quem agencia a dinâmica desse tipo de trabalho e com isso parece que patroas e domésticas se tornam menos presas aos vínculos afetivos. Os acordos informais que eram característicos dessa relação "quase familiar" de trabalho começam a ser reconfigurados, trazendo melhores condições de organização da jornada de trabalho das domésticas, menor grau de sujeição das trabalhadoras a exigências que estejam fora do contrato de trabalho, além de maior capacidade de compreensão dos direitos e deveres da profissão.

Os dados nos conduziram a outras conclusões importantes, a primeira delas evidencia que a disputa de classes ainda se mantém como um componente de distinção, colocando em posições opostas aqueles que contratam e aqueles que são contratados. Os diferentes níveis de econômicos acabam por constituir diferentes níveis educacionais e consequentemente disparidades culturais que são usadas dentro da relação doméstica como formas sutis de violência e de opressão. Esses fatores também aparecem como delimitadores de territórios sejam eles espaciais ou simbólicos.

A diferença de renda, segundo uma pesquisa recente do IBGE está diretamente associada ao tempo de estudo dos brasileiros. Os dados mostraram que 50% dos jovens brasileiros não concluíram o ensino médio e que as mulheres abandonam ainda mais cedo os estudos por causa, geralmente, de gravidez precoce. Os dados do IBGE quando aproximados dos dados extraídos no nosso estudo acerca da escolaridade das domésticas e patroas, evidenciam que a baixa escolaridade continua sendo um fator que condiciona a renda dos trabalhadores.

O que verificamos é que nessas duas formas de capital (econômico e cultural) ainda são usados como meios de opressão dentro nas relações entre patroas e domésticas, eles acentuam uma série de violências que atingem psicoemocionalmente as trabalhadoras domésticas. Tais capitais aparecem como forma de poder simbólico e atuam na tentativa de frear o poder legal conquistado pelas domésticas, ainda que no âmbito do discurso.

Porém, foi notado que as domésticas hoje possuem uma maior consciência das violências sofridas dentro das relações doméstica e utilizam a legislação como mecanismo para enfrentar as situações que lhes são imputadas. A legislação encorajou as domésticas à tomadas de atitudes frente às violências detectadas. Esse é um dado importante a ser destacado por apontar uma ruptura com a lógica de opressão silenciosa, resquício da escravidão, onde as mulheres pela necessidade econômica e por medo de

perder os vínculo afetivo (quase familiar) acabavam por se submeterem à todas as formas de violência.

Diante de alguns indícios de mudanças em bases culturais que por muito tempo estruturaram as relações do trabalho doméstico no Brasil, retornamos à pergunta que aparece no título deste estudo de recepção. De qual lugar as receptoras construíram os sentidos que compartilharam acerca do universo simbólico de "Que Horas Elas Volta?": da cozinha ou da sala?

A cozinha pode ser entendida como o lugar de exclusão, destinado à mulheres que por força de fatores socioeconômicos e histórico-culturais ficaram renegadas à função de servir e cuidar. Pode ser vista também como o lugar das minorais sociais, constituído simbolicamente por toda a gama de sentidos que foram elaborados por meio de um sistema de exclusão legitimado durante a formação das sociedades. Na cozinha se tem (ou não) uma ideológica acerca da realidade social.

A sala, por sua vez, pode ser compreendida como o lugar dos privilégios, de onde se pode elaborar os sentidos recorrendo aos códigos próprios de uma condição histórica, social, cultural, econômica pautada em favorecimentos. A perspectiva de recepção da sala pode refletir (ou não) ideologias dominantes.

É importante destacar que elaborar sentidos pela perspectiva da cozinha ou da sala independe do papel social que se vive em sociedade, pois, como vimos com os dados encontramos patroas que se colocaram ideologicamente do lado oposto da lógica esperada. Da mesma maneira encontramos domésticas que corroboram com o olhar da sala, e corroboram com práticas que de certo são incoerentes com o papel social que elas representam.

Diante dessa explicação, os dados nos mostram que existe um fluxo de recepção no qual as patroas abrem mão de grande parte dos privilégios que a sala oferece para adentrar ainda que parcialmente nas questões da cozinha. Apesar de se entenderem como pertencentes à sala, as patroas não se reconheceram no modelo de patroa apresentado no universo ficcional. Ao menos discursivamente, para elas o acesso à sala pode existir desde que as habitantes da cozinha sejam merecedoras da abertura dessa porta que separa os dois espaços. E foi justamente desse limiar que separa os dois ambientes que identificamos a recepção das patroas, elas assistiram a obra no meio desses dois espaços, ora adentrando com empatia e solidariedade na cozinha, ora fechando a porta da sala para demarcar os territórios.

As domésticas elaboraram o seus sentidos a partir de um universo de interação socioemocional que interliga as necessidades econômicas às suas necessidades humanas. As domésticas demonstraram que a legislação lhes deu maior consciência sobre a cozinha, inclusive, o entendimento de que esse é um espaço que possui regras mais estritas que as que foram instituídas ao longo do tempo. As domésticas começaram a perceber que as regras não podem ser ditadas pela sala, pois, a cozinha possui regras próprias que ultrapassam o controle dos donos do lar.

Sendo assim, as receptoras domésticas em sua quase totalidade assistiram ao filme da cozinha, porém, de uma cozinha mais crítica e emancipada. Nessa cozinha reformada nas suas bases socioculturais, a estabilidade socioemocional conta mais do que as necessidades socioeconômicas.

Como vimos, um estudo de recepção devido à heterogeneidade de sentidos emergente, alguns comuns e outros dissonantes, pode nos revelar muito sobre a realidade social de alguns grupos sociais. Temos a compreensão de que percurso rumo a um entendimento do fenômeno da espectralidade ainda é longo e os estudos indutivos servem para auxiliar os pesquisadores nessa jornada.

Referências

- AGUIAR, N. **Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sócio político brasileiro**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1997.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ANTUNES, R. **O Sentido do Trabalho**. Ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho.SP, Ed. Boitempo, 1999.
- _____. **Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- ARANHA, M. L. A. e MARTINS, M. H. P. **Filosofando**. São Paulo: Moderna, 1986.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- AUMONT, J. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 2002.
- ALENCAR, S.E.P. **O cinema na sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina história**. Dissert. mestrado. Fac. de Educação. Univ. Federal do Ceará. Fortaleza/CE. 2007
- BACCEGA, M.**Comunicação & educação**. São Paulo, 2006.
- BAMBA, M.A **Recepção Cinematográfica**. Teoria Estudos de Casos. Salvador: EDUFBA, 2004
- BARBERO, M. J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- BARBERO, M. J. **Uma aventura epistemológica**. Matrizes, v. 2, n. 2, 2009-b. Entrevista concedida à Maria Immacolata Vassalo de Lopes.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, A. T., JUNQUEIRA,R. D. **A elaboração do projeto de pesquisa: métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BAZIN, A. **O Cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BERLO, D. K. **Processo de comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BLANCO, A. **Cinco tradiciones en la psicología social**. Madrid: Ediciones Morata, 1998.
- BLUMER, H. **Comment on Lewis' The classic American pragmatists as forerunners to symbolic interactionism**. The Sociological Quarterly, 1977.

BLUMER, H. **El interaccionismo simbólico: perspectiva y metodo**. Barcelona: Hora, 1969.

BLUMER, H. **"Social Psychology"**. In: SCHMIDT, E. D. Ed. *Man and Society*. New York: Prentice-Hall, 1937.

BONELLI, M. G. **Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções**. Cadernos Pagu, 2003.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORDWELL, D. **Making meaning: inference and rhetoric in the interpretation of cinema**. USA: Harvard University Press, 1991.

BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **O campo intelectual: um mundo à parte**. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural**. In: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P; HAACKE, H. **Livre troca: diálogos entre ciência e arte**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Schwarcz, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRUMATTI CARVALHAL, T. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo : séculos XV-XVIII**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

BRESCIANI, M. S. M.. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CARVALHAL M. D. 2004. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente.

CARVALHAL, M. D. Resumo - (CD-ROM) - IV Expedição Geográfica. Marechal Cândido Rondon/PR, 2005.CASETTI, F. **Cómo analizar un film**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

CASTELLS, M. **O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação**. In: CASTELLS, Manuel. O poder da identidade . São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARMAZ, K. **Constructing Grounded Theory**. A Practical Guide Through Qualitative Analysis. London: SagePublications, 2006.

CHARMAZ K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed; 2009.

COMPARATO, F. K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 7ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

COUCHOT, E. **Da Fotografia à Realidade Virtual**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2ª ed. Reform. – São Paulo: Moderna, 2004.

DEGRAFF, D. S. e ANKER, R. **Gênero, Mercados de trabalho e o trabalho das mulheres**. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/Demographicas2/demographicas2artigo4_163a197.pdf> Acessado em 05 ago. 2018.

DELEUZE, G. 1985. **A imagem-tempo**. São Paulo, Brasiliense, 338 p.

DELGADO, M. G., **Curso de direito do trabalho**, São Paulo, Editora LTr., 2017, p. 47

DUBY, G. **História social e ideologia das sociedades**, in História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

DUARTE, R. **A pós-história de Flusser e a promessa do Brasil**. In: CONGRESSO, Campinas, v. 35, n. 127, 2014

DURAND, G. 1998. **A imaginação simbólica**. São Paulo, Cultrix, 185 p.

DURKHEIM, E. 2007. **Sociologia e filosofia**. São Paulo, Ícone, 120 p.

ENGELS, F. **A Origem da família**, da propriedade privada e do estado In MARX, KARL e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Ed. Alfa ômega, São Paulo, 1953. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão

ESCOSTEGUY, A C. **Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros da recepção nos anos 90**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.

FERREIRA, R. M. C. **Telenovelas Brasileiras e Portuguesas**: padrões de audiência e consumo. Aracaju: Edise, 2015.

FLUSSER, V. **Pós-história**: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V.; SANTOS, M. N. **Inventário de sexismo ambivalente**: sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 103-111, jan.-jun. 2002.

FORMIGA, N. S. **Consistência mensurável do sexismo ambivalente no contexto brasileiro**. *Psicologia.com.pt: o portal dos psicólogos*, ago. 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0301.pdf> . Acesso em: 08 mar. 2011

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M.. **As palavras e as coisas**. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUÉRON, R. **Da imagem ao clichê, do clichê à imagem**: Deleuze, cinema e pensamento . Rio de Janeiro: Nau editora, 2011, 272 páginas.

GELINSKI, C. R. O.; PEREIRA, R. S. **Mulher e trabalho não remunerado**. Disponível em < www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo5.pdf > Acessado em 20 mai. 2009

GIDDENS, A. **Sociology**. 3. ed. Cambridge: Polity, 1997.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory** : strategies for qualitative research. London: AldineTransaction, 1967.

GLASER, B. G. **Noções básicas de análise de teoria fundamentada**. Califórnia: Sociologia Press, 1998.

GOMBRICH, E. H.. **Arte e ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. Tradução de Raul de Sá Barbosa; revisão da tradução de Mônica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

GOMES, I. **Efeito e recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos de cárcere**. Ed. Civilização brasileira, 2001.

GUÉRON, R. **Da imagem ao clichê do clichê à imagem**. Deleuze, cinema e pensamento. RJ. FAPERJ e NAU Editora, 2011.

GUIMARÃES, A. S.; SQUIRRA, S. C. de M. **Comunicação organizacional e o processo comunicacional**: uma perspectiva dialógica. Revista FAMECOS, Porto Alegre, 2007.

HALL, S.. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37 n. 132, p. 595-609, set/dez 2007.

HIRATA, H. S. **Divisão sexual do trabalho**: novas tendências e problemas atuais. In Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil, Brasília, CIDA, 2000.

_____. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Sociologias, n. 21, Porto Alegre, jan/jun, 2009.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Estudos Feministas, 1994.

HOCHSCHILD, A. R. **The commercialization of intimate life**: notes from home and work. Berkeley, The University of California Press, 2003.

LANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 1973.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. IN: Praia Vermelha, UFRJ. nº8. Primeiro Semestre, 2003.

JEON, Y. (2004). **The application of grounded theory and symbolic interactionism**. Scandinavian Journal of Caring Sciences.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2001.

KANTER, R. M. **Symbolic interactionism and politics in systemic perspective**. Sociological Inquiry, 1972.

KARTCHEVSKY, Andrée et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, D. **A relação social de Sexo**: Da reprodução das relações sociais à sua subversão. Proposições, Vol. 13, n. 1 (37), Jan/abr, 2002.

KITTLER, F.A. **Gramophone, Film, Typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

KURZ, R. **A origem destrutiva do capitalismo**: modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. Folha de São Paulo.

LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.

LÉVY-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LIPOVETSKY, G. **O Império do Efêmero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo**: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004

MACFARLANE, A. **A cultura do capitalismo**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1989.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 25ª edição, 2011.

MASCARELLO, F. **Os estudos culturais e a recepção cinematográfica**: um mapeamento crítico. Revista EcoPós, v. 7, n.2. 2004.

_____. **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papirus, 2006

MARTIN, M. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MARTINO, L. C.; **Abordagens e representação do campo comunicacional**. Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, 2006.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1972.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MINAYO, M. C., **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1993.

MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MORIN, E. **O cinema, ou O Homem Imaginário**: ensaio de Antropologia Sociológica. São Paulo: É Realizações, 2014.

MOTTA, A. B. **Visão de mundo da empregada doméstica** (um estudo de caso) , Salvador, Pós-graduação em Ciências Humanas, UFBA, 1977.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1977

NETTO, J. P. e BRÁS, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. SP, Cortez, 2006.

OLIVEIRA, M. T. **Trabalhar em Casa**. Na era do fim do emprego. São Paulo: Olhod'água, 2001.

PINTO, M. R., SANTOS, L. L. da S. **A Grounded Theory como abordagem metodológica**: relatos de uma experiência de campo. Salvador, 2012.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012.

REYS, C. **A Reparação do Dano Moral no Direito Trabalhista.** Revista Eletrônica Tribunal Regional do Trabalho. V.2. Número 21. Agosto 2013.

RIBEIRO, P. S. **"Estrutura Social"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/estrutura-social.htm>>. Acesso em 22 de julho de 2018.

RICOEUR, R. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus editora, 1994.

RUBIM, G. **O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia” do sexo.** SOS corpo, Recife, Março/1993.

RUÓTOLO, A. C., **Audiência e recepção:** perspectivas, Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe:** mito e realidade. SP, Ed. Vozes, 1976.

_____, H. **Posfácio:** conceituando gênero. Em H. I. B. Saffioti & M. Muñoz Vargas (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos. 1994.

_____, H. **Gênero, patriarcado e violência,** São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

_____, Ingo Wolfgang. **As Dimensões da Dignidade da Pessoa Humana:** Construindo uma Compreensão Jurídico-Constitucional Necessária e Possível. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 09 – jan./jun. 2007

_____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: ivraria do Advogado, 2001.

SCOTH, J. **Uma categoria útil para análise histórica,** SOS Corpo, Recife, 1989.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Vol. 20, no.2, Porto Alegre: UFRGS, 1995. p.71-99

SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da Imagem Eurocêntrica.** São Paulo: Cosac Naify, 2006

SOUSA, M. W. **Recepção e comunicação:** a busca do sujeito. In SOUSA, Mauro Wilton (org). **Sujeito, o Lado Oculto do Receptor.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, M. L. R.. **Modos de Ver e Viver o Cinema:** etnografia da recepção fílmica e seus desafios. Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual, ano 3, ed 5, 2014.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SPIVAK, G. G. **Can the subaltern speak?** In: Bill Ashcroft et al. The post-colonial studies reader 1. London: Routledge, 2006.

STRAUSS, A., CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory, Procedures and Techniques**. Newbury: SAGE, 1990.

THOMAZ J. A. **“Leitura” Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24. Edição Especial do XVII Encontro de Professores de Geografia, Ijuí, 1997.

THOMAZ J. A. **Por uma Geografia do Trabalho**. (Reflexões Preliminares) Scripta Nova, revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona: 2002.

TRINIDAD, A., CARRERO, V. e SORIANO, R. M. **Teoría Fundamentalada “Grounded Theory”**: La Construcción de la teoria através de la análisis interpretacional. Madrid: 2006.

XAVIER, I. **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WACQUANT, L. J. D., **O Legado Sociológico de Pierre Bourdieu**: Duas Dimensões e Uma Nota Pessoal. Revista de sociologia e política, Curitiba, nº 19, p. 95-110, nov. 2005.

WESTWOOD, R. **Economies of Violence**: An Autobiographical Account. Culture and Organizations. v.9, n.4, 2003.

QUE HORAS ELA VOLTA?. Direção: Ana Muylaert. Pandora Filmes. Brasil, 2015.
Em: <<http://www.facebook.com/quehorasfilme>>. Acesso em 09 de julho de 2016.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>. Acessado em 10/07/2017 às 15:13h